

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

LARA ESPECHIT GOMES

**COTIDIANO, ANCESTRALIDADE E RITUAL:**

Estruturas de fogueira e comunidades escravizadas no século XIX no Sudeste e Centro-Oeste  
do Brasil

Belo Horizonte

2019

**LARA ESPECHIT GOMES**

**COTIDIANO, ANCESTRALIDADE E RITUAL:**

Estruturas de fogueira e comunidades escravizadas no século XIX no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil

Monografia apresentada ao curso de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Antropologia. Área de habilitação: Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski

Belo Horizonte

2019

**LARA ESPECHIT GOMES**

**COTIDIANO, ANCESTRALIDADE E RITUAL:**

Estruturas de fogueira e comunidades escravizadas no século XIX no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil

Monografia apresentada ao curso de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Antropologia. Área de habilitação: Arqueologia.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski (Orientador)  
DAA/UFMG

---

Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza  
Museu Nacional/UFRJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vanicléia Silva Santos  
Departamento de História/UFMG

## AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, agradeço:

Ao meu orientador, Luís Cláudio Pereira Symanski, pela oportunidade de trabalhar com um material tão fascinante, pela orientação em si, por todos os elogios, críticas e sugestões feitos a este trabalho no decorrer de sua elaboração, por cada palavra de incentivo e pela enorme paciência.

Ao Marcos André Torres de Souza e à Vanicléia Silva Santos, por terem solicitamente aceitado o convite para tomarem parte da banca avaliadora desta monografia.

Aos biólogos Mario Alberto Cozzuol (Depto. de Zoologia da UFMG), Germán Arturo Bohórquez Mahecha (Depto. de Morfologia da UFMG), Rodrigo Parisi Dutra e Marcelo Greco, pela indizível gentileza em auxiliar na identificação do material ósseo do Colégio dos Jesuítas. E, é claro, ao Geraldo Pereira de Moraes Júnior, meu audaz companheiro nessas aventuras escapulomânticas.

A todos os voluntários, bolsistas e demais envolvidos nos projetos "Café com açúcar" e "Arqueologia da escravidão em ordens religiosas do norte fluminense" que de algum modo contribuíram com a curadoria e análise do material das fogueiras do Colégio dos Jesuítas e da fazenda Santa Clara.

Muito obrigada!

## RESUMO

Neste trabalho são analisadas estruturas de fogueira arqueológicas de cinco contextos relativos a populações afro-diaspóricas escravizadas que viveram nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil durante o século XIX, bem como os artefatos e ecofatos associados a essas estruturas. São utilizados dados obtidos através de um levantamento bibliográfico sobre práticas e simbologias relativas ao fogo em sociedades africanas e em outros contextos afro-americanos com o propósito de embasar interpretações sobre as práticas e significados relacionados a essas estruturas arqueológicas. A análise foi direcionada visando ao discernimento de possíveis evidências tanto de coincidências desses usos e significados das fogueiras nos contextos abordados, quanto do surgimento de novas formas de relação com esse elemento entre as populações desses contextos. É observado o papel central que as fogueiras desempenharam no âmbito das atividades cotidianas desses grupos, em especial no que tange à alimentação, socialização e práticas de caráter mágico ou religioso; sua aparente importância como fomentadoras de memórias que remeteriam a um passado africano, mas também na formação de novas identidades fundadas na experiência diaspórica; e no emprego sutil ou explícito de estratégias de resistência às condições de opressão às quais essas pessoas estavam submetidas.

**Palavras-chave:** estruturas de fogueira, diáspora africana, socialização, alimentação, práticas rituais.

## ABSTRACT

In this work, archaeological bonfire structures from five contexts related to enslaved Afro-diasporic populations that lived in the southeastern and midwestern regions of Brazil during the 19th century were analyzed, as well as the artifacts and ecofacts associated with these structures. Data collected through a bibliographical survey of fire-related practices and symbologies in African societies and in other African-American contexts is employed in order to base interpretations on the practices and meanings related to these archaeological structures. The analysis was directed towards the discernment both of coincidences of these uses and meanings of bonfires in the contexts addressed, and of the emergence of new ways of relating with this element among the populations of these contexts. It is observed the central role that bonfires have played in the daily activities of these groups, especially with

regard to food, socialization and magical or religious practices; their seeming importance as triggers of memories that would refer to an African past, but also in the formation of new identities based on the diasporic experience; and in the either subtle or explicit employment of resistance strategies to the oppressive conditions to which these people were subjected.

**Keywords:** bonfire structures, African diaspora, socialization, foodways, ritual practices.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - "Habitação de negros".....	16
Figura 2 - "Vida doméstica" [1].....	23
Figura 3 - "Palestra ao lume - Bundos".....	24
Figura 4 - "Vida doméstica" [2].....	27
Figura 5 - "151. Congo, uma família do Zaire".....	28
Figura 6 - "Mercado de escravos".....	29
Figura 7 - Vista aérea do Solar do Colégio e locais de escavação do setor noroeste da senzala.....	33
Figura 8 - Áreas escavadas do Colégio dos Jesuítas (2012-2016).....	34
Figura 9 - Setor NW (noroeste) do Colégio dos Jesuítas.....	35
Figura 10 - Áreas NW 7.1, NW 7.2, NW 8.1 e NW 8.2 do Colégio dos Jesuítas, com delimitação da área da fogueira.....	35
Figura 11 - Sede da fazenda Santa Clara com senzala à direita.....	37
Figura 12 - Planta baixa da fazenda Santa Clara.....	38
Figura 13 - Interior da ala leste-oeste da senzala da fazenda Santa Clara.....	38
Figura 14 - Planta baixa da área escavada da senzala da fazenda Santa Clara, com indicação das feições e estruturas evidenciadas entre 20 e 40 cm de profundidade.....	39
Figura 15 - Representação artística do complexo de edifícios do Engenho de São Joaquim...41	
Figura 16 - Planta baixa e áreas escavadas do Engenho de São Joaquim.....	42
Figura 17 - Planta baixa do sítio Tapera do Pingador.....	44
Figura 18 - Detalhe da estrutura da senzala da fazenda Santa Clara.....	51
Figura 19 - "Casario do Rio de Janeiro".....	53

Figura 20 - " <i>Model seating plan</i> ".....	55
Figura 21 - Mapa distribucional da área 11 do sítio Engenho de São Joaquim.....	56
Figura 22 - Disposição do material no interior e entorno imediato da estrutura de fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	57
Figura 23 - "Padrões de distribuição espacial dos ossos, louças e cerâmicas da quadra NW 8.1, nível 30-50 cm.".....	58
Figura 24 - Mapa distribucional da camada I da área escavada do sítio Tapera do Pingador..	59
Figura 25 - Estrutura de fogueira da fazenda Santa Clara.....	61
Figura 26 - Exemplos da amostra de conchas de <i>Donax hanleyanus</i> do contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	69
Figura 27 - Alguns ossos provenientes de cabeças de porcos da amostra da fogueira do Colégios dos Jesuítas.....	71
Figura 28 - Metatarsos de boi e de porco da amostra da fogueira do Colégios dos Jesuítas....	72
Figura 29 - Algumas mandíbulas do contexto da fogueira do Colégio dos Jesuítas. A partir do alto, em sentido anti-horário: cabrito, porco e gambá.....	73
Figura 30 - Tíbia de boi da amostra da fogueira do Colégio dos Jesuítas quebrada e com marca de descarnamento.....	74
Figura 31 - Chifre e alguns dentes de boi associados à estrutura de fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	75
Figura 32 - Ossos de animais silvestres do contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas: jacarés (alto), gambá (mandíbula à direita) e peixes.....	77
Figura 33 - Ossos de animais silvestres do contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas: jacarés (alto), gambá (mandíbula à direita) e peixes.....	78
Figura 34 - Fragmento da pequena jarra em cerâmica vidrada da fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	81
Figura 35 - Exemplos de faiança portuguesa da fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	81

Figura 36 - Exemplares de faiança fina da fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	82
Figura 37 - Utensílio plano com marcas de fogo e restos de comida da fogueira do Colégio dos Jesuítas [1].....	82
Figura 38 - Utensílio plano com marcas de fogo e restos de comida da fogueira do Colégio dos Jesuítas [2].....	82
Figura 39 - Fragmentos de louça modificados da fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	87
Figura 40 - Ferramentas de vidro reciclado da fogueira do Colégio dos Jesuítas [1].....	88
Figura 41 - Ferramentas de vidro reciclado da fogueira do Colégio dos Jesuítas [2].....	88
Figura 42 - Exemplos de fragmentos de vidro lascado da área da fogueira do Engenho de São Joaquim.....	88
Figura 43 - " <i>Detail of 1775 watercolor A View of the Island of Antigua by Thomas Hearne</i> ".....	94
Figura 44 - Cachimbos do contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	96
Figura 45 - Objetos de ferro associados à estrutura de fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	98
Figura 46 - Objetos de ferro associados à estrutura de fogueira da fazenda Santa Clara.....	99
Figura 47 - Botão de osso e conta de colar de vidro da fogueira do Colégio dos Jesuítas.....	101
Figura 48 - Fragmentos de quartzo do contexto de fogueira da fazenda Santa Clara.....	102
Figura 49 - Escória do contexto de fogueira da fazenda Santa Clara.....	102

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. FOGUEIRAS, PRÁTICAS E COSMOLOGIAS NO MUNDO ATLÂNTICO.....</b>	<b>15</b>
<b>3. APRESENTAÇÃO DOS SÍTIOS.....</b>	<b>30</b>
a. Colégio dos Jesuítas.....	30
b. Fazenda Santa Clara.....	36
c. Engenho de São Joaquim.....	40
d. Tapera do Pingador.....	42
e. Centro histórico do Rio de Janeiro.....	44
<b>4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONTEXTOS DE FOGUEIRA.....</b>	<b>46</b>
a. Fogueiras internas e externas, rurais e urbanas.....	48
b. Análise distribucional do material associado às fogueiras.....	54
c. Artefatos e ecofatos nos contextos de fogueira.....	63
<i>Vestígios alimentares.....</i>	<i>66</i>
<i>Utensílios de cerâmica, louça e vidro.....</i>	<i>79</i>
<i>Utensílios reciclados e líticos.....</i>	<i>86</i>
<i>Artefatos lúdicos.....</i>	<i>93</i>
<i>Utensílios de metal.....</i>	<i>97</i>
<i>Adorno pessoal.....</i>	<i>99</i>
<i>Quartzo e escória.....</i>	<i>101</i>
<i>Itens medicinais.....</i>	<i>108</i>

<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>115</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de caracterizar estruturas de fogueira arqueológicas do século XIX evidenciadas em quatro contextos referentes a populações escravizadas e um relativo a uma comunidade emancipada, do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, visando a discutir o papel desempenhado por essas estruturas nos âmbitos das práticas sociais, econômicas e rituais ou simbólicas dessas populações. Para tanto, foram consultadas fontes arqueológicas, históricas, etnográficas, iconográficas e etno-históricas relativas aos usos e significados atribuídos ao fogo por sociedades do oeste e principalmente centro da África, bem como em outros contextos da diáspora africana nas Américas, de modo a poder contrastar as relações que estavam sendo estabelecidas entre as pessoas e as fogueiras nesses distintos contextos. Com base nessas informações almejou-se verificar a ocorrência tanto de possíveis continuidades quanto de eventuais abandonos ou transformações dessas relações entre as populações dos sítios analisados, assim viabilizando uma discussão a respeito das implicações e significados desses contextos.

As estruturas de fogueira analisadas são relativas aos seguintes contextos: as senzalas do Colégio dos Jesuítas, em Campos dos Goytacazes (RJ), e da Fazenda Santa Clara, em Santa Rita da Jacutinga (MG), ambas escavadas no âmbito do projeto "Café com açúcar: Arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista - séculos XVIII e XIX"; a senzala do Engenho de São Joaquim, em Pirenópolis (GO); a Tapera do Pingador, provável quilombo ou assentamento de libertos na Chapada dos Guimarães (MT); e o centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. São, portanto, quatro sítios rurais e um contexto urbano, situados nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Eu trabalhei diretamente com o material das fogueiras do Colégio dos Jesuítas e da Fazenda Santa Clara, enquanto nos outros casos foram consultados trabalhos de outros autores. Por essa razão, a análise dos contextos dos dois sítios supracitados foi mais detalhada em relação à dos demais. O recorte espacial e temporal dos contextos de fogueira abordados - Centro-Oeste e Sudeste brasileiros, século XIX - se deve simplesmente ao fato de que os trabalhos consultados para a definição dos objetos da pesquisa, coincidentemente, todos se referiam a estruturas de fogueira dessas regiões e período.

Na pesquisa examinou-se a materialidade desses contextos de fogueira a partir dos artefatos e ecofatos neles evidenciados e também da distribuição espacial tanto desse material

em relação às estruturas, quanto das próprias fogueiras nos sítios. Os contextos analisados carregam um enorme potencial interpretativo no que diz respeito à caracterização e compreensão das práticas cotidianas das populações que os produziram, devido principalmente ao caráter primário de deposição do refugo derivado dessas atividades, adotado o conceito cunhado por Schiffer (1972) que define como refugo primário o material que foi descartado em seu contexto original de uso. Assim, os artefatos e ecofatos depositados ao redor das estruturas de fogueira remetem diretamente às práticas realizadas por escravizados e emancipados nos espaços em questão, o que torna esses contextos tão excepcionais em termos interpretativos.

A interpretação desse material relativo a essas práticas foi feita no âmbito da arqueologia contextual, como proposta por Hodder e Hutson (2003). É considerado que

"Cada objeto existe simultaneamente em muitas dimensões relevantes, então, onde existem dados, uma rica rede de associações e contrastes pode ser seguida na construção de uma interpretação do seu significado. A totalidade das dimensões relevantes de variação em torno de qualquer objeto individual pode ser identificada como o contexto daquele objeto." (HODDER e HUTSON, 2003, tradução minha)

Neste trabalho são levados em conta o contexto imediato de cada uma das estruturas de fogueira analisadas; o contexto histórico, social e econômico dos sítios em que cada uma foi evidenciada; e o contexto cultural mais amplo relativo às populações que produziram e fizeram uso dessas estruturas, a partir da discussão da questão da herança cultural africana dessas populações e do levantamento a respeito das práticas associadas às fogueiras constatadas em sociedades do centro e oeste da África. A partir do cruzamento dessas perspectivas mais gerais e particulares buscou-se uma melhor compreensão das práticas associadas às estruturas de fogueiras nos contextos em questão, em suas especificidades e diferenças.

É dado um enfoque especial às práticas cotidianas dos escravizados e emancipados dos contextos abordados a partir do momento em que se adota também a perspectiva da teoria da prática, definida como "uma teoria geral da produção dos sujeitos sociais através da prática no

mundo, e da produção do mundo em si através da prática" (ORTNER, 2006:16, tradução minha). Isso implica, segundo Ortner, em uma "[...] síntese dialética da oposição entre 'estrutura' (ou o mundo social como constituído) e 'agência' (ou as práticas intencionadas de pessoas reais) [...]" (ORTNER, 2016:16, tradução minha). No estudo de populações afro-diaspóricas, em especial mas não somente as escravizadas, a adoção dessa perspectiva possibilita considerar quais estratégias essas pessoas estariam desenvolvendo para lidar com as estruturas opressivas de uma sociedade escravista e racista e, no caso dos cativos, com o controle exercido pelos senhores sobre suas existências. Essas estratégias, segundo Symanski e Morais Jr., (2016:97), "dizem respeito à capacidade de agência desses grupos, entendida como as possibilidades que eles buscaram para a realização de seus próprios projetos nessas estruturas de limitação". Afinal, como coloca Giddens (1979:145, apud ORTNER, 2016:5, tradução minha), "sistemas de controle não podem nunca funcionar perfeitamente, porque aqueles sendo controlados possuem tanto agência quanto entendimento, então podem sempre encontrar modos de escapar ou resistir".

Esta monografia foi estruturada da seguinte forma: o capítulo 2, "Fogueiras, práticas e cosmologias no mundo atlântico", consiste em um levantamento a respeito das relações práticas, cosmológicas e simbólicas estabelecidas por populações africanas e de alguns contextos afro-americanos com o fogo e as fogueiras domésticas, a partir de trabalhos de historiadores, antropólogos missionários e arqueólogos, bem como de ilustrações e fotografias históricas.

No capítulo 3, "Apresentação dos sítios", são caracterizados os cinco contextos em que foram evidenciadas as estruturas de fogueira que são o foco do trabalho, sendo feita uma breve exposição do quadro social, econômico e histórico de cada um e das pesquisas arqueológicas neles realizadas.

Já o capítulo 4, "Análise comparativa dos contextos de fogueira", constitui a análise dos contextos de fogueira em si, e está dividido em três partes. Na primeira são discutidas as implicações da localização das estruturas na parte interna ou externa das habitações dos escravizados ou emancipados e as similaridades e diferenças entre o contexto urbano e os rurais. A isso se segue a segunda parte, que consiste na análise da distribuição do material de cada um desses contextos; são avaliados os significados dos padrões distribucionais identificados no que tange às dinâmicas das práticas realizadas no entorno das fogueiras. Na

terceira parte, por fim, é feita uma análise mais detalhada de cada uma das categorias de material arqueológico evidenciadas nesses contextos, entre restos alimentares, utensílios e ferramentas de materiais diversos, artefatos reciclados, objetos destinados a práticas lúdicas e adorno pessoal, materiais que parecem remeter a um âmbito mágico-religioso e/ou a práticas curativas, entre outros. É feita, portanto, uma análise sistemática e comparativa dos contextos de fogueira dos sítios abordados.

## 2. FOGUEIRAS, PRÁTICAS E COSMOLOGIAS NO MUNDO ATLÂNTICO

Neste capítulo será feita uma breve revisão bibliográfica a respeito da simbologia e das práticas associadas ao fogo constatadas em sociedades da África Central, lugar de origem da maior parte dos africanos escravizados embarcados para o sudeste do Brasil, bem como em diversos contextos de escravidão nas Américas. Com isso será possível, nos capítulos posteriores, buscar possíveis correlações entre estes simbolismos e práticas e a materialidade referente às estruturas de fogueira arqueológicas que serão analisadas nesta monografia, o que permitirá avaliar se e de que maneiras as populações escravizadas desses contextos estariam mantendo ou adaptando costumes de seus antepassados de origem africana, considerando que viviam em condições muito diferentes das deles.

Em complemento aos trabalhos escrito de historiadores, antropólogos, viajantes e arqueólogos consultados para a elaboração deste capítulo, são utilizadas com fim ilustrativo litografias produzidas no século XIX, referentes ao contexto brasileiro, e algumas fotografias tiradas em países africanos na primeira metade do século XX. É importante deixar claro que, apesar de algumas das fontes consultadas serem relativas a períodos temporais posteriores ao da datação das estruturas de fogueira abordadas na pesquisa, não se deve considerar que as culturas das populações africanas citadas sejam estáticas, implicando em que não tenham sofrido qualquer alteração desde o século XIX. Antes, esses trabalhos mais recentes são utilizados apenas como complemento àquilo que se constata a respeito dos contextos do século XIX, a partir do momento em que essas fontes parecem indicar uma continuidade de alguns elementos específicos dessas culturas, sem negar seu caráter dinâmico.

No livro "Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava", Slenes (2011 [1999]) se propõe a desconstruir a crença geral na impossibilidade ou inexistência de famílias escravas no Brasil colonial, dominante na historiografia até a década de 1970. Ele foca em sua análise o contexto do sudeste do Brasil durante o século XIX, em especial nas grandes fazendas, não obstante fazendo comparações com outras conjunturas na África e nas Américas, utilizando-se de documentos como relatos de viajantes, documentos oficiais com dados demográficos, pesquisas etnográficas referentes a populações centro-africanas e obras literárias. Com o cruzamento dos dados obtidos nessa pesquisa, Slenes não apenas confirma que houve, sim, possibilidades de constituição de famílias de escravizados no Brasil, como percebe no fogo doméstico um elemento simbólico que constituiria uma

materialização de um sentimento identitário baseado em uma herança cultural centro-africana compartilhada entre os escravizados no sudeste brasileiro do século XIX.

O autor cita fontes desse período que descrevem a presença de fogos dentro das habitações dos escravizados: haveria fogueiras comunitárias nos corredores das senzalas-barracão e um fogo em cada cubículo nas senzalas-pavilhão (SLENES, 2011 [1999]:185-186), assim como nas cabanas que em muitas fazendas eram ocupadas por um casal ou família (SLENES, 2011 [1999]:161)<sup>1</sup>. Segundo Slenes (2011 [1999]:240-243), haveria uma série de razões de cunho prático e funcional que justificariam o hábito de acender fogueiras dentro de casa, incluindo manter o fogo protegido da chuva e intempéries, reduzindo a necessidade de produzir fogueiras novas com muita frequência; fazer o controle da temperatura no interior da habitação através da regulação do fogo, que poderia ser mantido ora como brasas, ora como chamas; a fumaça da fogueira afastaria insetos; e, finalmente, a fuligem acumulada nas paredes e no teto da casa teria a função de um verniz, contribuindo para a preservação da estrutura.

Slenes (2011 [1999]:187-196) aponta ainda outras vantagens de se possuir um fogo próprio para os escravizados, em especial para os casados, como a maior autonomia no preparo de alimentos. Utilizando rações de alimentos crus recebidas para serem preparadas por eles mesmos em suas casas e/ou os produtos da caça, coleta, criação e cultivo que praticavam, eles podiam substituir pelo menos uma das refeições comunais preparadas na cozinha da fazenda, o que lhes possibilitaria desfrutar de uma dieta mais variada e saborosa e de um maior controle sobre quando, como e o que comer. Além disso, segundo o autor,

"[...] o controle sobre o fogo teria significado [para os escravizados] um pouco mais de tempo para si, longe do olhar branco, e também a possibilidade de escolher os companheiros com quem compartilhar a refeição. Para muitos africanos, teria representado a oportunidade de recriar os rituais domésticos de suas origens [...]" (SLENES, 2011 [1999]:193)

---

<sup>1</sup> As senzalas do tipo barracão consistiam em edifícios compridos com um corredor largo no centro e tarimbas dispostas nas laterais, no sentido do comprimento, com divisórias baixas entre elas. Usualmente havia um edifício para as mulheres solteiras e outro para os homens, enquanto os casais com seus eventuais filhos viviam em cabanas separadas, uma para cada família. Já as senzalas-pavilhão eram também edifícios longos, porém divididos em cubículos, cada um abrigando uma quantidade determinada de escravizados solteiros do mesmo sexo (que variava de fazenda para fazenda) ou um casal e seus possíveis filhos. (SLENES, 2011 [1999]:158-160)

Isso significaria, ainda em suas palavras, que

"[...] o controle familiar sobre o preparo do jantar (ou de outra comida, fora do horário estabelecido pelo senhor) não teria significado apenas a possibilidade de escapar da comida do curro, provavelmente feita sem capricho e variedade; teria representado, sobretudo, a oportunidade de conferir um sentido cultural próprio a *uma* das refeições do dia, alimentando dessa forma a alma." (SLENES, 2011 [1999]:196, grifo do autor)

O autor discorre sobre como poder preparar a própria comida permitiria aos escravizados respeitar certos tabus alimentares de suas culturas e escolher alimentos que segundo suas crenças seriam nutritivos a um nível espiritual, o que poderia não ser possível quando tinham que comer o que quer que fosse servido na refeição comunal (SLENES, 2011 [1999]:196-199).

**Figura 1 - "Habitação de negros"**



Fonte: Rugendas (1835). *Viagem pitoresca através do Brasil*. 4ª divisão, prancha 5. [São Paulo: Círculo do Livro S.A.]

Nessa litografia de Rugendas, como é constatado por Slenes (2011 [1999]), fica implícita a presença de um fogo no interior da casa dos escravizados, através da figura da mulher parada à entrada segurando uma tenaz com uma brasa que o homem sentado diante da casa usa para acender seu cachimbo. A brasa quase certamente provém de um fogo que estaria atrás da mulher, dentro da casa, muito embora ele não tenha sido diretamente representado.

O controle sobre o fogo doméstico, portanto, significaria a conquista de um espaço de autonomia e privacidade por parte dos escravizados, bem como uma possibilidade de manutenção de costumes de origem africana. Neste caminho, Slenes discorre sobre possíveis razões de cunho simbólico, provenientes de sua matriz cultural africana, que levariam essas pessoas a manterem fogos acesos em seus lares, além das já mencionadas motivações práticas. O autor cita uma série de estudos antropológicos que explicitam as fortes relações simbólicas que os povos da África Central possuem com o fogo e sugere que elas teriam de algum modo sido perpetuadas pelos escravizados de origem ou ascendência africana nas Américas.

Segundo descreve o autor,

"Entre os Ovimbundu, o fogo sempre aceso nas habitações era um símbolo da continuidade da autoridade do *soba* (chefe político). Sendo assim, quando este falecia, os fogos domésticos também tinham que morrer, para depois renascerem, com a seleção do novo chefe." (SLENES, 2011 [1999]:243, grifo do autor)

O novo *soba* deveria acender a fogueira da qual seriam retiradas as brasas para os novos fogos da comunidade, e a força e intensidade dessa fogueira seria um prenúncio de um bom ou mau governo vindouro; no segundo caso, outra fogueira deveria ser acesa pelo *soba*, após certas práticas rituais, para evitar esse mau agouro (SLENES, 2011 [1999]:243-244). Os fogos também seriam reacendidos em outras ocasiões, como na ocorrência de uma epidemia ou na construção de um novo povoado. O fogo comunitário dos Ovimbundu seria tratado como uma entidade senciente, e, quando ele crepitava ou soltava faíscas, as pessoas comemorariam e depositariam em suas chamas alimentos e outras pequenas oferendas (SLENES, 2011 [1999]:247).

Entre os Mpangu, parte do grupo Bakongo, "[...] um fogo sempre aceso fazia parte do culto aos ancestrais e representava a continuidade da linhagem" (SLENES, 2011 [1999]:244). O responsável por colocar mais lenha nesse fogo seria o *nganga bakulu*, o chefe da comunidade, no que "fica patente a posição do chefe local como mediador entre o povo e os

ancestrais, e a importância de um fogo ritualístico, sempre aceso, como símbolo dessa mediação" (SLENES, 2011 [1999]:244).

Já no caso dos Nsundi, outra etnia Bakongo, os fogos domésticos eram mantidos sempre acesos. Eles usavam madeiras específicas que ardem lentamente e produzem pouca fumaça, o que agradaria aos espíritos contidos nos *minkisi*, que eram objetos "que serviam de veículo para a ação de espíritos ancestrais ou espíritos da natureza" (SLENES, 2011 [1999]:244), "mantidos dentro das casas para protegê-las do infortúnio e garantir saúde" (SLENES, 2011 [1999]:245). Os *minkisi* se tornariam menos eficazes caso o fogo se apagasse. Nesse caso, não só o fogo mas também a fumaça por ele produzida seriam importantes nessa comunicação entre o mundo dos vivos e o mundo dos espíritos - o que se expressaria, inclusive, no uso de cachimbos (SLENES, 2011 [1999]:244-245).

Outros exemplos, ainda, evidenciam os simbolismos relacionados ao uso do fogo entre os Nsundi. Mesmo possuindo técnicas eficientes para produzir fogo, as mulheres Nsundi o acendiam no campo onde trabalhavam usando tições acesos na fogueira doméstica, possivelmente buscando estender a proteção dos *minkisi* da casa para o fruto de seus trabalhos. "[...] em outro contexto as próprias cinzas do fogo doméstico tinham um forte poder ritualístico de intercessão com os espíritos" (SLENES, 2011 [1999]:246). Era comum, por exemplo, que os viajantes carregassem consigo cinzas da própria lareira e depositassem um pouco dela na lareira de cada casa que visitassem, de modo a se verem dispensados de certos tabus alimentares, por exemplo (SLENES, 2011 [1999]:245-246).

Slenes (2011 [1999]:248-249) cita um trecho de um romance de Julia Peterkin, ambientado na região de Carolina do Sul, nos EUA, cuja descrição da relação das pessoas do grupo Gullah (de provável matriz bantu/Bakongo) com o fogo doméstico é muito semelhante aos relatos referentes às práticas dos povos da África Central, o que sugere uma continuidade dessas relações entre os africanos na diáspora. O mesmo acontece em outra obra da autora que trata sobre os Gullah, em que é reforçado ainda o significado espiritual da fumaça e também de superfícies refletoras em geral, vistas como "veículo[s] para os espíritos se manifestarem aos vivos e estender-lhes sua proteção" (SLENES, 2011 [1999]:248).

Dessa forma, nota-se que, embora esses trabalhos tenham sido feitos com populações bem diversas, todas elas compartilhavam de elementos em comum no que tange ao

simbolismo associado ao fogo, mais especificamente seu entendimento como um elemento mediador de relações entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, conceitos importantes nas cosmologias desses povos, e como representação da noção de linhagem, seja ela familiar ou referente aos líderes comunitários, o que é também de extrema relevância nessas sociedades fortemente marcadas pelo culto aos antepassados.

Retomando relatos relacionados ao uso do fogo pelos escravizados no Brasil do século XIX, Slenes (2011 [1999]:251-256) faz uma série de associações entre esses usos e a simbologia atribuída ao fogo constatados nas sociedades da África Central. Ele ressalta que, assim como no sul dos EUA, a maior parte dos africanos trazidos para o sudeste do Brasil entre o final do século XVIII e 1850 eram de origem bantu, mais especificamente da região de Congo/Angola. O autor cita um texto que narra que, quando um escravizado caiu moribundo após uma briga em Minas Gerais em 1845, seus companheiros colocaram um tição de fogo em sua mão antes que morresse, em um ato de solidariedade. Em seguida, Slenes compara esse dado com um relato sobre o povo Herero, de língua bantu, que menciona que para os viajantes dessa etnia carregar um "tição do fogo sagrado" garantiria a bênção de seus ancestrais. Se a morte for entendida como uma "viagem" do espírito do morto para a terra dos ancestrais, a afinidade entre as duas narrativas se torna patente.

Slenes, portanto, propõe uma continuidade das relações simbólicas associadas ao fogo dos centro-africanos pelos seus descendentes na diáspora, e ressalta sua importância na construção de um sentimento identitário entre eles. Segundo o autor:

"No Brasil, o fogo doméstico dos escravos, além de esquentar, secar e iluminar o interior de suas 'moradias', afastar insetos e estender a vida útil de suas coberturas de colmo, também lhes servia como arma na formação de uma identidade compartilhada. Ao ligar o lar aos 'lares' ancestrais, contribuía para ordenar a comunidade - a *sanzala* - dos vivos e dos mortos." (SLENES, 2011 [1999]:256, grifo do autor)

Alguns trabalhos etnográficos consultados na elaboração desta monografia reiteram ou complementam os dados apresentados por Slenes. Carlos Estermann, antropólogo missionário que estudou várias etnias angolanas no século XX, comenta, referindo-se às populações do

interior do distrito de Moçâmedes (hoje província do Namibe), que "o culto do fogo é quase universal. Muitos selvagens acreditam que o fogo que eles entreteem nas suas cabanas se acha de algum modo ligado á vida" (ESTERMANN, 1983:160). Ele coloca ainda que "com respeito ao fogo quando alguém escapa a algum grande perigo dizem referindo-se ao chefe da família: *uafacana*, 'fez ou fizeste bom fogo' [...]" (ESTERMANN, 1983:160). A noção de que a produção de um "bom fogo" por uma figura de autoridade (o chefe da família) estaria de algum modo associada à boa sorte pode ser facilmente emparelhada à já citada descrição de Slenes sobre a cerimônia do empossamento do novo *soba* entre os Ovimbundu, em que a força e intensidade da fogueira acesa por ele prenunciaria se o período do seu governo seria bom ou ruim. A associação do fogo com uma ideia de proteção contra perigos também pode ser comparada com as menções que Slenes faz a respeito da relação entre o fogo doméstico e os *minkisi*, que protegeriam os lares e seus habitantes.

O também missionário e antropólogo John Weeks (1914), em um trabalho sobre os costumes das populações Bakongo da região do Baixo Congo, descreve o hábito de manter-se a fogueira doméstica acesa durante a noite, sob os cuidados de uma menina que deveria reacendê-la caso ela se apagasse. Não obstante, ela não poderia usar fogo da fogueira de outra casa para auxiliar nessa tarefa a não ser que ela tivesse certeza de que todos que lá viviam estivessem perfeitamente saudáveis, já que, ao levar o fogo da casa de pessoas doentes para a sua própria, ela poderia acabar carregando também a doença para os membros de sua família. As razões citadas pelo autor para que se mantivesse o fogo aceso à noite são de cunho funcional, semelhantes a algumas das mencionadas por Slenes: manter aquecidas as pessoas que dormem e, com a fumaça, afastar mosquitos (WEEKS, 1914:118).

Ainda segundo Weeks, também um fogo deveria ser mantido constantemente aceso durante o período de reclusão dos meninos que haviam passado pelo rito da circuncisão, na casa onde eles permaneciam nessa circunstância. Nesse caso, o fogo não poderia se apagar em nenhuma hipótese (WEEKS, 1914:173). É possível ainda perceber no trabalho de Weeks uma relação entre o fogo e a vida doméstica e familiar, quando o autor menciona que, após uma cerimônia de casamento, os anciãos da comunidade visitavam o novo lar do casal e lá posicionavam as *hearthstones* (pedras que formam a estrutura de uma fogueira), além de instruírem a esposa a respeito de suas tarefas como tal e de verificarem se o marido era capaz

de consumir o casamento (WEEKS, 1914:146). Nota-se, portanto, a importância do evento de produzir uma fogueira própria para aqueles prestes a iniciarem um novo núcleo familiar.

Weeks menciona ainda alguns usos do fogo nas práticas medicinais das populações do Baixo Congo. Ele descreve uma defumação utilizada para devolver a energia àqueles que se sentiam fracos, inclusive mulheres em trabalho de parto (WEEKS, 1914:229), e um tratamento para casos de loucura entendidos como possessão, em que

"O paciente é bem amarrado com cordas e levado a ele [ao curandeiro] carregando uma vara acesa e uma ave doméstica em sua cabeça. O curandeiro pega cinco galhos de cinco árvores diferentes, os mergulha em água, e repetidamente acerta o paciente com eles, dizendo 'espírito maligno, saia dele' (*nkiwiya vaika muna yandi*). Ele então tira a vara acesa da cabeça da pessoa insana, e a mergulha em água, e quando o fogo se apaga assim também o espírito mau sai do homem." (WEEKS, 1914:227, tradução minha)

O ato de apagar o fogo que estava sobre a cabeça da pessoa de modo a expulsar o mal que a afligia pode, talvez, se basear no mesmo princípio que o da já mencionada ideia verificada entre os Bakongo de que o fogo de uma casa com pessoas doentes poderia carregar a enfermidade consigo quando transportado para outros lares, bem como do costume Ovimbundu de apagar todas as fogueiras da comunidade e reacendê-las na ocorrência de uma epidemia. O fogo, ao que parece, carregaria a força espiritual responsável pelos infortúnios.

Weeks descreve ainda passatempos que evidenciam uma função das fogueiras em atividades relacionadas à socialização; segundo ele, as pessoas se divertiriam propondo charadas (WEEKS, 1914:133) e contando histórias (WEEKS, 1914:134) reunidas ao redor de fogueiras. Já o viajante Ladislau Batalha (1890) menciona o hábito dos angolanos de, à noite, nos acampamentos de viagem, fazerem refeições, fumarem e beberem em torno de fogueiras (BATALHA, 1890:17), que eram acesas também com a finalidade de "[...] se livrarem dos mosquitos (onde os ha) e se precaverem contra os ladrões e animaes ferozes" (BATALHA, 1890:47).

Figura 2 - "Vida doméstica" [1]



Fonte: Elmano Cunha e Costa (1935-1939).

Disponível em: <<https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD13058>> Acessado em 20 de setembro de 2018. [Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal - IICT/ACTD/AHUD13058]

Esta fotografia representa pessoas da etnia Handa, na província de Huíla (Angola), reunidas em torno de uma fogueira a céu aberto. Uma mulher carrega uma criança e outros dois adultos fumam cachimbos.

Figura 3 - "Palestra ao lume - Bundos"



Fonte: Elmano Cunha e Costa (1935-1939).

Disponível em: <<https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD17010>> Acessado em 20 de setembro de 2018. [Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal - IICT/ACTD/AHUD17010]

Três mulheres do grupo Bundo se reúnem ao redor de uma fogueira, em Angola. Uma delas parece estar falando e outra fuma um cachimbo.

Deixando o campo etnográfico e adentrando o das pesquisas arqueológicas, no livro "*Uncommon ground: Archaeology and early African America*", de Ferguson (1992), também é perceptível essa relação entre fogueiras e atividades sociais e alimentares, no caso, tangendo às populações escravizadas de base cultural centro-africana que viveram em latifúndios coloniais nos EUA entre 1650 e 1800. Segundo ele, é comum no registro arqueológico relativo a esses grupos encontrar estruturas de fogueira situadas no exterior das casas, principalmente em períodos de tempo mais recuados, sendo que as fogueiras em espaços

internos, às vezes com presença até de chaminés, teriam se tornando mais comuns com o passar do tempo. Essas fogueiras externas teriam sido geralmente utilizadas para o preparo de alimentos (FERGUSON, 1992:67). O autor coloca que

"[...] em grande parte da África e de outras regiões tropicais e subtropicais, as pessoas vivem *ao redor* de suas casas tanto quanto dentro delas. Nessas regiões, as casas são usadas primariamente para o sono, armazenamento e abrigo durante períodos curtos de tempo inclemente; trabalho, culinária, alimentação e socialização acontecem do lado de fora." (FERGUSON, 1992:69-71, grifo do autor, tradução minha)

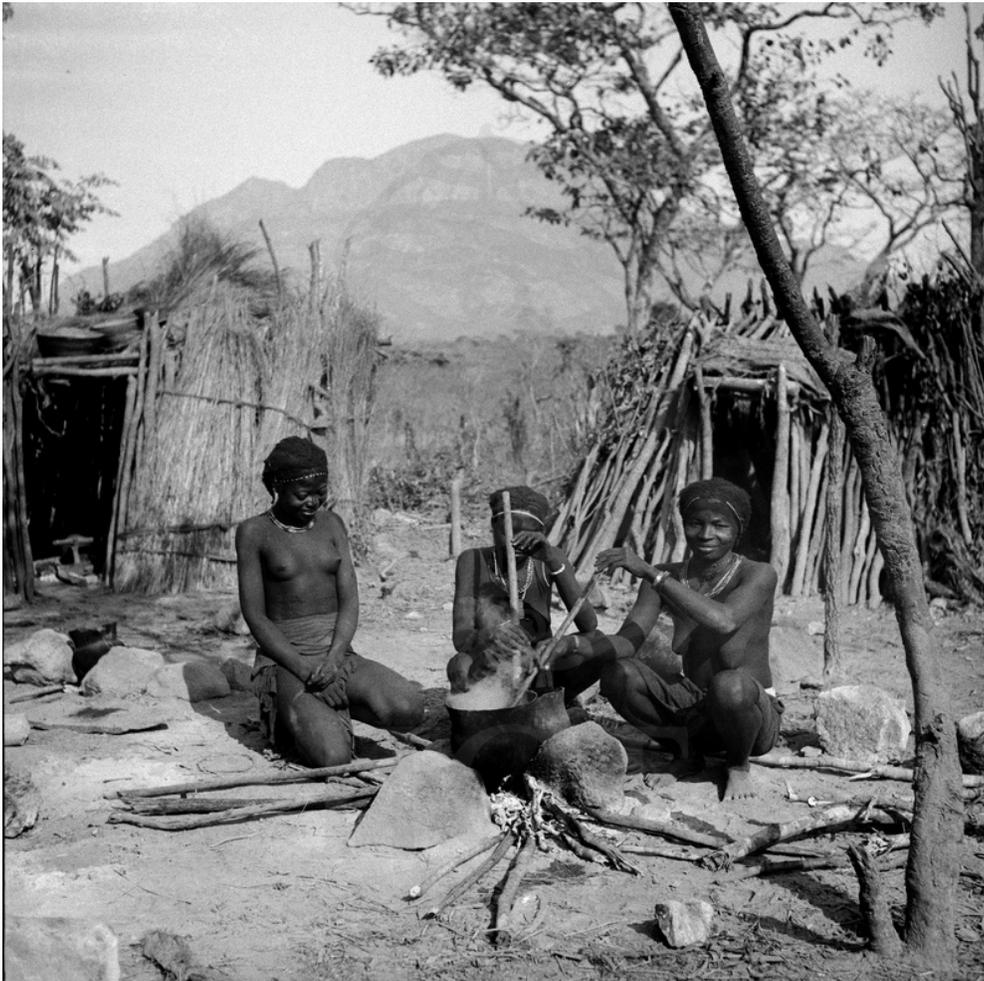
Segundo ele, o hábito de realizar a maior parte das atividades domésticas do lado de fora das casas é um traço característico das sociedades centro-africanas que teria sido mantido pelas populações escravizadas que compartilhavam desta origem nas fazendas americanas (FERGUSON, 1992:67-68). O papel das fogueiras, nesse caso, como centro do aparato usado para cozinhar, seria de suma importância. Não obstante, o arqueólogo nota, assim como outros autores citados (SLENES, 2011 [1999]; WEEKS, 1914), motivos práticos para se acender fogueiras dentro das casas, tais como aquecer seu interior e afastar mosquitos; além disso, ele menciona que levar o fogo para o espaço interno poderia ser uma solução para preparar alimentos quando o tempo estivesse chuvoso ou muito frio (FERGUSON, 1992:72).

No artigo "*Behind closed doors: space, experience, and materiality in the inner areas of Brazilian slave houses*", Souza (2016) analisa dois contextos de habitações de escravizados em fazendas em Goiás; em um deles, no Engenho São Joaquim, ele identifica uma estrutura de fogueira na parte interna da senzala, que será melhor caracterizada no capítulo 4 desta monografia. Cabe aqui dizer que o autor identifica o entorno dessa estrutura como uma área de intensa atividade doméstica, em que a fogueira serviria como um elemento de congregação para os habitantes da casa. Ele considera que o hábito de se agrupar em torno do fogo "[...]" pode ter sido um resultado de relações de reciprocidade de indivíduos que compartilhavam uma base cultural comum, que era vastamente sustentada por situações de encontros e pela vida íntima nas casas dos escravos" (SOUZA, 2016:157, tradução minha). Essa base cultural em comum seria "[...]" pelo menos em parte derivada de regiões africanas envolvidas no

comércio atlântico de escravos" (SOUZA, 2016:157-158, tradução minha). O autor enfatiza como, mesmo apesar das medidas de controle e organização do espaço da senzala tomadas pelo proprietário da fazenda, os escravizados encontravam dentro desses limites meios de dispor de certa privacidade e autonomia sobre o espaço, bem como controle de suas interações sociais (SOUZA, 2016:157-158). As fogueiras domésticas, como focos de atividades de socialização íntimas e cotidianas, seriam elementos importantes nessas relações.

Um último ponto a ser colocado a respeito das fogueiras nos contextos centro-africanos e na diáspora é a forma como elas são estruturadas. Em outro trabalho, Souza (2014) observa que em Angola, bem como em outras regiões do centro da África, são recorrentes as panelas com fundo arredondado, inadequadas para serem mantidas de pé em superfícies planas porém próprias para serem apoiadas em três suportes sobre o fogo - a estrutura usual das fogueiras usadas para cozinhar nesses contextos (SOUZA, 2014:89-90). Esses suportes poderiam ser pedras, recipientes de cerâmica velhos invertidos ou cupinzeiros, denominados "morros de salalé" (SOUZA, 2014:80). O autor comenta que "para alguns grupos do norte e do sul de Angola, esse fogo [aquele usado para cozinhar] estava envolvido em um rito nupcial, quando os pais da noiva dão os 'três morros de salalé' para o noivo antes do casamento" (SOUZA, 2014:89, tradução minha). Esse rito pode ser imediatamente associado àquele mencionado por Weeks, citado anteriormente neste capítulo, em que os mais velhos da comunidade disporiam as pedras da fogueira no novo lar dos recém casados.

Figura 4 - "Vida doméstica" [2]



Fonte: Elmano Cunha e Costa (1935-1939).

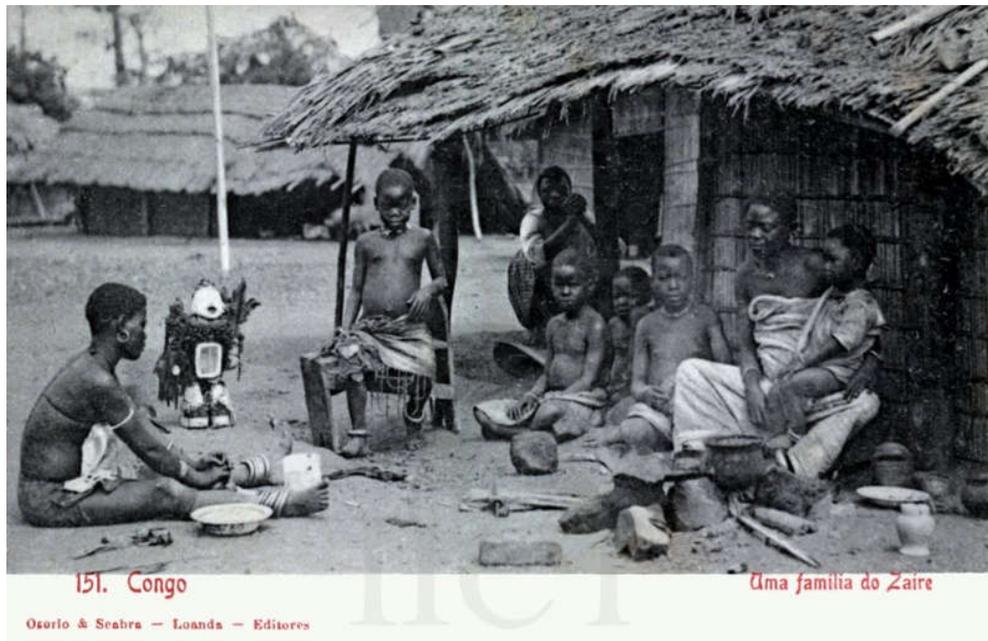
Disponível em: <<https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD15317>> Acessado em 20 de setembro de 2018. [Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal - IICT/ACTD/AHUD15317]

Nesta fotografia é possível ver três mulheres Quilengues agrupadas em torno de uma fogueira situada do lado de fora das habitações, em Angola, cozinhando em um panela que parece estar apoiada sobre três pedras.

Ferguson (1992:105) observa que esse padrão - fogueiras formadas por três suportes e panelas com bases arredondadas - também ocorre nos contextos arqueológicos associados aos escravizados das fazendas coloniais americanas. Não obstante, no Brasil, Souza (2014:88-90) nota que, embora os vasilhames cerâmicos destinados à cocção de alimentos se assemelhem morfologicamente àqueles comumente utilizados em Angola, eles possuem bases planas em vez de redondas, apropriadas para serem apoiadas em superfícies lisas, como prateleiras e

mesas. Isso refletiria, portanto, uma adaptação da cultura material trazida da África para as condições específicas do contexto colonial brasileiro.

Figura 5 - "151. Congo, Uma família do Zaire"



Fonte: Osorio & Seabra, editores (sem data).

Disponível em: <<https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD25011>> Acessado em 20 de setembro de 2018. [Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal - IICT/ACTD/AHUD25011]

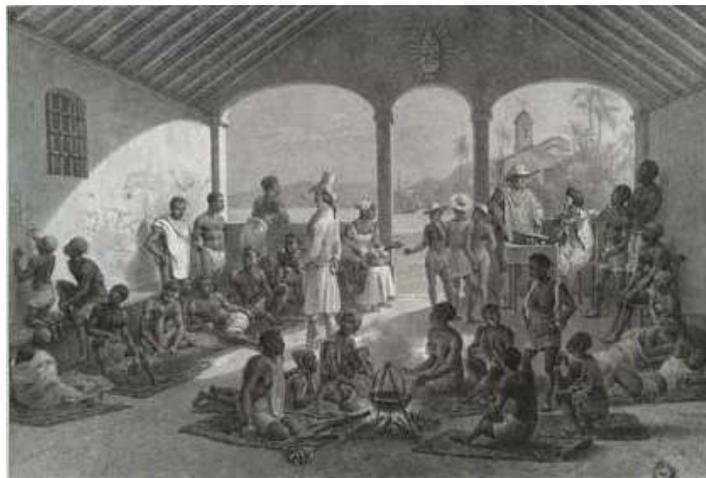
Este cartão postal representa uma família centro-africana reunida diante de sua casa, junto à uma fogueira formada por três pedras sobre a qual repousa uma panela de fundo arredondado. Interessa notar que entre as pessoas há um *nkisi* (o objeto à esquerda da criança sentada no banco), que pode estar representando um antepassado da família ou de algum outro modo simbolizando uma relação de verticalidade entre os vivos e seus ancestrais mortos no momento de preparo e consumo da refeição (ver SYMANSKI e MORAIS JR., 2016). Não obstante, é importante levar em conta que, por se tratar de um cartão postal, a cena representada provavelmente foi posada e o cenário deve ter sido organizado pelo fotógrafo, o que significa que, em circunstâncias normais, talvez aquele *nkisi* não estivesse ali.

Finalmente, Pisoni (2016), em um trabalho etnoarqueológico feito com imigrantes africanos vivendo na região de Rosarno, na Itália, registrou a presença de numerosas fogueiras constituídas por suportes de três pedras nas fábricas abandonadas que eles utilizavam como moradia. Esses imigrantes possuíam etnias e nacionalidades variadas, mas eram todos originários de regiões do centro e oeste da África. Mesmo em um cenário contemporâneo,

portanto, é possível observar um exemplo da manutenção dessa técnica tradicional por centro-africanos vivendo fora de seu local de origem.

Com base em todos esses trabalhos é possível constatar, portanto, a existência de uma forte relação simbólica entre povos da África Central com o fogo, em particular o fogo doméstico, associado ao culto aos ancestrais ligado à noção de linhagem e entendido como mediador de relações entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Ele seria ainda um elemento em torno do qual as pessoas se agregam e socializam umas com as outras, enquanto preparam e consomem alimentos, seja no espaço interno ou externo das habitações. Essas relações teriam, em muitas situações, sido continuadas por descendentes de centro-africanos escravizados nas Américas, ainda que modificadas ou reinventadas. O mesmo se aplica aos usos do fogo por motivos mais evidentemente práticos, como aquecimento da casa e proteção contra insetos, e à própria técnica utilizada na produção das fogueiras, baseada no uso de três suportes sobre o fogo. Isso teria servido como um meio de afirmação identitária por parte desses grupos e também de resistência à sua situação de escravidão, através da conquista de pequenos espaços de autonomia em seu cotidiano.

**Figura 6 - "Mercado de escravos"**



Fonte: Rugendas (1835). *Viagem pitoresca através do Brasil*. 4ª divisão, prancha 3. [São Paulo: Círculo do Livro S.A.]

Esta litografia, que representa o mercado de escravizados do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, tem em primeiro plano um grupo de africanos se aquecendo e conversando em torno de uma fogueira sobre a qual é preparada comida.

### 3. APRESENTAÇÃO DOS SÍTIOS

Como previamente colocado, este trabalho contempla estruturas de fogueira que foram evidenciadas em cinco contextos diferentes: duas fazendas no Sudeste do Brasil, que são a Santa Clara e o Colégio dos Jesuítas; uma fazenda, o Engenho de São Joaquim, e uma pequena povoação de emancipados, a Tapera do Pingador, no Centro-Oeste; e as ruas da cidade do Rio de Janeiro. A seguir será feita uma descrição mais detalhada desses contextos e das conjunturas históricas, econômicas e sociais em que cada um esteve inserido, bem como das pesquisas arqueológicas neles realizadas.

#### a. Colégio dos Jesuítas

O Colégio dos Jesuítas se situa no município de Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro. Essa região foi inicialmente habitada por populações indígenas falantes de línguas da família Purí (compreendendo as etnias Purí, Coroado, Koropó e possivelmente Goitacá e Guaru); a ocupação do território pelos colonos portugueses teve início nas primeiras décadas do século XVII. Como estratégia para pacificar e controlar as populações indígenas, foram estabelecidas em Campos as ordens religiosas jesuítica e beneditina, que se empenharam na catequização desses grupos e auxiliaram na ocupação da região pelos colonos. Os jesuítas obtiveram ali a posse de grandes extensões de terra que foram divididas em três propriedades, entre elas a fazenda do Colégio. (SYMANSKI e SUGUIMATSU, 2015:41)

A criação de gado foi a atividade econômica predominante na região de Campos até o início do século XVIII, quando foi destronada pelo cultivo da cana-de-açúcar. Na segunda metade do século a região concentrava pouco mais da metade de todos os engenhos do Rio de Janeiro, bem como um dos maiores contingentes de escravizados da capitania (43,6% em 1779). A entrada de africanos cativos foi bastante significativa no último quarto do século XVIII, sendo que, ao final deste, 47,5% dos 179.595 habitantes do Rio de Janeiro se encontravam em condição de escravidão. A população da região de Campos, majoritariamente indígena ou mestiça de indígena até meados do século XVIII, no século XIX já era caracterizada por uma predominância de centro-africanos jovens e do sexo masculino. Também nesse período houve uma mudança no padrão quantitativo de escravizados por

propriedade, em que lotes de menos de 50 cativos foram dando lugar a grandes escravarias. (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:96)

A constituição do perfil populacional nas fazendas dos jesuítas e beneditinos, não obstante, passou por processos peculiares em relação à do restante da região. Essas propriedades empregaram mão-de-obra escravizada de origem indígena e africana no início da sua ocupação, nos séculos XVII e XVIII, quando iniciou-se um processo de criouliização que perdurou mesmo com o fim da escravidão indígena e o aumento da entrada de africanos a partir da década de 1770, momento em que a composição populacional das fazendas começou a mudar. Enquanto em outras propriedades havia um predomínio do componente africano, nas fazendas jesuíticas e beneditinas os escravizados eram em sua maioria crioulos (76,4% entre 1790 e 1810). Isso implicou em um maior equilíbrio demográfico entre mulheres, homens e crianças nessas fazendas. (SYMANSKI, GOMES e SUGUIMATSU, 2015:96)

A fazenda do Colégio dos Jesuítas não fugiu desse padrão. Fundada em meados do século XVII pelos padres da Companhia de Jesus, foi utilizada de início para a criação de gado e, posteriormente, para o cultivo e processamento de cana-de-açúcar. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pela coroa portuguesa, em 1759, a população de escravizados da fazenda já estava organizada basicamente em arranjos familiares, havendo um equilíbrio numérico entre os sexos e uma elevada quantidade de crianças. Os dados sugerem que não houve entrada de novos escravizados de origem africana na fazenda após a expulsão dos padres, o que teria resultado em uma população escravizada já essencialmente crioula a partir do final do século XVIII. (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:97-98) No momento em que o comerciante Joaquim Vicente dos Reis arrematou propriedade da coroa portuguesa, em 1781, viviam quase 1.500 escravizados naquela que era na época a maior fazenda da região. Essa população atingiu seu auge em 1796, quando chegou a quase 2.000 cativos, porém começou a declinar no início do século XIX, tendência provavelmente relacionada à morte de Joaquim Vicente dos Reis em 1818 e à partilha de seus bens entre seus herdeiros - o que deve ter produzido um forte abalo na comunidade escravizada, que viu-se forçosamente dividida nesse processo. Em 1843, havia 1.111 cativos no Colégio dos Jesuítas. (SYMANSKI, GOMES e SUGUIMATSU, 2015:97-99) A partir de meados do século XIX ocorreu outra redução dramática na população escravizada, que em 1888 contava com apenas 148 pessoas (SYMANSKI, 2014:19).

Após a morte de Joaquim Vicente dos Reis a propriedade foi sendo passada pelas suas gerações de descendentes até 1970, quando ela foi desapropriada pelo governo do Rio de Janeiro. Não obstante, seu último proprietário, João Batista Barroso, continuou vivendo no local até sua morte, em 1980, bem como uma comunidade formada em grande medida por descendentes diretos dos antigos escravizados da fazenda, ocupando a mesma área onde originalmente se situava a senzala. A partir de então a sede da fazenda ficou inativa até 2001, quando passou a abrigar o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, função que desempenha até hoje. (SYMANSKI, GOMES e SUGUIMATSU, 2015:45-46)

O Colégio dos Jesuítas foi alvo de escavações arqueológicas feitas em três etapas, nos anos de 2012, 2014 e 2016, no âmbito dos projetos "Café com açúcar: Arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no Sudeste rural escravista - Séculos XVIII e XIX" e "Arqueologia da escravidão em ordens religiosas do norte fluminense: o Colégio dos Jesuítas e a Fazenda dos Beneditinos - Campos dos Goytacazes, RJ", sob coordenação de Luís Symanski. Os dois projetos visaram a analisar, sob uma perspectiva comparativa, a materialidade referente às populações escravizadas que viveram em fazendas do sudeste do Brasil no período colonial e seus descendentes, levando em conta suas variações no espaço e no tempo.

Cada etapa da escavação abrangeu uma parte diferente da área onde ficava a senzala da fazenda, e, em 2012, encontrou-se também material relativo a uma área de deposição de refugio da casa grande. O interesse deste trabalho, no entanto, está em outra área escavada em 2012, situada a cerca de 80m da sede e identificada como um espaço de uso cotidiano dos escravizados, na área externa da senzala, caracterizada pela presença de material arqueológico concentrado em torno de uma estrutura de fogueira datada do início do século XIX. São essa estrutura e os artefatos e ecofatos a ela associados que serão analisados no capítulo 4.

A disposição dos edifícios habitacionais da fazenda do Colégio caracterizou-se da seguinte forma: uma grande senzala em forma de U situava-se com suas duas extremidades voltadas de frente para a sede e ultrapassando a linha de sua fachada em aproximadamente 10m, o que conformava um espaço aberto de cerca de 200m x 250m entre as edificações. Na atualidade, dessas estruturas resta de pé ainda apenas uma parte do edifício sede, cuja quina noroeste serviu de referência para a definição do ponto zero da malha de quadriculamento da

escavação, situado 10m a leste dela. Essa configuração pode ser melhor visualizada na figura 7.

O sítio foi dividido em quatro quadrantes (nordeste, noroeste, sudoeste e sudeste - NE, NW, SW e SE) que, por sua vez, foram divididos em quadras de 10m x 10m e, finalmente, em quadrículas de 1m x 1m ou menores. A figura 8 representa as áreas escavadas no sítio Colégio dos Jesuítas até 2016 sobre um plano cartesiano. As áreas NW 2.7, NW 2.8, NW 3.7 e NW 3.8 correspondem ao local de depósito de refugio da casa grande da fazenda, enquanto as demais áreas são parte do espaço da senzala. Apenas algumas quadrículas foram escavadas em cada uma das quadras de 10m x 10m representadas, como pode ser visto nas figuras 9 e 10. A estrutura de fogueira analisada nessa monografia foi evidenciada na área NW 8.2, cujo intervalo de deposição se deu aproximadamente entre 1810 e 1850 e será o foco deste trabalho.

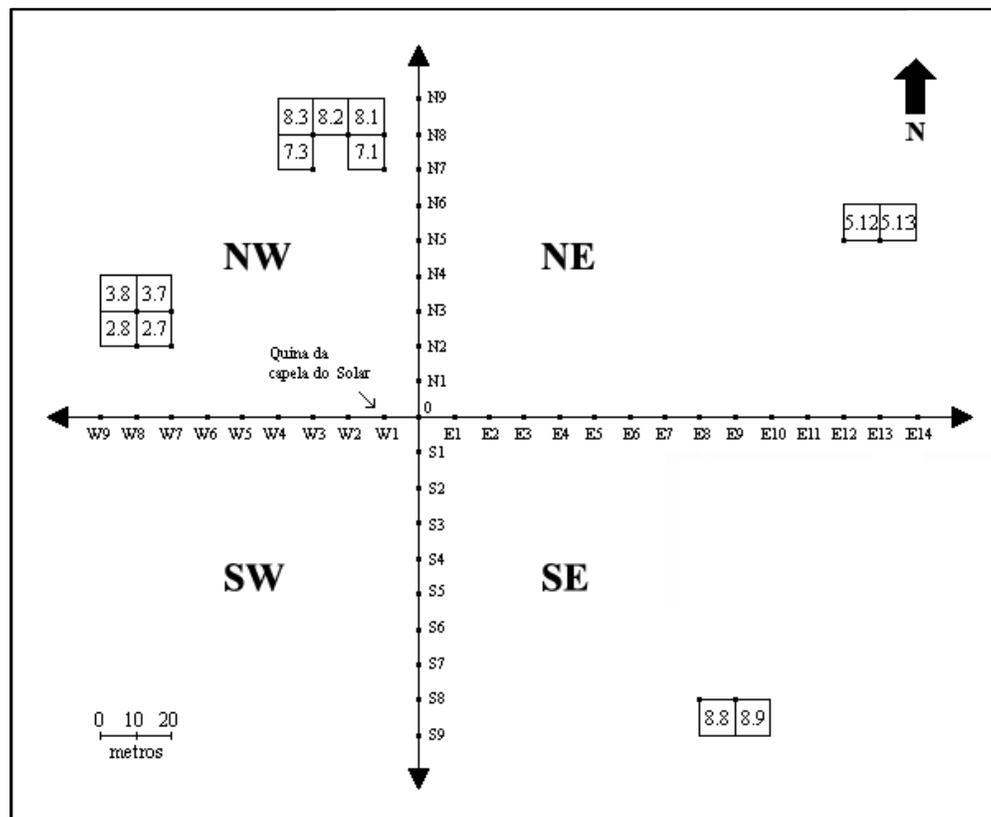
**Figura 7 - Vista aérea do Solar do Colégio e locais de escavação do setor noroeste da senzala**



Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (1980), adaptado por Symanski e Suguimatsu (2015:47).

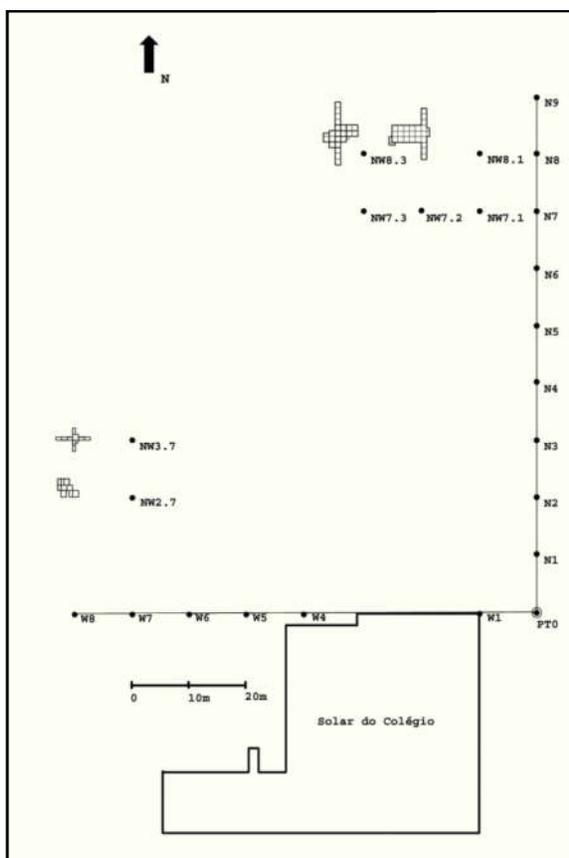
O tracejado em vermelho indica a localização original do prédio da senzala.

Figura 8 - Áreas escavadas do Colégio dos Jesuítas (2012-2016)



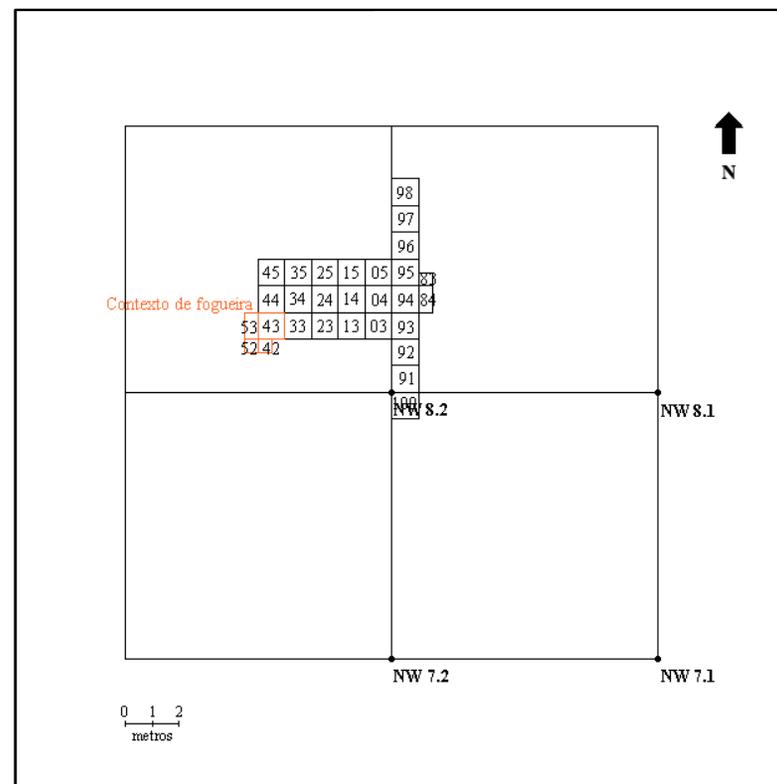
Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Figura 9 - Setor NW (noroeste) do Colégio dos Jesuítas



Fonte: Luís Symanski e Geraldo Morais Jr. Acervo do Laboratório de Arqueologia do curso de Antropologia da UFMG.

Figura 10 - Áreas NW 7.1, NW 7.2, NW 8.1 e NW 8.2 do Colégio dos Jesuítas, com delimitação da área da fogueira



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

#### b. Fazenda Santa Clara

Localizada no município de Santa Rita da Jacutinga (MG), na divisa com o estado do Rio de Janeiro, a fazenda Santa Clara esteve, durante o século XIX, inserida nas dinâmicas populacionais e econômicas do Vale do Paraíba, que se estenderam pelo sul fluminense, pela Zona da Mata mineira e pelo norte do estado de São Paulo, tendo seu epicentro no município de Vassouras (RJ). Essa região converteu-se, no primeiro quarto do século XIX, em uma importante potência cafeeira, e em meados do século já era a principal exportadora brasileira deste produto e abarcava grandes fazendas. (SYMANSKI e GOMES, 2016:178) O rápido crescimento populacional na região, que originalmente era ocupada por indígenas da etnia Coroado, foi impulsionado pelo extermínio desses grupos e pelo enfraquecimento da extração de ouro em Minas Gerais. (SYMANSKI, 2014:111)

A explosão da cultura cafeeira no Vale do Paraíba e arredores foi sustentada pela mão-de-obra de uma enorme população escravizada, composta preponderantemente por africanos oriundos da região de Congo/Angola, na porção central do continente, falantes de línguas bantu. Entre as décadas de 1820 e 1850, aproximadamente 70-75% dos escravizados do município de Vassouras eram africanos, o que implica em que os cativos nascidos no Brasil eram em sua maioria filhos de africanos. (SYMANSKI e GOMES, 2016:178)

A fazenda Santa Clara está situada na região de Rio Preto, cuja colonização iniciou-se em 1780; antes disso, o território era habitado pelos indígenas Coroado. O primeiro proprietário da fazenda foi Francisco Tereziano Fortes de Bustamante, futuro Visconde de Monte Verde, que adquiriu concessão para explorar essas terras, à margem direita do rio Preto, em 1824. A construção da sede da fazenda, contudo, só foi concluída em 1856. Após a morte de Francisco Tereziano a propriedade foi herdada por sua viúva e, posteriormente, por seu cunhado. Depois disso a fazenda foi hipotecada, arrematada pelo Comendador Modesto Leal e vendida ao Coronel João Honório, cujos descendentes detêm sua posse na atualidade. (SYMANSKI, 2014:113-114)

A sede da fazenda Santa Clara está localizada a cerca de 50m da margem direita do rio Preto; seu complexo arquitetônico é constituído pela casa grande com uma cozinha e despensa anexas, uma senzala tipo pavilhão em forma de L e duas benfeitorias. A ponta sul da senzala está conectada à fachada da casa grande e, no espaço delimitado pela senzala, pela

casa grande e por uma das benfeitorias, situa-se o terreiro de café, como representado na figura 12. A ala sul-norte da senzala, que mede 40m x 4m, atualmente está ocupada por parte da família que detém a fazenda, enquanto a ala leste-oeste, com 50m x 4m, está subdividida em uma habitação (extremidade oeste), um estábulo sem uso (extremidade leste) e um espaço que foi aproveitado como galinheiro e agora está abandonado (porção central; ver figura 13). Originalmente a senzala era dividida em recintos de 8m<sup>2</sup> cada, provavelmente ocupados por grupos de escravizados do mesmo sexo e/ou por famílias. (SYMANSKI, 2014:115-121)

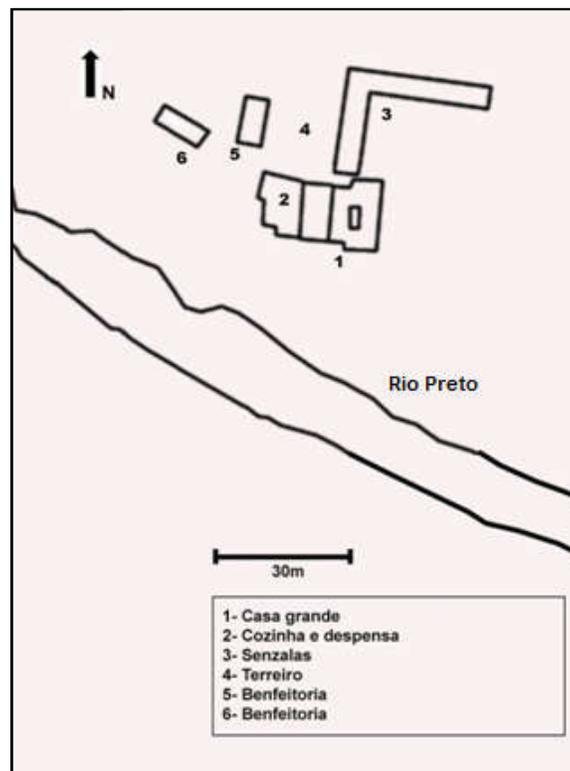
Tal como no caso do Colégio dos Jesuítas, a pesquisa arqueológica na fazenda Santa Clara fez parte do projeto "Café com açúcar: Arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no Sudeste rural escravista - Séculos XVIII e XIX". Foi feita uma escavação na parte interna do edifício da senzala, na porção que corresponde ao antigo galinheiro, de 25m x 4m. Ali foi aberta uma área de 24m<sup>2</sup>, detalhada na figura 14. Foi furado ainda um poço-teste de 1m x 0,5m de lados e 2m de profundidade na área diante da senzala que, no entanto, não apresentou indícios de cultura material, o que sugere que não houve depósito de refugio neste local. (SYMANSKI, 2014:121-125)

**Figura 11 - Sede da fazenda Santa Clara com senzala à direita**



Fonte: Symanski (2014:114).

Figura 12 - Planta baixa da fazenda Santa Clara



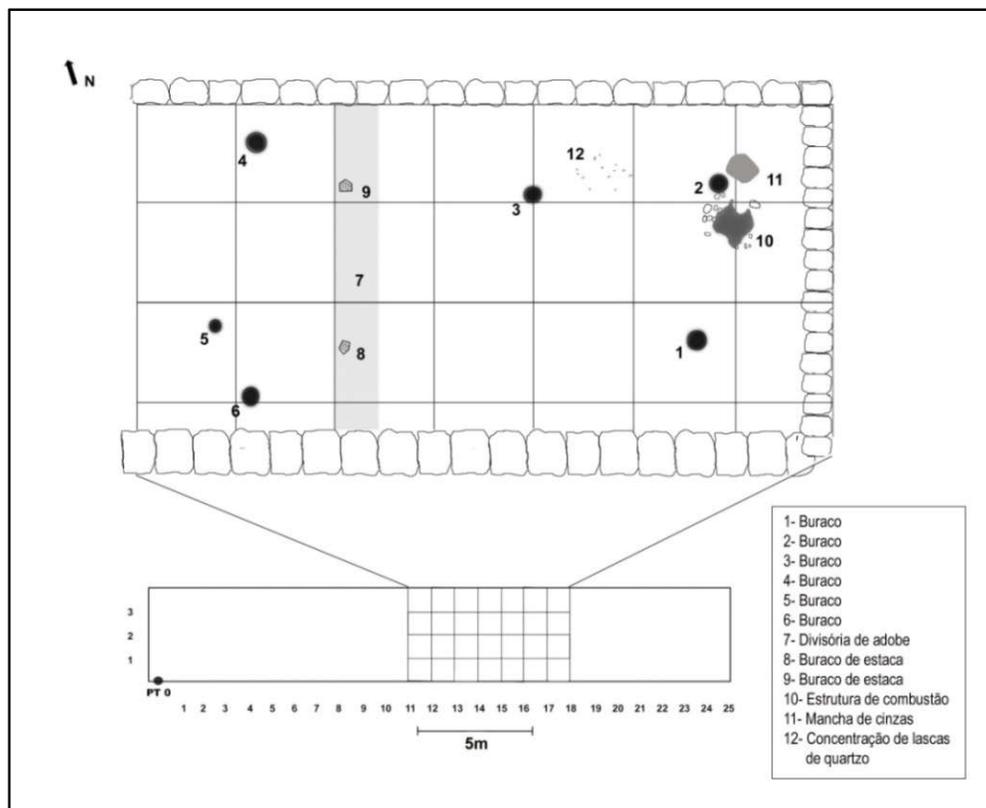
Fonte: Symanski (2014:117); adaptado por mim.

Figura 13 - Interior da ala leste-oeste da senzala da fazenda Santa Clara



Fonte: Symanski (2014:118).

**Figura 14 - Planta baixa da área escavada da senzala da fazenda Santa Clara, com indicação das feições e estruturas evidenciadas entre 20 e 40 cm de profundidade**



Fonte: Symanski (2014:120).

A escavação no interior da senzala resultou no achado de uma amostra de material pouco diversificada e relativamente pequena, não obstante com grande potencial interpretativo (ver SYMANSKI e GOMES, 2016); entre os itens encontrados se destacam uma conta de vidro azul, um dedal de cobre, uma concha de búzio, várias lascas e núcleos de quartzo branco, pedacinhos de escória, pequenos agregados de argila branca e sementes carbonizadas. Foram identificadas ainda as impressões de seis buracos circulares cavados deliberadamente no piso da senzala, com cerca de 10 a 15 cm de diâmetro e de profundidade, alguns com fragmentos de quartzo nucleiformes no fundo; e, o elemento mais relevante para esta pesquisa, uma estrutura de fogueira de cerca de 40 cm de diâmetro diante da junção de duas paredes, na quina de um dos cubículos, que será abordada no capítulo 4. (SYMANSKI, 2014:122-125)

### c. Engenho de São Joaquim

O Engenho de São Joaquim está situado no município de Pirenópolis (GO), que até 1890 chamava-se Meia Ponte. Ele foi construído nos derradeiros anos do século XVIII, no período em que a mineração de ouro cedia espaço para a agricultura como principal atividade econômica de Goiás. Seu primeiro dono e idealizador, Joaquim Alves, um rico escravocrata comandante de vários negócios e importante na vida pública de Goiás, participou ativamente desse processo. (SOUZA, 2016:152) A fazenda que ele fez construir era em muitos sentidos inovadora para o local e a época, inclusive em relação ao modelo de escravidão nela adotado, considerado mais ameno porém contando com mecanismos mais sutis de controle. Um desses mecanismos seria baseado na disposição das edificações da fazenda, organizadas de forma a facilitar a vigilância da senzala e das áreas produtivas a partir da casa grande. (SOUZA, 2011:85; SOUZA, 2016:154)

O inventário de Joaquim Alves informa que em 1854 havia 106 escravizados na propriedade; no período entre 1810 e 1830, em que a atividade do engenho esteve em seu ápice, é provável que esse número tenha sido maior. A população cativa em meados do século XIX era formada predominantemente por homens crioulos, sendo que os poucos africanos eram idosos e provavelmente viviam na fazenda desde sua fundação. Após a morte de Joaquim Alves a população escrava da fazenda passou a declinar, contabilizando 72 indivíduos em 1864 e apenas 51 poucos anos depois. (SOUZA, 2011:84)

O Engenho de São Joaquim permanece em uso na atualidade, sendo denominado Fazenda Babilônia. Parte de suas estruturas ainda está preservada, como a casa grande, o engenho e alguns dos anexos, mas, segundo Souza,

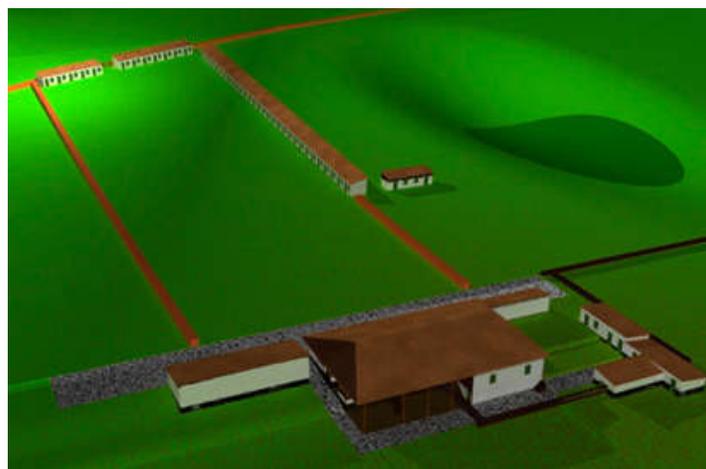
"Atualmente, não existem remanescentes em superfície das senzalas do engenho. Todavia, por meio da análise combinada das fontes documentais e arqueológicas, foi possível a compreensão da sua localização exata e feição. As senzalas eram formadas por dois longos pavilhões com as dimensões aproximadas de 150 e 50 metros, formando um 'L' invertido defronte à sede e organizados em torno de um pátio central. Embora não tenham sido encontrados vestígios de divisões internas – provavelmente em função do emprego, para esse fim, de materiais que não deixaram assinatura arqueológica, informantes que viram, no começo do século XX, as ruínas

desse conjunto, disseram que os pavilhões eram divididos em cubículos com uma porta e uma janela cada." (SOUZA, 2011:85-86)

Essa conformação, similar àquelas empregadas em Santa Clara e no Colégio dos Jesuítas, não era comum até então no estado de Goiás, em que o mais usual era o alojamento dos escravizados em pequenas cabanas construídas por eles próprios. Essa nova medida era um dos elementos que favoreceriam a supervisão e o controle dos escravizados pelo senhor, além de limitar a autonomia daqueles para decidir como construir e ordenar seus lares. (SOUZA, 2016:154) A ordenação dos prédios do complexo principal da fazenda no século XIX pode ser mais facilmente visualizada na figura 15.

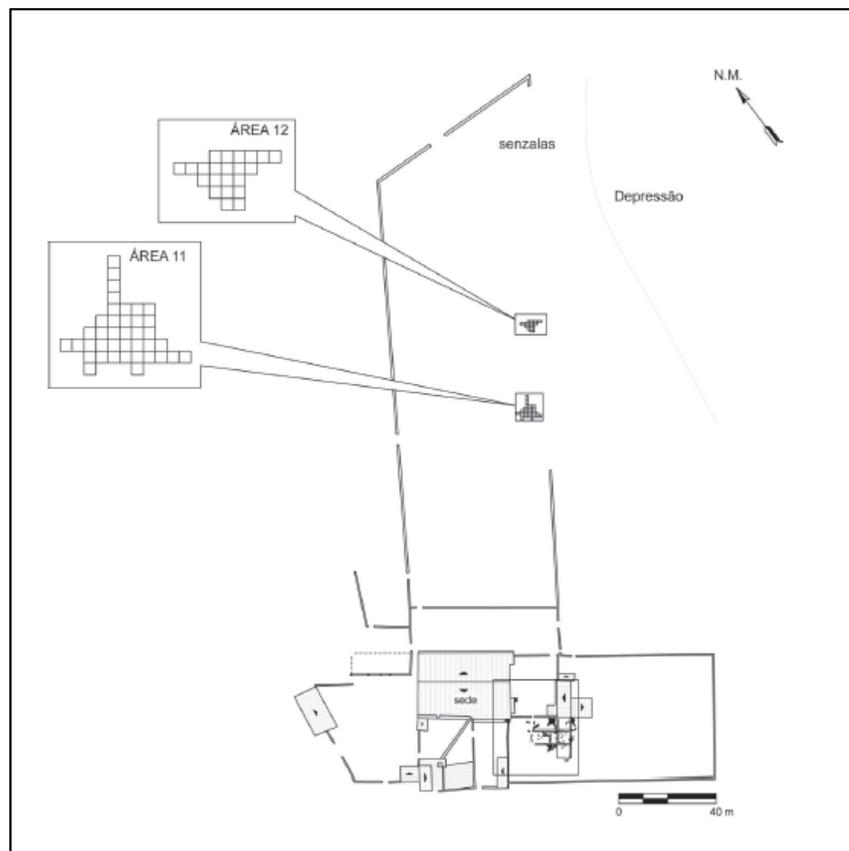
Souza (2016:149) argumenta que a materialidade da parte externa da senzala é melhor documentada, por ter estado mais exposta ao olhar público. O acesso à vivência íntima dos escravizados, dentro de suas habitações, seria mais restrito. Escavações arqueológicas conduzidas por Souza nesse sítio foram feitas em duas áreas da parte interna da ala maior da senzala, nomeadas como áreas 11 e 12. As duas áreas apresentaram uma grande densidade de material, e, na área 11, foi identificada a estrutura do fogueira a ser analisada neste trabalho, em torno da qual estava disposta uma grande quantidade de artefatos. (SOUZA, 2016:155) Uma esquematização das áreas de escavação desse sítio pode ser conferida na figura 16.

**Figura 15 - Representação artística do complexo de edifícios do Engenho de São Joaquim**



Fonte: Souza (2016:152).

**Figura 16 - Planta baixa e áreas escavadas do Engenho de São Joaquim**



Fonte: Souza (2011:88).

#### d. Tapera do Pingador

A Tapera do Pingador é um pequeno sítio formado por um conjunto de estruturas e feições arranjadas em uma área de 30m x 30m, habitado por uma família afrodescendente desde o final do século XIX. O local muito provavelmente foi um assentamento de libertos ou um quilombo de pequenas dimensões. (SYMANSKI, 2006:63)

O sítio se localiza na região da Chapada dos Guimarães, no estado do Mato Grosso. A colonização do atual estado teve início em 1718, quando uma expedição bandeirante da capitania de São Paulo descobriu ouro às margens do rio Coxipó; no ano seguinte, em resposta ao crescimento populacional na região, seria erguida ali a vila de Cuiabá. A atividade mineira, que era exercida por escravizados, foi a principal motivadora do povoamento do território do Mato Grosso ao longo do século XVIII; todavia, o esgotamento das minas de

ouro no final do século forçou a priorização de outras atividades econômicas - a criação de gado e o cultivo de cana-de-açúcar -, que passaram a empregar a maior parte da população escravizada da região. A mineração de diamantes foi autorizada pela coroa portuguesa em 1805, quando passou a ser também intensamente praticada, mas a partir de 1830 já começou a entrar em decadência. (SYMANSKI, 2006:26-27)

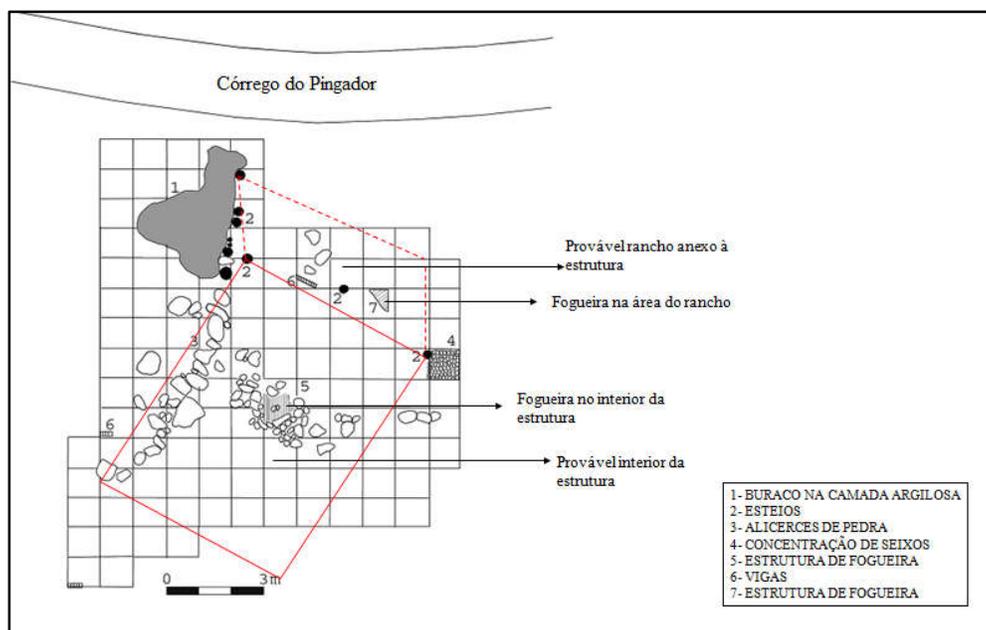
A ocupação da Chapada dos Guimarães começou em 1720, quando foi estabelecida a primeira grande fazenda na porção meridional da região, objetivando suprir com bens de subsistência a recém fundada vila mineira de Cuiabá. O povoamento dessa área se intensificou a partir de 1726, quando o governo passou a distribuir cartas de sesmarias para os membros da elite lá estabelecidos. No entanto, a região dos rios Casca e Quilombo, onde se localiza o sítio aqui abordado, só começou a ser ocupada em 1780, quando a mineração de ouro já estava em crise e começava a ser substituída pelas atividades agrícolas, e, mais tarde, pela exploração de diamantes. (SYMANSKI, 2006:29-30) No final do século XVIII e início do XIX, a Chapada dos Guimarães já possuía a maior concentração de fazendas e engenhos de cana-de-açúcar do Mato Grosso (SYMANSKI, 2006:32).

A presença de quilombos de tamanhos variados era comum na região, bem como de pequenos assentamentos de libertos em locais afastados (SYMANSKI, 2006:63-64). Portanto, a Tapera do Pingador não era um elemento anômalo naquele contexto. Na escavação do sítio, realizada em um projeto de contrato por Luís Symanski e Marcos de Souza, foram identificados dois componentes arqueológicos, um relacionado à primeira metade e outro ao final do século XIX. Na base do depósito foi encontrada uma feição de cerca de 3m x 4m de lados e 50cm de profundidade, referente ao contexto mais antigo, consistindo em um buraco preenchido por terra argilosa escura, fragmentos de recipientes cerâmicos e algumas moedas. (SYMANSKI, 2006:65) Symanski comenta que

"Essa feição é similar aos fossos de argila encontrados em sítios afro-americanos nos Estados Unidos, que consistiam em buracos escavados próximos às casas dos escravos e cuja argila fora usada para construir as paredes de casas de pau-a-pique, enquanto os buracos foram provavelmente usados como áreas de descarte." (SYMANSKI, 2006:65, tradução minha)

A escavação evidenciou ainda duas estruturas de fogueira situadas no que parece ter sido respectivamente o interior de uma habitação e um rancho anexo a esta, conforme representado na figura 17, que serão discutidas no capítulo 4.

**Figura 17 - Planta baixa do sítio Tapera do Pingador**



Fonte: Luís Symanski, adaptado por mim. Acervo pessoal do autor.

#### e. Centro histórico do Rio de Janeiro

No período de 2014 a 2016 foram feitas obras para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na cidade do Rio de Janeiro, que fomentaram intervenções arqueológicas nas áreas impactadas no centro histórico da cidade. As escavações, coordenadas por Maria Dulce Gaspar, trouxeram à tona uma rica cultura material referente ao período do Brasil Colônia e posterior, entre restos de antigas construções, calçamentos de pedra do tipo pé-de-moleque e estruturas de combustão e descarte, bem como uma miríade de artefatos e ecofatos. As estruturas de combustão evidenciadas serão discutidas no próximo capítulo.

A análise desse material permitiu aos pesquisadores traçar um esboço geral do início da colonização do centro do Rio de Janeiro. Segundo Gaspar (2016b:32), a ocupação teria

começado em meio ao bioma da restinga, sobre pequenas dunas que formavam a orla, onde teriam sido erguidas as primeiras construções, feitas de pedra e cal. Os colonizadores teriam gradualmente se adaptado ao novo ambiente e incorporado os elementos daquela terra nova em seu cotidiano, enquanto a cidade crescia. A entrada de africanos através do tráfico atlântico, iniciada no século XVII e intensificada entre os séculos XVIII e XIX, teria acrescido novas cores àquele já fervilhante contexto.

Mais transformações ocorreriam na cidade em princípios do século XIX, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Segundo a autora,

"A chegada da corte portuguesa à cidade, no início do século XIX, implicou na execução de novas construções, melhorias de outras, aberturas e calçamentos de ruas, aterros e embelezamento de praças, entre outras obras. Um tempo de mudanças profundas que se iniciou antes mesmo da própria chegada dos nobres e acarretou no estabelecimento de uma nova ordem para a vida na cidade. Neste período, espaços que ainda eram pouco habitados ou que eram ocupados por grupos menos favorecidos, como a atual Praça da República, passaram a ter outra configuração a partir da construção de sobrados e a instalação de estabelecimentos comerciais." (GASPAR, 2016b:32)

Apresentados os sítios das fogueiras analisadas e suas respectivas conjunturas históricas, no capítulo a seguir serão abordadas as estruturas de combustão em si e o material que conforma os contextos a elas associados.

#### 4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONTEXTOS DE FOGUEIRA

Neste capítulo será feita uma análise comparativa das estruturas de fogueira dos cinco contextos descritos no capítulo anterior e do material em seu entorno, abrangendo a distribuição espacial desse material, a posição das fogueiras na paisagem e a caracterização e interpretação dos artefatos e ecofatos a elas associados. Serão discutidas as possíveis implicações desses elementos nas vivências das pessoas que produziram essas fogueiras - escravizados e, no caso do sítio Tapera do Pingador, prováveis ex-escravizados -, incluindo aspectos relacionados às suas práticas cotidianas, como socialização, alimentação e lazer; à manutenção e/ou transformação de suas identidades e referenciais culturais; à sua capacidade de subverter usos e significados dos objetos e encontrar formas criativas de lidar com seus problemas e necessidades; e também a possíveis âmbitos ritualísticos ou religiosos.

Os contextos de fogueira analisados, como brevemente mencionado no capítulo anterior, são 1 - a fogueira da senzala do Colégios dos Jesuítas; 2 - a fogueira da senzala da fazenda Santa Clara; 3 - a fogueira da senzala do Engenho de São Joaquim; e 4 - as duas fogueira da Tapera do Pingador, um provável assentamento de forros ou quilombo. As fogueiras do centro histórico do Rio de Janeiro, por não terem sido tão individualmente detalhadas pelas autoras das fontes consultadas (BARBOSA e BULCÃO, 2016; GASPAR, 2016a), serão abordadas coletivamente em seus aspectos mais gerais.

A estrutura de fogueira evidenciada no Colégio dos Jesuítas estava em uma área que foi identificada como adjacente à senzala da fazenda, entre 35cm e 50cm de profundidade. A camada estéril estava a 60cm de profundidade, sendo que nas áreas escavadas ao redor ela se apresentava aos 40cm de profundidade. Isso indica que, para produzir a fogueira, foi cavado um buraco de cerca de 20cm de profundidade em relação ao piso logo no início do período de ocupação daquele espaço. Tijolos soltos estavam dispostos em conformação circular em torno da cavidade, que continha grande quantidade de carvão, ossos, conchas e fragmentos de cerâmica. Uma concentração ainda maior de material estava disposta ao redor da estrutura. (SYMANSKI, 2014:82) Para realizar a datação desse contexto foi utilizada a fórmula para a datação média de louças de South (1972, apud Symanski, 2014:53), adaptada por Lima *et al.* (1989, apud Symanski, 2014:53-54), que resultou na data média de 1816.9 para o nível 30-50cm (SYMANSKI, 2014:55).

A fogueira da fazenda Santa Clara, por sua vez, foi evidenciada entre os 25cm e 35cm de profundidade em um canto do que teria sido um cubículo da senzala-pavilhão da fazenda, próxima à junção das paredes norte e leste. A estrutura tinha cerca de 40cm de diâmetro e consistia em uma concentração de carvão parcialmente delimitada por seixos; havia ainda uma mancha de cinzas cerca de 30cm a norte da fogueira, e, perto dela, a marca de um buraco semelhante aos outros encontrados no piso da senzala, porém sem nada em seu interior (ver figura 14). (SYMANSKI, 2014:124-125) O material desse sítio é oriundo do século XIX.

A fogueira do Engenho de São Joaquim foi evidenciada no nível do piso do interior da senzala, na mesma camada de cerca de 7cm de espessura em que estava todo o material encontrado na área de escavação (SOUZA, 2011:87). A maior concentração de artefatos estava relacionada justamente à estrutura, que era constituída por uma cavidade circular no solo contendo cinzas e aglomerados de pedrinhas (SOUZA, 2016:155). Todo o material recuperado nesse sítio data do período de 1800 a 1864 (SOUZA, 2016:165).

Já as duas fogueiras da Tapera do Pingador são contemporâneas e estão em um contexto do final do século XIX, na primeira camada escavada no sítio. Uma das fogueiras estava situada no que parece ter sido o interior de uma pequena casa, e em torno dela se distribuía a maior concentração de material desse nível; a outra fogueira estava em um suposto rancho<sup>2</sup> anexo à construção, a menos de um metro de distância do segundo pico de material da camada. (SYMANSKI, 2006:64)

As fogueiras da cidade do Rio de Janeiro foram identificadas em duas áreas: na atual rua Sete de Setembro, então denominada rua do Cano, no antigo centro da cidade; e na área periférica ao centro, onde ficava o local chamado Rocio, atual praça Tiradentes, e a rua dos Ciganos, que hoje se chama rua da Constituição (BARBOSA e BULCÃO, 2016:12). Antes da chegada da corte portuguesa à cidade essa área era ocupada predominantemente por grupos marginalizados, como escravizados e, como sugere o nome da rua, ciganos (BARBOSA e BULCÃO, 2016:14). É possível, portanto, que este segundo componente étnico também esteja em algum grau representado pelo material desses contextos.

---

<sup>2</sup> Segundo Agostini (2013:74-75), os ranchos eram estruturas simples que comumente estavam espalhadas nas áreas rurais, servindo como locais de repouso, trabalho ou ambos, ou mesmo como cozinhas, como era provavelmente o caso daquele identificado na Tapera do Pingador.

a. Fogueiras internas e externas, rurais e urbanas

Das estruturas de fogueira em contexto rural aqui analisadas, uma estava na parte externa de uma senzala (a do Colégios dos Jesuítas), uma em uma área apenas parcialmente abrigada (a do rancho da Tapera do Pingador), e as demais no interior das habitações de escravizados e emancipados. Já as fogueiras urbanas do Rio de Janeiro estavam todas ao ar livre. De acordo com Agostini (2013:71), a análise da distribuição espacial dos focos de fogueira nas áreas habitadas por escravizados pode fornecer novas perspectivas sobre essas populações, "auxiliando nas pesquisas arqueológicas que se propõem a estudar a materialização de miudezas do cotidiano e práticas rotineiras". Ela menciona que essa seria, por exemplo,

"[...] uma forma de observar as possibilidades de perpetuação de um fogo sempre num mesmo lugar, ou se este podia variar de lugar dentro de uma senzala coletiva; além da presença de um só fogo na senzala ou vários focos de fogo contemporâneos. Estes dados talvez pudessem ajudar a elucidar peculiaridades sobre lugares sociais dentro destas senzalas, ou ainda sobre a possibilidade de formação de grupos de convivência entre parceiros de labuta no interior das senzalas coletivas." (AGOSTINI, 2013:71)

Em todos os sítios rurais aqui analisados foi identificado apenas um foco de fogo em cada ambiente, o que sugere que as mesmas fogueiras estavam sendo utilizadas várias vezes pelos frequentadores desses locais. Essa hipótese é reforçada pela grande quantidade de material concentrado em torno dessas estruturas, como será aprofundado na próxima seção deste capítulo. Pode-se inferir ainda que as fogueiras nesses contextos tenham funcionado como núcleos de socialização de grupos regulares de pessoas, fossem eles conformados por membros de uma mesma família ou por indivíduos ligados entre si por outras afinidades, contribuindo portanto para a manutenção dos laços sociais entre eles - fossem estes afetivos, hierárquicos, espirituais ou de outras naturezas. Esse tema será retomado várias vezes ao longo deste capítulo.

Das fogueiras rurais aqui abordadas, a do Colégio dos Jesuítas e a do rancho da Tapera do Pingador são as únicas que se situavam na parte externa da construção dedicada à

habitação. A prática de acender-se fogueiras em locais adjacentes às casas é coerente com os costumes tradicionais de várias populações centro-africanas, conforme discutido no capítulo 2; essas áreas seriam intensamente empregadas em atividades diversas, incluindo a socialização, o preparo e consumo de alimentos e o depósito do refugo resultante dessas e de outras práticas. Esses dois casos, portanto, representariam uma continuidade dessa relação com o espaço oriunda de uma matriz cultural africana entre os escravizados e emancipados desses dois contextos.

Já a fogueira do Engenho de São Joaquim, a de Santa Clara e a segunda fogueira da Tapera do Pingador estavam situadas no interior das habitações. Nos dois primeiros casos não foi encontrado material arqueológico na parte externa, adjacente às senzalas. Souza (2011:91), em relação ao Engenho de São Joaquim, atribui isso ao intenso controle senhorial sobre as vidas dos escravizados e à imposição de noções eurocêntricas de ordem e limpeza pelo menos nas áreas visíveis pelas pessoas livres, fora do domínio privado dos escravizados, por trás das paredes das senzalas; essa interpretação pode ser estendida ao caso da fazenda Santa Clara. Esse, segundo o autor, poderia ser um dos motivos pelos quais a fogueira que centralizava as principais atividades domésticas e de socialização se situasse no interior da construção; o senhor da fazenda não toleraria os resíduos produzidos por essas atividades e, possivelmente, imporiam um horário determinado para que os escravizados se recolhessem à senzala (SOUZA, 2012:46). Ele poderia também, talvez, proibir o próprio ato de acender fogos na área externa devido a isto desagradar-lhe por algum motivo. Finalmente, os próprios escravizados poderiam preferir ter seus momentos de convivência e lazer no interior das moradias por questão de privacidade, para escapar da constante vigilância a que eram submetidos a quase todo o tempo (SOUZA, 2012:47).

Finalmente, na Tapera do Pingador um fogo interno coexistia com um situado do lado de fora da habitação, o que é condizente com costumes vigentes entre populações da região central da África, como apontado no capítulo 2. Esse sítio, como já foi posto, era habitado por pessoas que não se encontravam mais em situação de escravidão, e, portanto, diferentemente dos outros casos abordados, não estavam sujeitas às imposições de um senhor. Isso indica que, nesse caso em particular, o hábito de centralizar as atividades domésticas em uma fogueira interna ocorria de forma totalmente voluntária, diferentemente do que foi discutido a respeito do caso do Engenho de São Joaquim, por exemplo.

De todo modo, é certo que, como coloca Souza, no que diz respeito aos grupos escravizados as medidas de controle impostas pelos senhores

"[...] não previniram a criação de sistemas de encontros entre escravos que fugissem do monitoramento das ações ou de barreiras repressivas externas ao grupo, e, assim, de rotinas que escapassem do controle do proprietário. Nesse sentido, é possível que os escravos africanos e seus descendentes tenham transformado suas práticas originais, de modo a se ajustar às circunstâncias do cativo e de torná-las relevantes para sua interação." (SOUZA, 2012:47)

Ainda em relação às fogueiras no espaço interno das senzalas, Souza (2012:50-52; 2016:159) destaca o papel que os atributos sensoriais conferidos ao ambiente por esse hábito poderiam ter na vivência dos escravizados, em especial por diferenciá-lá daquela das pessoas brancas e livres, definindo-os enquanto grupo. Souza se refere a dois desses atributos, relacionados em especial ao sentido do olfato: os cheiros dos alimentos sendo preparados e a fumaça produzida pela queima da lenha (que também atingiria outros sentidos, como visão e tato). Segundo ele, se era usual os escravizados cozinhareem na casa grande e em grandes cozinhas compartilhadas, essa experiência se daria de forma diferente nos interiores dos cubículos das senzalas, ocupados por pequenos grupos domésticos. Nesses casos, como também abordado por Slenes (2011 [1999]) e discutido no capítulo 2, as pessoas teriam mais liberdade para escolher ingredientes e preparar os alimentos da forma como preferissem, e os aromas dessa comida, diferente daquela consumida na casa grande, seria marcante nos espaços pequenos e fechados das senzalas. Igualmente marcante seria o efeito da fumaça nesses ambientes, que conferir-lhes-ia uma atmosfera única, estranha àqueles que não seus habitantes. Citando Souza (2012:52), "os interiores enfumaçados e abafados das senzalas se constituíam em uma norma cultural para aqueles que nelas residiam".

Aos atributos sensoriais relacionados às fogueiras mencionados por Souza que davam vida ao ambiente interno das senzalas podem-se somar no mínimo mais três: a luminosidade característica do fogo em um cômodo com pouca entrada de luz externa, o barulho da lenha crepitando e a temperatura mais elevada retida entre as paredes de barro da construção - ainda

que amenizada, segundo Slenes (2011 [1999]:240), por frestas nas paredes que permitiam a passagem de ar, por exemplo.

**Figura 18 - Detalhe da estrutura da senzala da fazenda Santa Clara**



Fonte: Luís Symanski. Acervo pessoal do autor.

Como pode ser notado nesta fotografia do interior da senzala da fazenda Santa Clara, o prédio exibe uma abertura entre a parede e o telhado que permite uma maior entrada de luz e ventilação, diferentemente do que acontece no tipo de senzala mais comum descrito por Souza e Slenes, completamente fechada exceto pela porta e por eventuais frestas nas paredes. Há de se considerar que esta é uma senzala tipo pavilhão que provavelmente foi projetada pelo proprietário da fazenda sem levar em conta as preferências dos escravizados. É curioso notar ainda, como pode ser visualizado na figura 11, que apesar da senzala não possuir janelas sua fachada é pintada de modo a parecer que sim, talvez para agradar ao gosto estético do senhor e de sua família. Enfim, também contrariando a norma, os cubículos da senzala do Engenho de São Joaquim possuíam, cada um, além da porta, uma janela (SOUZA, 201:86).

Sendo assim, a presença de fogueiras no interior dos cubículos das senzalas tipo pavilhão (e também das cabanas ocupadas por famílias) criaria elementos que produziriam experiências compartilhadas pelos escravizados e exclusivas a eles, proporcionando-lhes um sentimento de familiaridade e, nas palavras de Souza (2012:50-51), "um senso especializado de espaço e conhecimento". Assim, esse hábito os distinguiria dos elementos externos e,

possivelmente, contribuiria para a construção de uma noção de identidade entre eles, que teriam uma compreensão daquele universo de sensações partilhada apenas entre si.

Se foram discutidas as decorrências da posição espacial das fogueiras nas áreas rurais, dentro e fora das habitações, resta abordar a situação das fogueiras urbanas. Comparando as estruturas de fogueira da cidade do Rio de Janeiro com outras da zona rural de Itaboraí (RJ), Barbosa e Bulcão (2016:12) notam que aquelas são mais rasas e possuem menores dimensões - o que dá a entender que elas reuniam grupos menores em seu entorno. Pode-se supor também que elas fossem reutilizadas com menos frequência que aquelas das fazendas, possuindo um caráter de uso mais temporário. Isso aponta que essas fogueiras teriam desempenhado um papel diferente no que tange às relações de socialização entre os escravizados se comparadas às dos contextos rurais; elas reuniriam grupos mais inconstantes de pessoas e com menor periodicidade, o que tolheria sua atuação como fomentadoras de um senso de comunidade e da formação e estreitamento de laços entre as pessoas - embora não a eliminasse.

Entrementes, Gaspar (2016a:2) menciona que, no período em questão, o Rio de Janeiro contava com uma baixa circulação de pessoas, sendo comum que se acendessem fogueiras nas ruas da cidade. Ela constata ainda que havia estruturas de fogueira bem próximas das construções, o que sugeriria "[...] que os trabalhadores, provavelmente escravos, faziam suas refeições perto da obra".

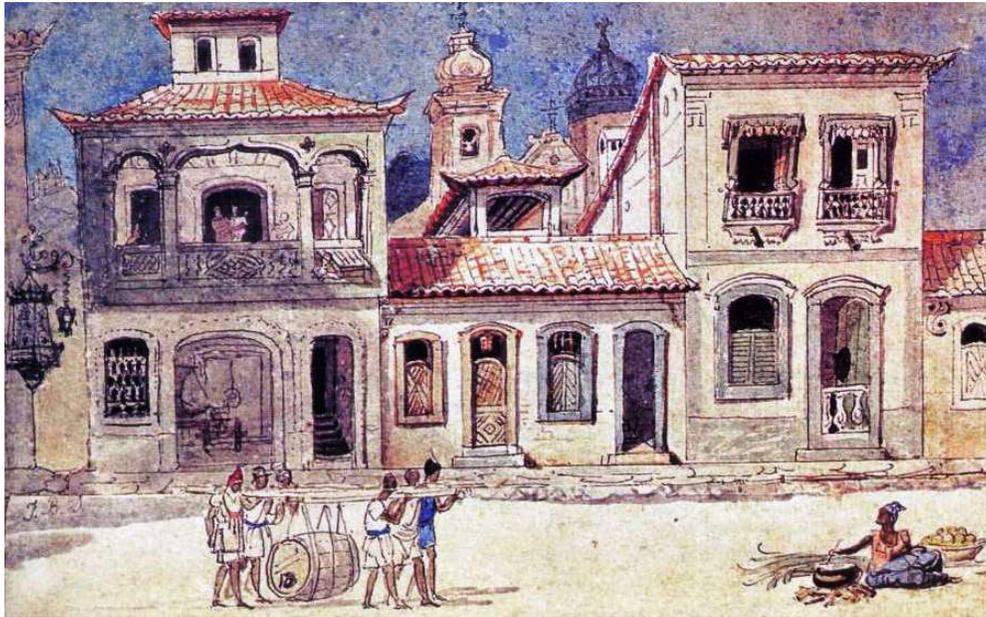
Barbosa e Bulcão também colocam que

"Os escravos eram utilizados para diversos tipos de trabalho, inclusive a venda de produtos que eram provenientes das chácaras e sítios existentes nos arredores da cidade. Muitos desses produtos eram preparados e consumidos nas ruas [...]."  
(BARBOSA e BULCÃO, 2016:12)

Assim, parte das fogueiras encontradas pode ter sido utilizada para o preparo de alimentos por escravizados de ganho visando a venda, não apenas seu próprio consumo. Ora, as atividades de ganho propiciariam aos escravizados urbanos o mesmo que a interação no interior das senzalas oferecia aos de contexto rural: tempo longe do olhar vigilante do senhor.

Esse tempo, segundo Gaspar (2016b:32), "era utilizado para exercerem práticas de acordo com seus costumes, e, portanto, [era] um tempo de lembrar".

**Figura 19 - "Casario do Rio de Janeiro"**



Fonte: Debret (1826).

Disponível em: <[http://www.unoparead.com.br/sites/museu/exposicao\\_cotidiano/cotidiano08.html](http://www.unoparead.com.br/sites/museu/exposicao_cotidiano/cotidiano08.html)>. Acessado em 8 de dezembro de 2018.

Essa aquarela de Debret, usada por Barbosa e Bulcão (2016) para ilustrar seu artigo, mostra uma escravizada de ganho fazendo uso de uma fogueira para preparar alimentos em uma rua do Rio de Janeiro.

Destarte, estivessem no interior das moradias, ao ar livre próximo a elas ou nas ruas de uma cidade, as fogueiras produzidas pelos afro-brasileiros e africanos trazidos ao Brasil, apesar de suas particularidades, tinham em comum o fato de servirem a escravizados e emancipados como meio de contestarem a norma vigente de forma sutil, fosse proporcionando um momento de escape da intensa labuta ou da supervisão opressiva dos senhores, no caso dos cativos; fosse criando, em maior ou menor grau, um sentimento de identificação mútua baseado em experiências compartilhadas pelo grupo e em uma herança cultural comum, em todos os casos abordados.

b. Análise distribucional do material associado às fogueiras

Consideradas as implicações do posicionamento das estruturas de fogueira nos sítios, cabe agora examinar a forma como os outros materiais entendidos como a elas associados se dispunham em relação às mesmas, e o que isso pode sugerir quanto aos possíveis usos que foram feitos dessas fogueiras e sobre as pessoas que delas usufruíram.

Como previamente mencionado, as estruturas de fogueiras analisadas neste trabalho contavam com uma maior ou menor quantidade de artefatos e ecofatos distribuídos em seus entornos, formando contextos em que pode ser notada uma clara interação entre a fogueira e esses outros elementos. Como eu não tive acesso a informações detalhadas sobre os padrões de distribuição dos materiais associados às fogueiras urbanas do Rio de Janeiro, elas não serão contempladas nessa seção, que abrangerá portanto somente as cinco fogueiras rurais. Não obstante, cabe salientar que, não diferentemente das outras, as estruturas de combustão do Rio apresentavam uma variedade de materiais arqueológicos em seu interior e entorno - não sendo possível para mim afirmar, porém, em que densidade.

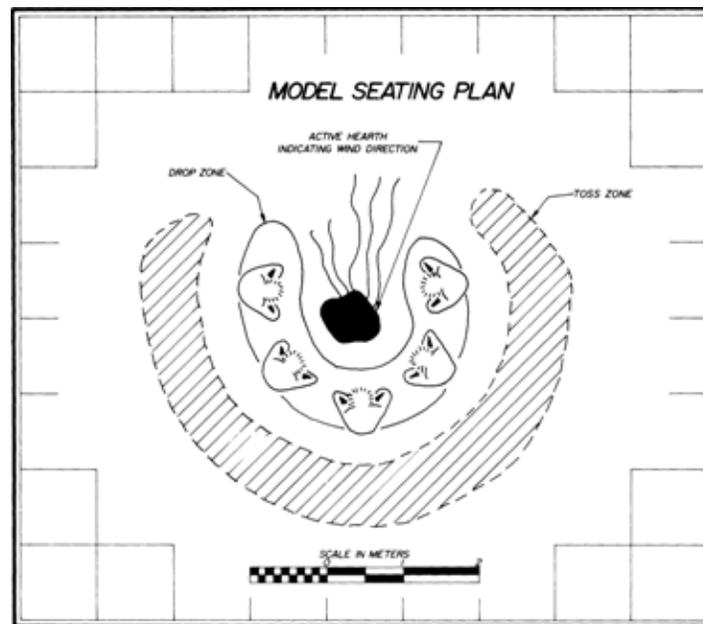
A análise dos padrões de distribuição dos materiais no espaço permite a identificação tanto de áreas de atividades quanto de hábitos de descarte de um grupo, cujas marcas compõem o registro arqueológico. Schiffer (1972) define três tipos de refugo, sendo eles:

"[...] *primário*, quando o material é descartado em seu contexto original de uso; *secundário*, quando o local de descarte final não é o mesmo do local de uso; e *de fato*, quando o material alcança o contexto arqueológico sem o desempenho de atividades de descarte." (SYMANSKI, GOMES E SUGUIMATSU, 2015:108, grifo dos autores)

Binford (1978:345, 349), em um estudo arqueológico feito em um posto de caça utilizado por pessoas do grupo Nunamiut, no Alasca, identificou um padrão de deposição de refugo relacionado às práticas realizadas no entorno de fogueiras, em especial ligadas à alimentação, em que ou deixava-se cair o refugo no local da atividade, diante ou ao redor das pessoas assentadas, configurando o que o autor denomina *drop zone* ("zona de queda"); ou atirava-se o refugo para trás, depositando-o na chamada *toss zone* ("zona de arremesso"). Em

ambos os casos a atividade de descarte caberia na categoria de refugio primário definida por Schiffer, já que os resíduos estariam sendo depositados no local em que foram produzidos.

**Figura 20 - "Model seating plan"**

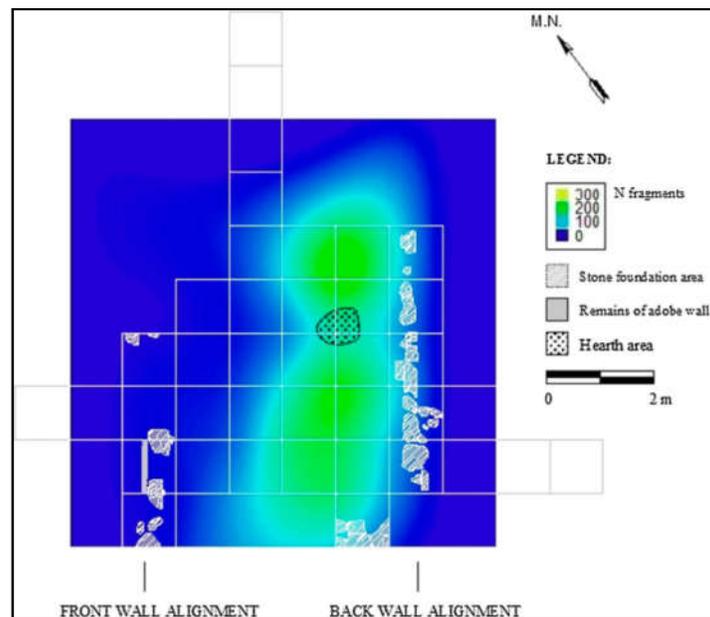


Fonte: Binford (1978:339).

Nessa esquematização é possível visualizar as denominadas *drop zone* e *toss zone*, identificadas por Binford em um posto de caça Nunamiut. A face não ocupada do entorno da fogueira, definida pela direção de que sopra o vento, é característica desse tipo de sítio.

Ora, esse modelo parece coincidir em algum grau com os padrões de deposição de refugio identificados em cada um dos contextos de fogueira aqui analisados. No caso do Engenho de São Joaquim, Souza (2012; 2016) compara a distribuição do material arqueológico em torno da estrutura de combustão evidenciada no sítio com o padrão identificado por Binford nas fogueiras Nunamiut, demonstrando suas similaridades a partir de um mapa distribucional do material da área 11 do sítio, onde se localizava a estrutura, elaborado a partir do método de *grid generalization* (HODDER e ORTON, 1976:155-174, apud SYMANSKI, GOMES e SUGUIMATSU, 2015:110).

Figura 21 - Mapa distribucional da área 11 do sítio Engenho de São Joaquim



Fonte: Souza (2016:156), adaptado por mim.

Como pode ser visto, os vestígios arqueológicos nessa área se distribuíam de tal modo que demonstravam possuir uma clara relação com a estrutura de fogueira, estando o material mais intensamente concentrado em duas áreas adjuntas a ela e, com uma gradual diminuição de densidade, afastando-se em direção a onde estariam as paredes laterais do cubículo. Pode-se assim presumir que os resíduos estavam sendo produzidos por pessoas sentadas dos dois lados da fogueira, de frente para ela, e que parte desses resíduos estaria sendo jogada para trás, no espaço às costas das pessoas, tal como ocorre no modelo de Binford. O material poderia ser classificado, então, como refugio primário (SOUZA, 2012:41-42).

Souza coloca que "quando refugio de facto ou primário são encontrados, é geralmente assumido que existe uma correlação positiva entre a densidade de artefatos e a natureza e intensidade das atividades desempenhadas no local" (SOUZA, 2012:42). Dessa forma, o padrão de distribuição do material apresentado reitera a proposição de que a fogueira desse cubículo tenha servido como um núcleo em torno do qual a provável família (SOUZA, 2012:45) que lá morava realizava suas atividades domésticas, incluindo aquelas relacionadas à socialização.

Um padrão semelhante pode ser verificado no contexto da fogueira do Colégio dos Jesuítas, em que uma profusão de vestígios estava distribuída em duas zonas principais de concentração de material: uma dentro da estrutura e em seu entorno imediato e outra a cerca de um metro de distância dela.

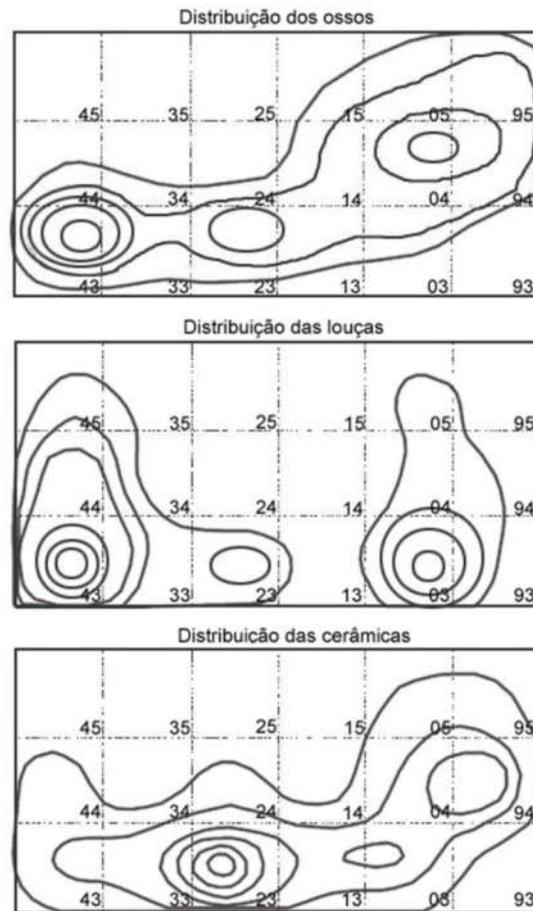
**Figura 22 - Disposição do material no interior e entorno imediato da estrutura de fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Luís Symanski. Acervo pessoal do autor.

Symanski, Gomes e Suguimatsu (2015) empregaram o mesmo método de *grid generalization* em 18 quadrículas da área NW 8.1, analisando separadamente as categorias de material mais abundantes: ossos, louças e outras cerâmicas. Na figura 23 estão representadas as malhas para cada uma delas, referentes ao nível 30-50 cm, que corresponde ao da estrutura de fogueira. Esta, vale lembrar, estava situada na quadrícula 43 e em algumas das circunvizinhas, que não foram abrangidas pela malha (ver figura 10). As linhas de contorno interiores indicam uma maior concentração de material na área por elas circundada em relação às mais exteriores.

Figura 23 - "Padrões de distribuição espacial dos ossos, louças e cerâmicas da quadra NW 8.1, nível 30-50 cm."



Fonte: Symanski, Gomes e Suguimatsu (2015:114).

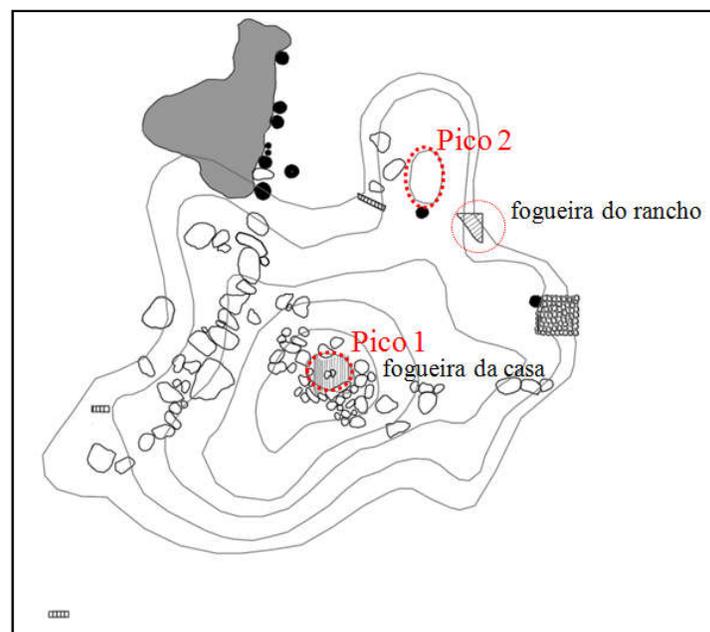
Como pode ser notado, há um pico de ocorrência de ossos e de louças na quadrícula 43 acompanhado de uma segunda aglomeração um tanto mais discreta desses materiais na quadrícula 23, onde está também o ponto de maior concentração de cerâmica. Ora, se os escravizados tinham o hábito de se postarem ao redor da fogueira, como tem-se considerado, a quadrícula 43 poderia ser entendida como equivalente à *drop zone* descrita por Binford, enquanto a quadrícula 23 configuraria uma *toss zone* (SYMANSKI, GOMES e SUGUIMATSU, 2015:116). Essas, então,

"São evidências diretas [...] das atividades centralizadas no preparo e no consumo de alimentos que ocorreram no entorno desta fogueira. Esta configuração consiste, portanto, em um padrão de deposição primário – material descartado no mesmo local da atividade - concentrado no centro e no entorno da fogueira." (SYMANSKI, GOMES E SUGUIMATSU, 2015:115-116)

Sendo assim, esses dados reforçam a hipótese de que a fogueira do Colégio dos Jesuítas teria se prestado como um núcleo importante de atividades domésticas e de socialização para as pessoas que habitavam a senzala, tal como no caso do Engenho de São Joaquim.

Algo similar acontece ainda na Tapera do Pingador. Nesse sítio, como posto, foram evidenciadas duas estruturas de fogueira, uma no interior de uma casa e outra na parte externa, diante ou sob o abrigo de um rancho anexo à habitação. A figura 24 mostra as concentrações relativas de material na camada I da área escavada, em que foram encontradas as fogueiras.

**Figura 24 - Mapa distribucional da camada I da área escavada do sítio Tapera do Pingador**



Fonte: Luís Symanski, adaptado por mim. Acervo pessoal do autor.

Como pode ser visto, os dois principais picos de material dessa camada se encontravam cada qual associado a uma das estruturas. A fogueira do interior da casa tinha mais vestígios concentrados em seu centro e entorno (*drop zone*) e parecia conformar um núcleo em torno do qual se ordenavam as práticas cotidianas, dado que a densidade do refugo diminuía gradativamente quanto mais se afastava da estrutura. Já na área contígua à fogueira externa observa-se um padrão distribucional diferente, mas ainda comparável ao modelo proposto por Binford: não é possível identificar uma *drop zone* bem delimitada nesse contexto, embora o segundo pico de material do sítio possa ser facilmente entendido como uma *toss zone*. Isso leva ao pressuposto de que essa fogueira teria desempenhado uma função secundária na vivência dos habitantes daquele local, se comparada à do interior da casa, mas ainda assim teria sido regularmente utilizada para alguma atividade, provavelmente relacionada à alimentação.

Pode-se constatar, portanto, que não somente nas senzalas, mas também em um lar de africanos ou afro-brasileiros que não se encontravam em situação de escravidão, o papel das fogueiras como eixos ordenadores das atividades domésticas cotidianas, recorrente em culturas centro-africanas, era mantido.

Cabe agora avaliar o caso da estrutura de fogueira da fazenda Santa Clara, que, em relação às outras aqui analisadas, contou com uma quantidade bem menor de vestígios dispostos em seu entorno - peculiaridade que será melhor explorada na próxima seção deste capítulo. Não obstante, a distribuição desse parco material continua sendo passível de comparação com o modelo proposto por Binford. Como pode ser conferido na figura 14, havia um aglomerado de lascas de quartzo a cerca de um metro da fogueira, em uma área que pode ser interpretada como uma *toss zone*, embora isso não seja tão evidente quanto nos demais casos. Já no interior e entorno da estrutura havia uma pequena quantidade de artefatos configurando refugo primário ou de fato relativo a atividades realizadas ao redor do fogo (*drop zone*), além de uma mancha de cinzas que pode ter se formado a partir da remoção do material resultante da combustão da lenha de dentro da fogueira.

**Figura 25 - Estrutura de fogueira da fazenda Santa Clara**



Fonte: Symanski (2014:127).

Esta fotografia permite notar a baixa densidade de material no entorno da estrutura de fogueira da fazenda Santa Clara, o que a distingue das demais aqui abordadas.

Portanto, salvo esse caso em particular, cujos dados são mais ambíguos, em todos os contextos aqui abordados fica claro, em primeiro lugar, que as fogueiras eram utilizadas de forma constante nas atividades domésticas e mesmo as ordenavam espacialmente; em segundo lugar, que essas atividades eram realizadas coletivamente, por pessoas que se agrupavam no entorno das fogueiras, o que alude à importância dessas estruturas no âmbito das relações interpessoais dos escravizados e emancipados em cada um dos casos; e, finalmente, que era praxe conservar os resíduos dessas atividades no local em que eles eram produzidos, no próprio ambiente doméstico. Ora, tal como o costume de agregar-se e realizar atividades em torno de fogueiras, esse hábito encontra paralelos em culturas africanas, como discutido por Souza (2016:161-162).

Segundo o autor, "a decisão de definir algo como sujo ou não-sujo é uma questão relativa e depende da cultura do indivíduo" (SOUZA, 2016:161, tradução minha). Ele discorre

sobre como, para os Dogon, uma população do oeste da África, o acúmulo de resíduos, objetos descartados e fuligem nas casas é relacionado à vitalidade, longevidade e prosperidade, além de constituir "um mecanismo que permitia a rápida reciclagem de itens descartados" (SOUZA, 2016:164, tradução minha); o tema da reciclagem de objetos nos contextos de senzala será abordado na próxima seção deste capítulo. O costume de manter os detritos no espaço doméstico, segundo Souza, também seria recorrente em sociedades da África Central, embora talvez com outros significados.

No caso do Engenho de São Joaquim, o autor considera que esse hábito, que teria sido conservado pela população escravizada, iria de encontro aos ideais de ordem e limpeza almejados pelo dono da fazenda, o que se manifestaria na baixa densidade de artefatos encontrados na parte externa da senzala - os resíduos, nesse caso, por exigência do senhor, seriam depositados em áreas delimitadas como lixeiras, e não nos espaços de atividades e socialização. No interior das senzalas, contudo, haveria maior autonomia dos escravizados sobre suas práticas e sobre o espaço, por isso os hábitos de descarte por eles preferidos ocorreriam com mais liberdade.

No Colégio dos Jesuítas, por outro lado, os donos da fazenda aparentemente não impuseram grandes restrições quanto aos locais de descarte permitidos aos escravizados, afinal, uma quantidade considerável de vestígios circundava uma estrutura de fogueira que ficava ao ar livre. Não obstante, também foram evidenciadas próximo à senzala áreas identificadas como lixeiras, com características de refugio secundário, o que demonstra que ambos tipos de descarte coexistiram no sítio. Como colocam Symanski, Gomes e Sugumatsu,

"A manutenção dessas práticas mais tradicionais de descarte, realizadas diretamente nesses espaços externos de socialização, foram [...] mantidas simultaneamente à deposição higiênica em lixeiras mais periféricas. Tais evidências indicam que os cativos da Fazenda dos Jesuítas não assimilaram passivamente as práticas higienistas-disciplinares, impostas pelos senhores. Embora as tenham incorporado, nem por isso abandonaram suas práticas tradicionais de descarte, relacionadas a um convívio mais íntimo com os resíduos produzidos em seu cotidiano." (SYMANSKI, GOMES E SUGUMATSU, 2015:118)

Em vista do que foi posto, a análise distribucional do material associado às estruturas de combustão aponta para a hipótese de que, nos casos abordados, as fogueiras estariam conservando pelo menos algumas das funções práticas e sociais que a elas eram atribuídas nas sociedades africanas das quais provinham os escravizados e emancipados desses contextos ou seus antepassados. Além ou por consequência disso, elas possuiriam um significado singular para essas populações, já que as dinâmicas em torno delas remeteriam a recordações de um passado que em algum grau as unia, contribuindo para a criação de novos sentidos de identidade que fundamentariam a coesão desses grupos fabricados pela experiência diaspórica, muitas vezes constituídos por indivíduos com origens étnicas e trajetórias muito distintas, mas, ainda assim, ligados por esse elemento em comum.

Ora, essa hipótese encontra ainda mais respaldo quando, além da ordenação do material no espaço, é examinada a própria composição desse material - os variados objetos e restos alimentares que constituíam os ricos contextos arqueológicos centralizados pelas estruturas de fogueira de cada um dos sítios aqui abordados. Esse assunto será tratado na seção que se segue.

### c. Artefatos e ecofatos nos contextos de fogueira

Os artefatos arqueológicos relacionados a populações afro-americanas podem não significar muito isoladamente, mas adquirem grande relevância interpretativa quando analisados dentro de seus contextos (SAMFORD, 1996:87). Os objetos dispostos em torno das estruturas de fogueira aqui abordadas, de forma geral, reiteram sua utilização em práticas de cunho alimentar, social, recreativo e ritualístico ou simbólico, como será exposto e discutido a seguir.

Antes de tudo, é preciso destacar o papel desempenhado por essas fogueiras no que tange às atividades relativas ao campo da alimentação, em especial o preparo e o consumo de alimentos. Ora, já foi abordada neste trabalho a importância das práticas alimentares comunitárias nas vidas dos africanos e afrodescendentes na diáspora, e, portanto, a significância para essas pessoas, em especial aquelas em situação de escravidão, de possuir algum grau de controle sobre esse domínio.

Em quase todos os contextos de fogueiras aqui analisados há predominância de materiais diretamente associados à esfera da alimentação. Isso inclui recipientes utilizados para estocagem, preparo e consumo de comida, bem como vestígios dos próprios alimentos consumidos - nomeadamente ossos, dentes, chifres, escamas e conchas de animais, e também sementes de plantas. Não obstante, no entorno das fogueiras também foram deixados por seus antigos usuários objetos relacionados a atividades de lazer, adorno pessoal, cuidados com o corpo e a saúde e práticas ritualísticas e/ou religiosas. Em geral, como posto na seção anterior, as estruturas de combustão centralizavam uma grande quantidade e diversidade de materiais - à exceção daquela situada na senzala da fazenda Santa Clara.

A escassez material no espaço dessa senzala como um todo, condizente com o observado em outras fazenda da mesma região e contexto econômico e histórico (SYMANSKI e GOMES, 2016:182-183), pode se dever a algumas hipóteses. Lima *et al.* (1993:187, apud SYMANSKI e GOMES, 2016:183) propõem que ou os senhores das fazendas eram tão rígidos em seu controle sobre os escravizados que proibiam ou dificultavam a aquisição de bens pessoais por estes, ou que os vestígios relacionados à população escravizada tenham sido eliminados após a abolição da escravidão. Dado que a escassez ocorre em pelo menos três fazendas do mesmo contexto, Symanski e Gomes consideram a primeira hipótese mais plausível, ressaltando que "esse controle era, de fato, uma estratégia de domínio fundamental em uma região demograficamente dominada por homens africanos" (SYMANSKI e GOMES, 2016:183, tradução minha), como era o caso do Vale do Paraíba.

Tão significativa quanto a baixa densidade de material em Santa Clara é o fato de que, nessa fazenda, há uma quase total ausência dos vestígios relacionados a práticas alimentares que abundam nos outros contextos abordados. Isso significaria que, nesse caso em específico, os cativos teriam poucas chances de preparar seus alimentos e consumi-los no espaço de seus lares, e deveriam, ao invés, receber refeições padronizadas, preparadas em uma cozinha comunitária (SYMANSKI e GOMES, 2016:183). Isso implicaria em uma perda de autonomia em comparação às outras populações escravizadas aqui estudadas.

O acesso a uma materialidade abundante e diversificada nesses outros contextos também é uma questão que merece ser abordada. Em relação ao Engenho de São Joaquim, Souza (2016:165-168) destaca uma série de estratégias de aquisição de bens que poderiam ter

sido empregadas pelos escravizados, que aqui podem ser estendidas também ao caso do Colégio dos Jesuítas. Essas estratégias incluem a criação de uma economia de troca informal, a concessão de itens de segunda mão pelos senhores das fazendas, a fabricação de objetos pelos próprios escravizados e a reciclagem. Já no caso dos escravizados de ganho que fizeram uso das fogueiras da cidade do Rio de Janeiro, os rendimentos conquistados com seu trabalho também poderiam ser utilizados para a aquisição de itens, junto a algumas das estratégias mencionadas.

Souza considera que "a adoção dessas diferentes estratégias indica um rico e variado uso de itens materiais pelos cativos que viveram no Engenho de São Joaquim" (SOUZA, 2016:168, tradução minha). Segundo o autor, isso contradiz a noção de que essas pessoas necessariamente dispunham de um universo material restrito; ele coloca que os usos que se faziam dos objetos no interior das senzalas

"[...] eram produtos de forças interagentes entre donos de fazendas e trabalhadores escravizados. A criação de uma economia informal, a obtenção de alguma autonomia e as oportunidades de tomada de decisões influenciaram a formação de suas práticas diárias." (SOUZA, 2016:168, tradução minha)

Otto (1980:3-4) ressalta que a qualidade e quantidade de vestígios materiais em um sítio não necessariamente refletem a posição social de seus ocupantes. Ele considera, por exemplo, que diversos fatores além da condição econômica podem produzir hierarquias dentro de uma sociedade, como idade, sexo, raça, etnia, língua, ocupação e diferenças legais e políticas, o que pode ou não se manifestar no registro arqueológico. Isso porque os benefícios concedidos a pessoas de determinada posição social não são necessária ou exclusivamente de ordem material, podendo ser também psíquicos ou simbólicos - como poder de coerção sobre outros, prestígio, dignidade, segurança, independência, etc. O autor comenta então que, no sul dos Estados Unidos entre 1789-1861, por exemplo, era bastante comum que pequenos fazendeiros brancos, pessoas brancas mais pobres em geral e negros escravizados dispusessem de condições materiais muito semelhantes, mesmo com suas diferenças de *status*.

Tudo isso posto, resta deslindar e comparar os artefatos e ecofatos associados às estruturas de fogueira analisadas em suas especificidades, bem como suas implicações em seus respectivos contextos.

### *Vestígios alimentares*

Os restos de alimentos de origem vegetal ou animal, como posto, foram um dos tipos de material com maior incidência em alguns dos contextos analisados. Sobre o consumo de partes de corpos de animais por populações humanas em geral, Marciniak (1999:295) coloca que ele geralmente se dá de formas que acentuam as relações sociais dentro de uma comunidade, muitas vezes demarcando desigualdades, papéis de gênero, negociações de papéis sociais e *status* de indivíduos, por exemplo; o mesmo talvez possa ser dito sobre o consumo de plantas. O material zooarqueológico derivado de práticas alimentares em sítios de senzala, especificamente, pode auxiliar na reconstrução das relações sociais nesses contextos ao permitir inferir sobre as escolhas e imposições alimentares aos quais os indivíduos escravizados estavam sujeitos, por exemplo (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:104).

No Colégio dos Jesuítas, a categoria de material mais abundante associada à estrutura de fogueira corresponde à dos vestígios faunísticos, que configura pouco mais de metade do peso total da amostra desse contexto (cerca de 52,48%) e inclui partes de vertebrados domésticos e silvestres e conchas de moluscos. Já na fogueira da senzala da fazenda Santa Clara, os restos de animais são representados por um único fragmento de osso não identificável. Souza (2011:93) informa que 17,24% da amostra da área da fogueira do Engenho de São Joaquim é composta por ossos de animais identificados como restos alimentares; o autor não menciona a presença de conchas. Em relação à Tapera do Pingador, não há ocorrência de material faunístico, ou de quaisquer restos de alimentos, embora haja utensílios para seu preparo e consumo. Isso pode ser devido à elevada acidez do solo do sítio, que impossibilita a conservação desse tipo de material (SYMANSKI, comunicação pessoal). Finalmente, nas fogueiras da cidade do Rio de Janeiro foram evidenciados dentes, ossos, escamas e conchas de animais domésticos e silvestres (BARBOSA e BULCÃO, 2016:12), mas as autoras não informem em que densidade.

As conchas do Colégio dos Jesuítas, distribuídas em grande quantidade no entorno da fogueira, foram todas identificadas como pertencentes à espécie *Donax hanleyanus*, comum no litoral do estado do Rio de Janeiro, à exceção de três pequenos fragmentos não passíveis de identificação. Desconsiderados estes, a amostra é constituída por um total de 228 conchas, compondo um número mínimo de 114 indivíduos da espécie. Esse animal, conhecido no Rio de Janeiro como sarnambi, ocorre em grande parte da costa atlântica da América do Sul, mais especificamente da Bahia à região do Rio da Prata. Na atualidade, ele é consumido como alimento por seres humanos, embora não em grande escala, e é utilizado como isca de pesca (CUSTODIO, MOLINA e DARRIGRAN, 2015:51-52). Deve-se ressaltar que o Colégio dos Jesuítas se situa a cerca de 30km do litoral, o que significa que, para buscar esses animais em seu habitat, um escravizado da fazenda teria que percorrer uma distância de aproximadamente 60km. Não obstante, os moluscos poderiam talvez ser adquiridos de outras formas, como através do comércio com pescadores (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:108).

Ora, embora as conchas nesses contextos estejam sendo tratadas primariamente como restos alimentares, é possível propor uma outra interpretação - que, no entanto, não necessariamente exclui a primeira: a de que tenham sido componentes de práticas de caráter ritualístico e/ou religioso. Symanski (2013:24) informa que, entre os Bakongo,

"[...] itens com superfícies refletivas, tais como cristais de quartzo, conchas marinhas e fragmentos de espelhos são componentes comuns nos *minkisi*, porque eles são metafóricos da fronteira entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, que é representado pela superfície da água, e assim eles comunicam a invocação das forças espirituais no mundo dos vivos." (SYMANSKI, 2013:24)

Pereira (2014) faz um trabalho etnoarqueológico em que analisa os diferentes usos de moluscos e suas partes nas religiões de matriz africana no Brasil, em especial no candomblé, focando sua pesquisa na cidade do Rio de Janeiro. Ele resalta a importância desses animais nesses cultos, citando seu "[...] uso ritual, relacionado à composição do Ifá<sup>3</sup>; [...] como

---

<sup>3</sup> Segundo Pereira (2014:130-131), "o Ifá pode ser compreendido como um orixá ligado à adivinhação do futuro e do destino, tendo o babalaô como seu sacerdote e dirigente de seu culto. Este oráculo pode ser composto de sementes de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq. var. *idolatriza*) ou por búzios (*Monetaria moneta*) [...]"

adornos em roupas, objetos de culto, armas de orixás e assentamentos; e ainda como animais de sacrifício para determinados ritos e orixás" (PEREIRA, 2014:130). Com base nas informações coletadas em visitas a um mercado onde são comercializadas conchas de moluscos voltadas para terreiros de religiões de matriz africana na cidade do Rio de Janeiro, o autor elabora uma lista com as espécies disponíveis, constatando que quase todas são exóticas; apenas duas espécies de dezesseis ocorrem na costa brasileira, e o gênero *Donax* não está representado (PEREIRA, 2014:130).

Não obstante, levando em conta a importância dos moluscos e suas conchas nos cultos de matriz africana, isso não descarta a possibilidade de que as conchas depositadas ao redor da estrutura de fogueira do Colégio dos Jesuítas tivessem sido usadas em alguma prática ritual ou religiosa. Afinal, o contexto em que os escravizados da fazenda estavam e por derivação suas crenças e cosmologias certamente não eram os mesmos daqueles dos praticantes dos candomblés contemporâneos. Além disso, é possível que os escravizados do Colégio dos Jesuítas simplesmente não tivessem acesso às espécies exóticas de moluscos usadas tradicionalmente nos ritos afro-brasileiros atuais. Nada no registro arqueológico, contudo, sugere diretamente que esse uso ritualístico dos moluscos tenha de fato ocorrido, sendo perfeitamente possível, também, que as conchas encontradas associadas ao contexto de fogueira sejam apenas refugio de práticas alimentares. Já no caso dos contextos da cidade do Rio de Janeiro, seriam necessárias maiores informações sobre as espécies de moluscos representadas nas amostras das fogueiras para que se possa chegar a alguma conclusão a esse respeito.

**Figura 26 - Exemplos da amostra de conchas de *Donax hanleyanus* do contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Quanto aos ossos de animais vertebrados, no caso do Colégio dos Jesuítas foram evidenciados tanto aqueles provenientes de animais domesticados quanto de espécies selvagens. Aproximadamente 61,16% da amostra desse tipo de material no contexto da fogueira (considerado o peso dos fragmentos) pôde ser identificada taxonomicamente, se não por espécie pelo menos por família ou gênero. 1,28% da amostra foi classificada apenas como sendo proveniente de peixes. O restante dos ossos, por não ser passível de identificação devido à excessiva fragmentação, foi desconsiderado na análise. Os dentes e chifres de animais estão sendo contemplados junto com os ossos.

Os animais domésticos nesse contexto estão representados na amostra pelas famílias Bovinae, Suidae e Caprinae, havendo um total de 18 ossos de bovinos, 12 de suínos e 3 de caprinos, sendo que, à exceção de duas vértebras de bovino, todos são provenientes da cabeça ou das patas dos animais. Já entre os ossos de espécies silvestres constam uma única mandíbula de gambá (Didelphidae), 10 ossos de jacaré (Alligatoridae) com várias partes dos corpos dos animais representadas, e 81 ossos de peixes.

No que tange ao centro histórico do Rio de Janeiro, único dos outros contextos analisados em que tive acesso a alguma informações sobre a composição do material ósseo, Barbosa e Bulcão (2016:12-14) comentam que suas fogueiras se diferenciam daquelas de áreas rurais em geral por terem uma maior incidência de vestígios de animais domesticados em relação aos silvestres. Isso pode ser explicado pelas particularidades ecológicas do ambiente urbano, menos favorável à prática da caça ou da pesca; por razões econômicas, como um provável custo mais elevado das carnes de animais selvagens comercializadas na cidade, se comparado ao das provenientes daqueles criados em fazendas; e mesmo por diferenças de gosto por parte dos habitantes de áreas rurais e urbanas.

Por outro lado, a proveniência da carne consumida pelos cativos do Colégio dos Jesuítas requer uma análise mais aprofundada, e informa mais sobre as relações entre escravizados e senhores na fazenda. Algo crucial de se considerar é

"[...] que os grupos escravizados afro-americanos poderiam ter formas de classificação de sua comida bastante diferenciadas daquelas da cultura hegemônica. Um critério de diferenciação fundamental, para esses cativos, era entre o alimento distribuído pelos proprietários e aquele obtido por eles próprios." (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:104)

Segundo Symanski e Moraes Jr. (2016:105), uma das formas de obtenção de carnes e/ou de outros alimentos derivados de animais por escravizados que viviam em fazendas era a manutenção de pequenas criações por eles mesmos, visando a seu próprio consumo ou ao comércio. A criação de animais de médio ou pequeno porte, como porcos, caprinos e aves, era mais comum e viável do que a de animais maiores, como bois e vacas. Não era incomum no Brasil que escravizados tivessem acesso a pequenos pedaços de terra onde podiam cultivar roças e criar animais para seu próprio benefício, geralmente recebendo dos senhores um dia livre na semana para se dedicarem a tais atividades. No Colégio dos Jesuítas, ainda de acordo com os autores, esse dia correspondia aos domingos; não obstante, o proprietário da fazenda ainda se encarregava de parte do sustento dos escravizados, provavelmente fornecendo-lhes rações e roupas. Assim, a produção das roças dos escravizados poderia servir como complemento a essas rações e também ser comercializada em mercados ou com os próprios

senhores, conferindo aos cativos, portanto, algum grau de autonomia sobre a própria alimentação e de independência econômica.

Ora, como mencionado, os ossos de animais domésticos evidenciados no contexto da fogueira desse sítio correspondem basicamente às patas, cabeça e região da coluna dos animais - partes de seus corpos pouco ricas em carne. Esse padrão inclusive é condizente com a tendência verificada na amostra de ossos de suínos e bovinos de todo o sítio (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:106). Se a carne consumida no entorno da fogueira fosse proveniente de animais criados e mortos pelos próprios escravizados, seria de se esperar que partes diversas de seus corpos estivessem representadas na amostra; logo, a alta incidência desses cortes específicos sugere que o alimento tenha sido fornecidos aos escravizados pelos senhores. Por outro lado, existe também a possibilidade de que ao menos parte desses animais tenha sido criada pelos cativos, mas que após o abate estes tenham vendido os cortes de carne mais caros e mantido para consumo próprio aqueles com menor valor no mercado.

**Figura 27 - Alguns ossos provenientes de cabeças de porcos da amostra da fogueira do Colégios dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

**Figura 28 - Metatarsos de boi e de porco da amostra da fogueira do Colégios dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Há mais alguns pontos relativos a esse tema que devem ser abordados. O primeiro é que, dentre os ossos de cabeças de animais da amostra da fogueira desse sítio, um corresponde a uma mandíbula de *Capra aegagrus hircus* (cabra ou bode doméstico) que pertenceu a um animal extremamente jovem. É pouco provável que os senhores fornecessem carne de filhotes aos escravizados ou que estes matassem animais de suas próprias criações antes que eles atingissem a maturidade, já que isso seria contraproducente em termos econômicos. Esse tipo de ocorrência, também verificada em alguns contextos de senzala dos Estados Unidos, pode ser interpretado como uma possível evidência de furto de animais da criação dos senhores por parte dos cativos (SYMANSKI e MORAIS J., 2016:108). Não obstante, é uma hipótese a se considerar também que o cabrito em questão tenha sido abatido para consumo do senhor da fazenda e sua família e que apenas a cabeça do animal tenha sido fornecida aos escravizados, por não ser de interesse culinário para a casa grande a despeito de ter pertencido a um filhote. Ou, ainda, pode ser que o animal fosse parte de uma criação de escravizados mas tenha vindo a falecer por acidente ou doença, por exemplo.

**Figura 29 - Algumas mandíbulas do contexto da fogueira do Colégio dos Jesuítas. A partir do alto, em sentido anti-horário: cabrito, porco e gambá.**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Outro ponto é a forma como as partes de animais mencionadas teriam sido preparadas e consumidas pelos escravizados e os significados e implicações disso no contexto em questão. Ricos em ossos e pobres em carne, esses cortes são melhor aproveitados se cozidos em caldos ou ensopados. Ora, tanto a recorrência desses cortes quanto um modo de preparo em que carnes, ossos e vegetais são fervidos em uma única panela por um longo tempo parecem ter sido comuns em senzalas nos Estados Unidos e no Caribe (WALLMAN, 2014:57; OTTO, 1980:10; SAMFORD, 1996:96). Os ossos, no caso, seriam quebrados para o aproveitamento do tutano em seu interior e adicionados ao cozido (OTTO, 1980:10). Além de ser prático para os escravizados, segundo Samford, "[...] esse estilo de cozimento provavelmente replicava sua familiar culinária oeste-africana, fortemente baseada em ensopados e outros alimentos semilíquidos" (SAMFORD, 1996:96, tradução minha). Ferguson (1991:32-34, apud SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:107) também informa que o preparo de comida cozida em uma única panela é comum entre povos da África Centro-Ocidental.

A alta fragmentação do material ósseo da amostra do Colégio dos Jesuítas pode indicar que a prática de extração de tutano mencionada por Otto (1980:10) ocorresse no sítio,

inclusive ao redor da fogueira (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:109). Souza (2011:93) também menciona, a respeito dos ossos do Engenho de São Joaquim, que

"[...] muitos deles apresentam fraturas que sugerem que eles foram quebrados ou perfurados (ao invés de cortados), muitas vezes para a retirada do tutano, prática comum tanto em regiões do oeste da África quanto em sítios escravos na América do Norte." (SOUZA, 2011:93)

A alta incidência de recipientes de servir côncavos em ambos sítios, inclusive nas áreas das fogueiras, reforça a hipótese do consumo frequente de caldos e ensopados, como será detalhado mais adiante neste capítulo. Assim, em relação a esses dois contextos, pode-se conjecturar que "[...] mesmo que esses cortes [pobres em carne] tenham sido distribuídos pelos senhores, foram incorporados dentro de práticas culinárias tradicionais da comunidade de senzala" (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:107).

**Figura 30 - Tibia de boi da amostra da fogueira do Colégio dos Jesuítas quebrada e com marca de descarnamento**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Algo pode ser dito ainda a respeito especificamente dos ossos das cabeças dos animais. Lima (2016:132-140) relata que, enquanto o consumo de cabeças de boi, em particular, não era comum entre as pessoas livres no período colonial, ele parece ter ocorrido com frequência entre escravizados tanto em áreas urbanas quanto rurais, em várias partes do continente americano. No Brasil, as cabeças não eram muito valorizadas ou apreciadas pelas pessoas brancas, razão pela qual se tornavam mais acessíveis a grupos marginalizados em geral, incluindo escravizados, presidiários e pessoas negras livres ou libertas. Na atualidade, segundo a autora, o consumo de cabeças de boi é tradicional entre algumas comunidades pobres e de maioria afrodescendente em áreas rurais do Brasil, e muito comum alguns locais da África, como na África do Sul.

Pode-se ponderar que, tal qual o preparo dos ensopados e caldos, o consumo de cabeças de boi por africanos e afrodescendentes nas Américas tenha sido (e ainda seja) um exemplo de uma prática alimentar tradicional de povos africanos que pôde ser mantida mesmo nas condições limitantes em que essas pessoas se encontravam. É possível também que as conclusões atingidas por Lima (2016:132-140) possam ser aplicadas ao consumo das cabeças de outros animais, como foi verificado no Colégio dos Jesuítas, por exemplo.

**Figura 31 - Chifre e alguns dentes de boi associados à estrutura de fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Finalmente, em relação especificamente às mandíbulas dos animais, Samford (1996:111) menciona uma outra possível interpretação para sua ocorrência em contextos afro-americanos: seu uso como instrumentos musicais. Segundo a autora, mandíbulas são utilizadas em lugares da África para produzir som através do atrito dos dentes com uma vara de ferro, por exemplo, costume que poderia ter sido trazido pelos africanos escravizados para as Américas. Não obstante, não chegou a ser verificado se há algum indício de que as mandíbulas da fogueira do Colégio dos Jesuítas tenham sido empregadas com essa finalidade.

Além da criação de animais pelos próprios escravizados e do fornecimento de rações por parte dos senhores, outra forma de obtenção de carne para os cativos era a caça e a pesca. No contexto da fogueira do Colégio dos Jesuítas, como mencionado, foram encontrados ossos de gambá, de jacaré e de peixes, além das já abordadas conchas de moluscos. Tanto gambás quanto jacarés são comuns na região em torno do sítio, o que aponta para a hipótese da caça; já os peixes e moluscos podem ter sido pescados pelos próprios escravizados e/ou obtidos de comerciantes. No caso do Engenho de São Joaquim, apesar de aparentemente não ter sido feita a identificação taxonômica dos ossos encontrados, há evidências de que a caça tenha sido praticada pelos escravizados, representadas por munições e peças de armas de fogo evidenciadas na senzala. Segundo Souza (2011:97),

"ao invés de se constituírem em instrumentos de defesa pessoal, o que, naturalmente, desencadearia a repressão ao seu uso, é bem possível que elas [as armas] tenham sido utilizadas para complementação da dieta alimentar ou para a comercialização informal de carne e couros de animais silvestres, que se constituíam em um gênero de exportação importante em Goiás na primeira metade do século XIX." (SOUZA, 2011:97)

De acordo com Samford (1996:95-96), embora os animais domésticos tenham sido a principal fonte de carne na alimentação dos escravizados nos Estados Unidos, vestígios de animais silvestres estão presentes em quase todos os sítios relativos as essas populações, o que sugere que a prática da caça/pesca tenha sido comuns entre elas e, possivelmente, também entre escravizados de outras partes do continente americano. Ora, essas atividades, tal como a criação de animais domésticos, podem ser entendidas não somente como um meio de

complementação dietética, em uma perspectiva tanto culinária quanto nutricional, mas também como uma conquista de um espaço de autonomia por parte dos escravizados, já que, ao obterem pelo menos uma parcela de sua alimentação por conta própria, eles estariam reduzindo a dependência que teriam das rações disponibilizadas pelos senhores e ampliando suas possibilidades de escolha.

**Figura 32 - Ossos de animais silvestres do contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas: jacarés (alto), gambá (mandíbula à direita) e peixes**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Além dos restos de animais, alguns dos contextos de fogueira analisados também apresentaram vestígios do consumo de plantas. No interior da estrutura de combustão da fazenda Santa Clara foram evidenciadas quatro sementes carbonizadas que não foram identificadas. Já na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Barbosa e Bulcão (2016:12-14), encontraram-se restos de mandioca em grande parte das fogueiras. As autoras mencionam que, assim como nas fogueiras rurais há maior incidência de restos de animais silvestres do que nas urbanas, vegetais selvagens como coquinhos também são mais comuns no campo do que na cidade. Curiosamente, em uma das estruturas evidenciadas na praça Tiradentes, que,

como posto no capítulo 3, no período colonial era frequentada principalmente por grupos marginalizados como ciganos e escravizados, havia

"[...] uma diversidade de vegetais cujas espécies identificadas são características da Mata Atlântica, indicando que a área de captação dessas madeiras se encontrava em terrenos mais elevados e distantes. Inserido nesse conjunto de vegetais foram encontrados vestígios de cipós que eram utilizados para uso medicinal além de construções de habitações, mobiliários e utensílios domésticos." (BARBOSA e BULCÃO, 2016:12-14)

É interessante notar portanto que, excepcionalmente nesse caso, os usuários da fogueira, que poderiam ou não ser escravizados africanos/afro-americanos, deslocaram-se até uma área menos urbanizada para coletar vegetais silvestres de seu interesse, ainda que não necessariamente para comê-los. Essa fogueira em específico, segundo Bulcão e Barbosa, parece ter sido acesa e utilizada para o preparo de alimentos várias vezes, e atingido temperaturas elevadas.

**Figura 33 - Sementes oriundas do contexto de fogueira da fazenda Santa Clara**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Sob uma perspectiva geral, os vegetais utilizados na alimentação poderiam ser adquiridos pelos escravizados através do cultivo de roças próprias, da coleta de espécies selvagens ou de ocorrência espontânea, do comércio ou das rações fornecidas pelos senhores. Do mesmo modo como ocorreria com as carnes, deveria haver uma diferenciação entre as plantas obtidas diretamente pelos escravizados durante seu tempo livre e aquelas que lhes eram concedidas, sendo que as primeiras seriam fruto daquelas "brechas" no sistema escravista que possibilitavam aos cativos manter um mínimo controle sobre suas próprias vidas.

Como coloca Wallman,

"[...] a população escravizada assegurava relativo controle sobre suas condições econômicas através do desenvolvimento de práticas de subsistência diárias, negociando as restrições físicas e sociais da fazenda e do ambiente natural."  
(WALLMAN, 2014:52)

#### *Utensílios de cerâmica, louça e vidro*

Já foi mencionado que, nos contextos de fogueira analisados, os recipientes destinados ao armazenamento, preparo e consumo de alimentos constituíram uma das principais categorias de material. No Colégio dos Jesuítas, esses utensílios são feitos de louça inglesa e portuguesa, cerâmica torneada simples, cerâmica torneada vidrada e cerâmica artesanal acordelada; juntos, eles constituem a segunda categoria de material mais abundante no contexto da fogueira tanto em peso quanto em número de fragmentos, ficando atrás apenas dos vestígios faunísticos.

Considerados os fragmentos diagnósticos, a cerâmica acordelada é representada por apenas duas peças, uma delas não identificada e a outra correspondente a um jarro grande, provavelmente utilizado para a armazenagem de líquidos. Há mais três recipientes interpretados como de armazenagem entre a cerâmica torneada simples, além de uma peça circular de cerca de 30cm de diâmetro que possui marcas de queima na parte inferior e restos de alimentos incrustados, o que indica que ela foi utilizada no preparo de refeições. Já entre a cerâmica torneada vidrada constam uma malga de 10cm de diâmetro; uma peça côncava com

diâmetro também de 10cm, provavelmente uma tigela semiglobular; uma peça não identificada; e uma pequena jarra com diâmetro de 10cm que aparenta ser uma molheira ou leiteira, ou seja, um utensílio normalmente utilizado para servir, mas que, curiosamente, parece ter sido ocasionalmente levado ao fogo. Há ainda um prato e uma peça não identificada de faiança portuguesa e, entre a louça inglesa, constam um prato *creamware royal rim*; um prato *creamware* com decoração *paris pattern*; um prato *shell edged* com incisões retas e borda ondulada azul; um prato ou pires com decoração azul; uma malga com diâmetro da base de 8cm e da borda de 13cm; uma malga com diâmetro da borda de 12cm; uma malga *dipped ware* com diâmetro da borda de 14cm; e uma peça côncava grande, provavelmente utilizada para preparar ou servir alimentos.

É possível notar portanto que, desconsideradas as peças sem identificação, nesse contexto predominam os utensílios destinados ao consumo de alimentos (10), feitos de cerâmica vidrada ou louça; a eles se seguem os recipientes de armazenamento, de cerâmica acordelada ou torneada simples (4); e, finalmente, as peças destinadas ao preparo e/ou serviço de alimentos (3). No caso dos utensílios para consumo, os de forma plana (pratos) e os côncavos (tigelas e malgas) estão igualmente representados, havendo cinco de cada categoria.

A presença expressiva de peças relacionadas a práticas alimentares no contexto, junto à já abordada abundância de vestígios faunísticos, virtualmente confirma a realização frequente de refeições comunais no entorno da fogueira da senzala do Colégio dos Jesuítas pelos cativos, corroborando portanto o que tem sido dito sobre a manutenção e a importância desse costume para as comunidades escravizadas no continente americano. Igualmente, a alta incidência de tigelas pequenas e malgas reforça a tese de que o preparo de alimentos ensopados seria comum entre essas populações.

**Figura 34 - Fragmento da pequena jarra em cerâmica vidrada da fogueira do Colégio dos Jesuítas**



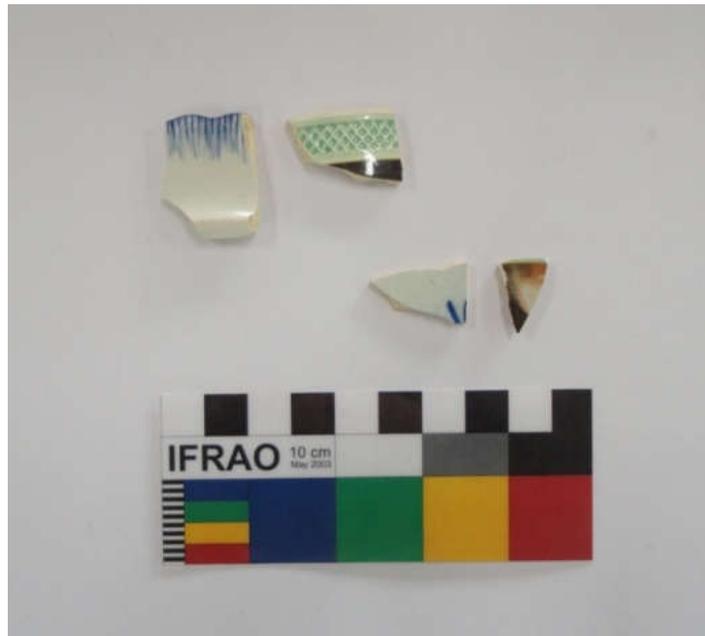
Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

**Figura 35 - Exemplares de faiança portuguesa da fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

**Figura 36 - Exemplos de faiança fina da fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

**Figuras 37 e 38 - Utensílio plano com marcas de fogo e restos de comida da fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

Como já foi dito anteriormente, o contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas data do início do século XIX, época que corresponde também ao início da ocupação da área da senzala em que ele esteve. De acordo com Symanski e Morais Jr. (2016:103-104), nesse período, em que houve a chegada da família real portuguesa e a abertura dos portos brasileiros, as faianças portuguesas comumente utilizadas no Brasil colonial foram

substituídas no mercado pelas de origem inglesa, consideradas mais modernas. Não obstante, ainda segundo os autores, o uso das antigas louças portuguesas, produzidas ao longo do século XVIII, perdurou na senzala do Colégio dos Jesuítas até meados do século XIX, mesmo tendo sido gradualmente substituídas pelas louças inglesas mais novas. Symanski e Morais Jr. consideram que, se isso pode ser indicativo de uma situação de limitação econômica vivida pelos escravizados, por outro lado também pode indicar

"[...] um certo conservadorismo por parte deste grupo, relacionado à rejeição dos valores que estavam sendo disseminados por meio da cultura material da sociedade capitalista européia para os segmentos médios e altos da sociedade brasileira."  
(SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:103)

Os autores discorrem então sobre como o uso dessas peças antiquadas de faiança portuguesa durante as refeições coletivas realizadas em torno da fogueira poderiam remeter a questões espirituais relacionadas à ancestralidade. Em suas palavras:

"[...] essas louças velhas poderiam ter sido, em muitos casos, as mesmas nas quais seus pais e avós - muitos dos quais já mortos e, assim, presentes na comunidade como espíritos ancestrais - fizeram suas refeições em volta de outras fogueiras no pátio da senzala. Cabe lembrar que a ancestralidade tinha uma importância fundamental nas sociedades centro-africanas matrizes desses grupos diaspóricos, consistindo em uma das diversas forças espirituais que atuavam diretamente sobre todas as facetas do cotidiano desses grupos. [...] Nesse sentido, a utilização, pelos cativos do Colégio, das louças utilizadas pelos pais e avós não somente referenciava a memória, mas, de fato, envolvia a comunhão com os espíritos ancestrais, tanto aqueles mais recentemente falecidos quanto os que partiram há mais tempo. A socialização, neste caso, ia além das relações horizontais, entre os vivos co-participantes da refeição, mas envolvia também as relações verticais com os ancestrais, com aqueles que no passado haviam compartilhado das refeições com os membros mais velhos do grupo." (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:104)

Vale lembrar a forte associação feita pelas populações centro africanas em geral entre as fogueiras domésticas em si e essa noção de ancestralidade, já bastante discutida no capítulo 2, que reforçaria essa tese (retomar a figura 5); o mesmo pode ser considerado em relação aos alimentos que estavam sendo consumidos e seu modo de preparo, como abordado anteriormente neste capítulo.

No que tange aos utensílios ligados à alimentação, a situação do Engenho de São Joaquim é em muitos aspectos similar à do Colégio dos Jesuítas. Segundo Souza (2011:92-93; 2016:165-166), a área onde ficava a estrutura de fogueira possuía a maior incidência de artefatos do tipo, em sua maior parte constituídos por material cerâmico; o restante corresponde a garrafas de vidro verde escuro que parecem ter sido constantemente reutilizadas para o consumo de líquidos e a pequenos fragmentos de vidro transparente que podem ser provenientes de copos ou taças. Entre as cerâmicas predominam aquelas queimadas em baixas temperaturas, havendo uma quantidade bem menor de louças; estas são constituídas por pratos e, principalmente, tigelas.

Souza (2011:95-97) nota que, entre as louças da senzala do Engenho de São Joaquim, ocorrem algumas sem decoração, que eram as mais baratas do mercado, e, em maior quantidade, louças minimamente decoradas e/ou pintadas a mão, com muitas cores. Elas se diferenciam daquelas encontradas na sede da fazenda, que têm decoração predominantemente em *transfer print*, com cenas de estilo oriental e romântico representadas em azul nas superfícies dos pratos. O autor coloca que essa diferença não se dá unicamente por razões econômicas (as peças em *transfer print* eram mais caras), mas considera que ela era motivada principalmente por questões culturais. Ele menciona que outros casos semelhantes já foram registrados na Jamaica (WILKIE, 2000, apud SOUZA, 2011:95) e no Mato Grosso (SYMANSKI e SOUZA, 2007, apud SOUZA, 2011:95). No caso da Jamaica, por exemplo, haveria uma preferência dos escravizados por

"[...] recipientes minimamente decorados ou pintados à mão, cujas decorações apresentavam-se em combinações nas cores marrom, amarelo, laranja e verde, e que formavam motivos geométricos, tais como pontos, zigzagues, e linhas paralelas. Com isso, opunham-se às louças encontradas na sede da propriedade que, majoritariamente, apresentavam-se em cenas na cor azul, produzidas pela técnica do

transfer-printing. [...] a preferência dos escravos pela decoração encontrada teria sido influenciada pela estética de grupos oriundos da África". (SOUZA, 2011:95)

Souza considera, portanto,

"[...] que na escolha para a aquisição dessas louças, os escravos do Engenho de São Joaquim estivessem mais preocupados em utilizar itens que se coadunavam com sua base cultural e não propriamente com os aspectos sócio econômicos envolvidos na apresentação desses itens." (SOUZA, 2011:95)

Ele acrescenta ainda que não é tão incomum a presença de louças caras em contextos de senzala, sendo que elas poderiam ser compradas de forma avulsa pelos próprios escravizados, recebidas de segunda mão de seus senhores ou furtadas, por exemplo (SOUZA, 2011:96). De todo modo, é possível notar que, embora de maneiras diferentes, tanto as faianças portuguesas do contexto do Colégio dos Jesuítas quanto as louças minimamente decoradas do Engenho de São Joaquim podem ter sido empregadas pelos escravizados, intencionalmente ou não, como forma de se oporem e se diferenciarem dos senhores e da cultura hegemônica, reforçando sua identidade enquanto grupo, bem como simplesmente de cultivarem seus próprios gostos estéticos e referenciais culturais.

Na Tapera do Pingador, mesmo que não tenham sido encontrados restos de alimentos no entorno das duas fogueiras, seu caráter como centralizadoras de práticas alimentares é evidenciado por outros materiais a elas associados. No contexto das duas fogueiras em conjunto ocorrem um número mínimo de 21 peças de louças importadas, 26 de vidro e 10 de cerâmicas de produção local (SYMANSKI, 2006:65). Dos vidros, 14 correspondem a garrafas de bebida que podem ser sido utilizadas para o armazenamento e consumo de líquidos diversos (SYMANSKI, 2006:269). As louças se dividem em doze pratos, duas tigelas, quatro xícaras, uma molheira e duas peças não identificadas, uma delas de servir; do total, onze peças não possuem decoração e as demais são decoradas com uma diversidade de estilos e técnicas, como listras, *shell edge*, *cut sponge* e *transfer print* (SYMANSKI, 2006:297-298).

É possível notar que nesse contexto, datado do final do século XIX e referente a um grupo que não era mais escravizado, a amostra de louças se destaca daquelas constatadas no Colégio dos Jesuítas e no Engenho de São Joaquim em especial por contar com uma quantidade de pratos significativamente maior em relação à de tigelas. Pode ser que, entre os habitantes da Tapera do Pingador, o costume tradicional de comer alimentos mais líquidos ou em recipiente côncavos tenha gradualmente perdido relevância ao longo do século.

Finalmente, em relação aos contextos de fogueira da cidade do Rio de Janeiro, Barbosa e Bulcão (2016:12-14) mencionam a ocorrência geral de objetos de uso cotidiano e de fragmentos de utensílios como panelas de barro e louças importadas, tanto lisos quanto decorados, o que demonstra que, nesse aspecto, as fogueiras do espaço urbano eram semelhantes àquelas dos ambientes rurais. Assim, conclui-se que, à exceção da fazenda Santa Clara, em todos os casos discutidos há uma forte prevalência de materiais vinculados ao domínio da alimentação, em contextos de deposição primária em que a ocorrência de práticas alimentares se torna patente.

#### *Utensílios reciclados e líticos*

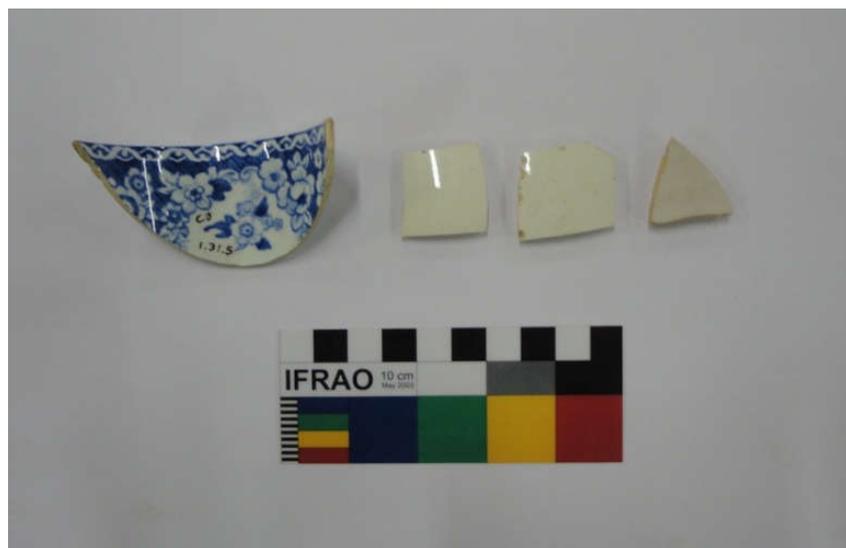
Outro tipo de material que ocorre em alguns dos contextos abordados são os utensílios produzidos a partir do reaproveitamento ou reciclagem de objetos, em que estes foram propositalmente modificados de modo a alterar sua função original. Os materiais que passaram por esse tipo de processo nas amostras são basicamente cacos de vidro e de louça e peças de metal. Ademais, junto a esses objetos presumivelmente confeccionados pelos próprios escravizados de forma mais ou menos improvisada podem ser incluídos outros produzidos nas mesmas circunstâncias a partir de matéria prima lítica.

No Colégio dos Jesuítas há peças recicladas produzidas a partir de vidro e de louça. Duas delas consistem em ferramentas confeccionadas a partir de partes de garrafas: uma é mais larga e possui superfície curva, por ter sido feita com um fragmento do corpo da garrafa; uma de suas extremidades é curva e larga, assemelhando-se ao formato de uma colher, enquanto a outra parece ter sido deliberadamente modificada para ficar com uma ponta afiada. A outra ferramenta, confeccionada a partir de um gargalo, é fina e alongada, com uma ponta afiada em uma das extremidades. As duas peças possuem formato bastante anatômico, sendo

um pouco mais confortáveis de segurar com a mão direita do que com a esquerda. Há também um fragmento de faiança fina composto por parte do corpo e da borda de uma peça de formato originalmente cilíndrico; ele parece ter sido modificado até um de seus lados ficar com um formato semicircular. É interessante notar que a modificação foi realizada de forma que a decoração floral azul ficasse perfeitamente centralizada na peça. Finalmente, há três fragmentos de faiança fina e portuguesa que também aparentam ter sido deliberadamente modificados, mas não para produzir ferramentas; estes serão abordados mais adiante neste capítulo.

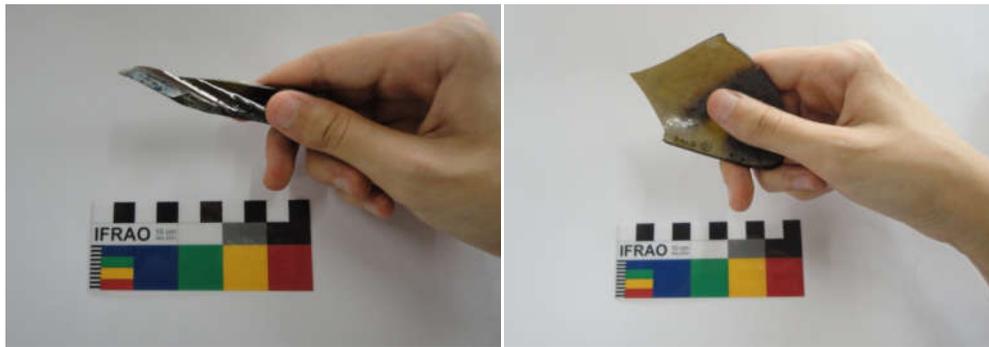
Em relação ao Engenho de São Joaquim, Souza (2016:162-163) comenta a ocorrência de objetos de adorno pessoal produzidos a partir da reciclagem de metais, que serão mais detalhados posteriormente; de um garfo com três de seus quatro dentes dobrados, de modo a poder servir como um perfurador; e de 49 fragmentos de vidro que passaram por um processo de lascamento. Não obstante, o autor não especifica quais desses materiais estavam na área da fogueira. Eles teriam sido confeccionados a partir de cacos de corpo, gargalo e base de garrafas de vinho (SOUZA, 2013:20). Finalmente, Barbosa e Bulcão (2016:12-14) mencionam que, entre o material associado às estruturas de fogueira do Rio de Janeiro existem alguns fragmentos de louça contando "com algum tipo de reaproveitamento".

**Figura 39 - Fragmentos de louça modificados da fogueira do Colégio dos Jesuítas**



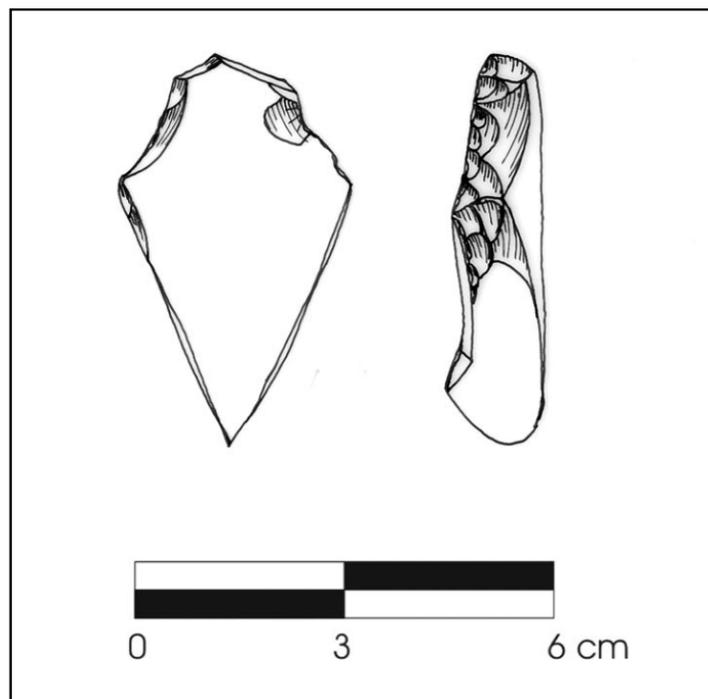
Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

**Figuras 40 e 41 - Ferramentas de vidro reciclado da fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

**Figura 42 - Exemplos de fragmentos de vidro lascado da área da fogueira do Engenho de São Joaquim**



Fonte: Souza (2016:164); adaptado por mim.

A prática da reciclagem de objetos já foi registrada em vários contextos de escravidão no continente americano, tanto urbanos quanto rurais (p. ex. LIMA, 2016:130-132; SYMANSKI e OSÓRIO, 1996; WILKIE, 1996; AHLMAN, BRALY e SCHROEDL, 2014). Symanski e Osório (1996:49) mencionam a ocorrência desse tipo de artefato também em sítios indígenas de contato no Brasil; Wilkie (1996:46) observa o mesmo nos Estados Unidos.

Já Porter (2015, apud LIMA, 2016:131) constata o uso da técnica nesse país não só por africanos escravizados e indígenas como também por pessoas brancas. Mesmo tal prática não sendo portanto exclusividade das comunidades escravizadas afro-americanas, é preciso considerar que ela deve ter tido significados e implicações específicos para esse grupo, tanto quanto para os demais.

No caso específico dos artefatos reciclados de vidro em contextos de escravidão, Souza (2016:63) afirma que

"[...] os escravos eram em geral flexíveis em suas escolhas para produzir esses objetos. Ao selecionar as matérias primas, eles preferiam usar partes quebradas de 'garrafas de vinho' cilíndricas em vez de deliberadamente quebrarem garrafas inteiras. Em alguns casos, mais de uma camada de pátina foi observada no fragmento, que é visível por diferentes graus de intensidade de alteração. Essas múltiplas camadas indicam que a peça foi reciclada mais de uma vez. Eles eram igualmente ecléticos na seleção da forma do fragmento, bem como nas técnicas de retoque utilizadas." (SOUZA, 2016:163, tradução minha)

De acordo com Souza (2013:20), os vidros reciclados podem ser reconhecidos por "marcas de lascamento que foram produzidas de modo a gerar gumes funcionais", e "podiam ser empregados para amolar cabos de enxada ou machado, para cortar o cabelo e a barba, ou descarnar animais". Artefatos como esses são geralmente classificados como tecnologias expedientes, ou seja, ferramentas produzidas de forma oportunística e não planejada para suprir necessidades mais imediatas, sem exigir grande esforço; por essa razão, elas variariam amplamente em tamanho, forma e função (LIMA, 2016:130; SOUZA, 2013:28; AHLMAN, BRALY e SCHROEDL, 2014:16-17).

Vou me ater agora aos utensílios do Colégio dos Jesuítas e do Engenho de São Joaquim. Embora o material faunístico e cerâmico desses contextos evidencie a ocorrência de práticas alimentares no entorno das estruturas de fogueira, como já foi discutido, é notável a quase completa ausência de talheres e facas nas amostras; Souza (2011:93) menciona a ocorrência de apenas um único fragmento de colher na área da fogueira do Engenho de São Joaquim. Aqui surgem duas questões: por um lado, como o autor coloca, "esse quadro é

consistente com uma preferência comum no oeste da África, onde, no passado, consumia-se os alimentos com uma colher ou simplesmente com as mãos". Assim, esse poderia ser mais um exemplo de um costume alimentar de origem africana sendo mantido nas senzalas brasileiras. Por outro lado, se nem todo tipo de refeição exige o uso dessas ferramentas, há situações em que elas podem ser úteis ou mesmo necessárias, como quando se pretende cortar e desossar carne ou extrair tutano do interior de ossos, por exemplo.

Levando em conta a grande quantidade de ossos de animais não humanos nos contextos abordados, sua alta fragmentação e a incidência de cortes pouco ricos em carne, é de se supor que práticas como essas estivessem ocorrendo. No caso do Colégio dos Jesuítas, a ferramenta de vidro longa e fina parece própria para raspar o tutano do interior de ossos longos, e a ponta afiada da ferramenta mais larga pode ter sido usada para cortar. Além disso, a outra extremidade dessa última também pode ter sido usada com a função de colher ou para raspar alguma coisa. O fragmento de louça modificado com decoração azul também parece adequado para ser empregado com essas funções, embora isso não seja sugerido de forma tão certa pela forma da peça quanto no caso do caco de vidro. Os vidros lascados do Engenho de São Joaquim, por sua vez, são constituídos em sua maioria por raspadores, mas dois deles possuem pontas que poderiam ter sido usadas para cortar ou perfurar (SOUZA, 2013:20).

A respeito das motivações dos escravizados por trás da produção de itens reciclados, Symanski e Osório (1996:51) propõem a hipótese de que as diferenças econômicas entre pessoas de nível social inferior, como escravizados, e aquelas das classes superiores, favoreceriam um processo de ciclagem em que objetos usados ou quebrados seriam transferidos do grupo com mais recursos para o com menos recursos, no caso, de senhores para escravizados. As condições sociais e econômicas dos cativos limitariam seu acesso a ferramentas de metal, o que justificaria o reaproveitamento de cacos de vidro ou louça. Ahlman, Braly e Schroedl (2014:17-22) também levam em consideração esse aspecto econômico, argumentando que nem todos os escravizados tinham acesso a ferramentas de metal, e menciona ainda uma razão funcional, colocando que para alguns trabalhos mais delicados o vidro poderia ser até mais apropriado do que certos instrumentos metálicos.

Souza (2013:22; 2016:163-164) também chama a atenção para a funcionalidade desses itens, comentando que

"Os gumes de cacos de vidro são funcionais até mesmo sem a produção de retoques. Nesse sentido, é possível que a adoção de uma tecnologia desse tipo de artefato tenha representado uma solução natural para as necessidades diárias dos escravos [...]" (SOUZA, 2013:22).

Souza (2016:164-165) registra ainda a possibilidade de que esse hábito seja uma herança cultural africana, já que, segundo o autor, há registros de populações no continente, incluindo na África Central e Ocidental, que teriam esse mesmo costume. Os Dogon, como mencionado anteriormente neste capítulo, mantinham uma grande quantidade de resíduos de suas atividades no ambiente doméstico, entre outros motivos, para mantê-los à mão e facilitar sua reutilização; o mesmo poderia estar acontecendo nesses contextos de senzala, em que uma grande quantidade de materiais estava distribuída no entorno das estruturas de fogueira. Segundo o autor, tal como ocorre entre os Dogon,

"[...] pelo menos parte do refugo identificado nas áreas internas das senzalas pode ser classificado como o que LaMotta e Schiffer (1999) definem como 'descarte provisório', envolvendo situações em que itens quebrados ou gastos não são propriamente descartados. Em vez disso, eles são guardados ou arquivados com a expectativa de que futuramente sirvam a um propósito útil." (SOUZA, 2016:165, tradução minha)

Qualquer que seja o caso, a prática da reciclagem certamente é uma manifestação da criatividade que as pessoas das comunidades escravizadas teriam para desenvolver formas de lidar com os pequenos e grandes problemas de seu cotidiano. O mesmo pode ser dito a respeito dos artefatos líticos encontrados no Engenho de São Joaquim. Também há fragmentos de quartzo com indício de lascamento no contexto da fazenda Santa Clara, mas elas não parecem ter sido utilizadas como ferramentas e sim com outras finalidades, como será discutido mais adiante.

Por ora, será tratado o material lítico do Engenho de São Joaquim. Nesse sítio foram encontrados quatro isqueiros, sete raspadores polidos e duas lascas de sílex com função não identificada; todos os isqueiros estavam na área da fogueira, bem como alguns dos raspadores

(SOUZA, 2011:100-101). Segundo o autor, os isqueiros, que são usados para produzir faíscas, podem ter sido usados para acender cachimbos, que ocorrem nesse contexto, bem como a própria fogueira; já os raspadores "podem ter sido empregados nas mais diversas tarefas cotidianas, incluindo a trituração de sementes para alimentação, fins rituais ou preparação de fibras para cestaria" (SOUZA, 2011:101). Artefatos de pedra lascada, de acordo com Ahlman, Braly e Schroedl (2014:1-3), são comumente encontrados em contextos afro-caribenhos e afro-americanos, tanto de escravizados quanto de libertos, consistindo em peças como isqueiros e raspadores usados para desfiar fibras vegetais ou na confecção de utensílios de madeira, bem como ferramentas improvisadas, de uso contextual. Segundo os autores, esse tipo de material, tal como os vidros reciclados, também ocorre entre populações indígenas e euroamericanas.

Assim, mesmo que a condição de cativo tenha imposto restrições ao universo material dos escravizados,

"esses indivíduos se engajaram ativamente no desenvolvimento de estratégias que lhes permitiram transpor, ao menos em parte, as limitações que lhes eram impostas, criando um universo rico e diversificado de expressões materiais." (SOUZA, 2013:12)

Segundo Souza (2013:11), "esse tipo de prática teve implicações importantes nas formas pelas quais os grupos escravos se organizaram social e culturalmente". Esses grupos compartilhariam determinados referenciais relativos à materialidade derivados de sua matriz africana ao mesmo tempo em que teriam criatividade e flexibilidade para inovar "na produção e uso dos recursos materiais" (SOUZA, 2013:28). Além disso, as técnicas de reciclagem de vidro e de louça e de lascamento de pedras demandariam das populações escravizadas "a aceitação tácita de um conjunto de referências compartilhadas pelos grupos corresidentes" (SOUZA, 2013:29), que incluiria as noções de limpeza e sujeira e relação com os resíduos domésticos, a delimitação de áreas destinadas à confecção das ferramentas e o conhecimento e modos de perpetuação das técnicas de produção e uso desses objetos, por exemplo. Portanto, essas atividades podiam ser mais estruturadas do que aparentam à primeira vista, quando parecem ter derivado apenas da improvisação.

De acordo com Souza,

"O emprego criativo de práticas culturais específicas pelos escravos e antagônicas aos proprietários tem sido entendido, na arqueologia, como expressões simbólicas da relação dominante-dominado. [...] Uma maneira interessante de recolocar essa questão - levando em conta sobretudo o que as pesquisas arqueológicas em contextos brasileiros têm sugerido - seria considerar que o uso criativo dos recursos pelos escravos não se constituiu apenas em uma resposta, apresentando-se, na verdade, como um traço intrínseco do acervo de conhecimento e práticas desses indivíduos e que podem ter sido utilizados, entre outros fins, como uma ferramenta para expressar diferenças e reagir contra o sistema que lhes era imposto." (SOUZA, 2013:31)

#### *Artefatos lúdicos*

Um tipo diferente de artefato reciclado evidenciado no Colégio dos Jesuítas é constituído por dois fragmentos de faiança fina modificados para ficarem com formato losangular e um de faiança portuguesa ajustado para se parecer um triângulo, nenhum deles com decoração (ver figura 39).

Artefatos como esses já foram encontrados em diversos sítios relacionados a populações escravizadas nas Américas (SYMANSKI e OSÓRIO, 1996; GOODE, 2009; WILKIE, 1995; PANICH et al., 2017; STRIEBEL MACLEAN, 2015). Os cacos de louça, cerâmica ou vidro modificados podem ter formato losangular, quadrangular, triangular ou arredondado, com ou sem um furo no meio, e podem ser lisos ou decorados. Em geral, esses objetos têm sido interpretados pelos pesquisadores como possuidores de uma função lúdica, consistindo em peças de jogos (SYMANSKI e OSÓRIO, 1996:46; GOODE, 2009:3; WILKIE, 1995:145; PANICH et al., 2017:3; STRIEBEL MACLEAN, 2015:333). Os jogos em questão poderiam ser alguma variante de *mankala*, uma família de jogos originária da Etiópia, geralmente disputados entre duas pessoas ou grupos com uso de peças que poderiam ser até pedrinhas ou sementes (GOODE, 2009:10); jogos de tabuleiro, como damas e gamão, ou de sorte, no estilo de cara ou coroa, no caso das peças com decoração em um dos lados (PANICH et al., 2017:3); ou um outro jogo de sorte denominado *chiney money*, documentado

entre descendentes de escravizados no Caribe (PANICH et al., 2017:3; STRIEBEL MACLEAN, 2015:333). Esse jogo, segundo Striebel MacLean, era jogado com três peças do tamanho e formato aproximados de uma moeda feitas a partir de cacos de louça ou porcelana com estampas usualmente de paisagens chinesas em um dos lados, motivo do nome que pode ser traduzido como "dinheiro chinês".

**Figura 43 - "Detail of 1775 watercolor A View of the Island of Antigua by Thomas Hearne"**



Fonte: Striebel MacLean (2015:334).

Esse detalhe da aquarela "*A view of the island of Antigua*" de Thomas Hearne (1775), reproduzido por Striebel MacLean, mostra escravizados caribenhos jogando um jogo com discos que podem ser feitos de material cerâmico.

Outras interpretações são propostas ainda para a ocorrência desses artefatos nesse tipo de sítio. Panich *et al.* (2017:5) citam o possível uso de discos feitos a partir de cacos como tampas para recipientes de boca estreita, caso em que a peça seria fixada com o uso de adesivos naturais. Já os discos perfurados de maior tamanho poderiam ter servido como peças de fusos (PANICH et al., 2017:2). Goode (2009:12-13) atenta para que alguns dos fragmentos menores com bordas arredondadas, com aspecto de polidos, podem na verdade ter sido produzidos não por seres humanos, mas sim pela ação das moelas de várias espécies de aves que costumam ingerir pedrinhas e outros pequenos objetos que participam de seu processo digestivo. A presença desses materiais em sítios de escravizados, portanto, sugeriria a criação

e/ou o consumo de aves por eles (PANICH et al., 2017:15). Em alguns casos, as peças expelidas ou retiradas dos corpos dessas aves poderiam ser coletadas pelos escravizados, possivelmente para uso em amuletos (PANICH et al. 2017:17-19).

Wilkie (1995:145-146) também coloca que as peças modificadas, mesmo as produzidas por humanos, poderiam ser usadas em amuletos, bem como em práticas de divinação. Ela ressalta a importância que pedras roladas pela água têm para alguns povos, como os Bakongo, que as consideram como objetos dotados de poder; elas estariam associadas a espíritos ligados aos rios e à água e seriam comuns em amuletos. Algumas das peças cerâmicas com aspecto arredondado, no caso, poderiam ter sido intencionalmente polidas com água ou areia para se assemelharem a essas pedras. A autora levanta ainda a possibilidade de que essas peças poderiam derivar da produção de outros objetos, tendo sido usadas com função abrasiva sobre outros materiais.

Lima (2016:110-114) considera a hipótese dos amuletos no caso de algumas peças de faiança portuguesa encontradas em sítios na cidade do Rio de Janeiro, cortadas como triângulos ou no formato aproximado de gotas. Elas possuem decorações representando formas espirais centralizadas em uma das faces, originais das próprias louças, e uma delas conta com um asterisco gravado no outro lado. Esses símbolos, de acordo com a autora, poderiam aludir a uma representação do cosmos adotada pelos Bakongo, em que ciclos naturais de começo, fim e recomeço são representados, entre outras iconografias, por espirais; já o asterisco na face oposta de uma das peças remeteria a uma visão dualística da natureza presente nessa cosmologia.

No caso no Colégio dos Jesuítas, como foi dito, os três fragmentos de louça modificados não possuem qualquer decoração ou furo e suas formas são angulares, não arredondadas. Isso permite excluir as interpretações de que eles tenham sido polidos pela água ou por aves, de que fossem peças de jogos de sorte ou de práticas divinatórias, ou de que tenham tido função de abrasivos ou de peças de fusos. Pelos mesmos motivos, é improvável que eles tenham sido usados em amuletos ou considerados imbuídos de algum caráter religioso ou mágico. Dificilmente eles seriam tampas de recipientes de boca estreita, já que estes não foram identificados na amostra da fogueira. Portanto, a hipótese mais plausível é a de que esses três artefatos tenham sido utilizados em algum tipo de jogo que no entanto não envolvesse elementos de sorte relacionados às faces da peça.

Se essa interpretação for correta, isso reforçaria o caráter da fogueira estudada como um núcleo em torno do qual ocorreriam atividades envolvendo socialização e lazer. Em relação a indígenas e imigrantes chineses nos Estados Unidos, Panich *et al.* (2017:19, tradução minha) consideram que existia um "[...] papel dual da prática de jogar como resistência a pressões da sociedade dominante enquanto simultaneamente facilitando a formação de novas comunidades". Isso provavelmente se aplicaria ao caso dos africanos e afro-americanos escravizados na medida em que as atividades recreativas praticadas em grupo, como os jogos, contribuiriam para a manutenção da coesão e dos laços entre os coabitantes de uma senzala, por exemplo, além de representar para essas pessoas um alívio e um descanso de sua labuta diária.

Em se tratando de atividades recreativas, deve-se mencionar também a ocorrência de fragmentos de cachimbos de cerâmica na área da fogueira do Engenho de São Joaquim (SOUZA, 2011:100) e nas fogueiras do centro histórico do Rio de Janeiro (BARBOSA e BULCÃO, 2016:12-14; GASPAR, 2016:32). No Colégio dos Jesuítas também há um total de cinco cachimbos procedentes de áreas adjacentes à estrutura de fogueira, alguns em níveis imediatamente superiores a ela mas cujo material ainda pode ser associado a esse contexto.

**Figura 44 - Cachimbos do contexto de fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

De acordo com Lima (2016:129), os cachimbos são muito frequentes em sítios relacionados a populações escravizadas, em especial os de cerâmica, e têm sido interpretados como "potenciais expressões e evidência de identidades culturais". Isso é fortemente ratificado pela decoração de alguns dos cachimbos das fogueiras do Rio de Janeiro, que, segundo Gaspar (2016:32), "[...] se assemelham às escarificações que diferentes grupos de africanos produziam na pele [...]". Vale lembrar ainda que, como abordado no capítulo 2, entre populações do centro da África o fogo costuma ser entendido como mediador de relações entre as pessoas vivas e os espíritos, tal como a fumaça oriunda da reação de combustão; nesses contextos, os cachimbos, como emissores de fumaça, constituem ferramentas importantes nessa comunicação. Finalmente, tal como os jogos, pode ser que o hábito de fumar proporcionasse aos indivíduos escravizados momentos de relaxamento e repouso, em que poderiam se distrair um pouco das agruras da escravidão. Os instantes de ócio e diversão, por poucos ou curtos que fossem, deviam ser de fundamental importância a um nível psicológico ou emocional para os cativos, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

#### *Utensílios de metal*

Além dos já mencionados artefatos de metal oriundos da amostra do Engenho de São Joaquim - partes de armas de fogo, peças de adorno pessoal, o garfo transformado em perfurador e o fragmento de colher -, objetos feitos de ferro e outros materiais metálicos foram encontrados em boa parte dos contextos analisados. Associados à estrutura de fogueira do Colégio dos Jesuítas estavam alguns cravos de ferro, dois fragmentos laminares de ferro não identificados e uma escória de ferro. Pedacos de escória foram encontrados também no interior e entorno da estrutura de fogueira da fazenda Santa Clara, bem como dois cravos e um tipo de gancho. No Engenho de São Joaquim foram evidenciados, além dos objetos supracitados, itens relacionados à montaria de equinos, mais especificamente fivelas de arreio e cravos de ferradura (SOUZA, 2011:98), embora não fique claro se eles estavam ou não na área da fogueira. No caso das fogueiras do centro histórico do Rio de Janeiro, Barbosa e Bulcão (2016:12-14) mencionam a ocorrência de fragmentos de metal nos contextos, sem maiores especificações.



**Figura 46 - Objetos de ferro associados à estrutura de fogueira da fazenda Santa Clara**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

### *Adorno pessoal*

Certos itens destinados à ornamentação dos corpos das pessoas também foram recuperados em alguns dos contextos de fogueira contemplados nesta análise; entre eles, se destacam as contas de colar. Nos arredores da estrutura de combustão do Colégio dos Jesuítas foi evidenciada uma única conta de colar de vidro âmbar no estilo *drawn bead*, típico do século XIX; já na área da fogueira do Engenho de São Joaquim havia cinco contas de vidro, todas fabricadas na Europa e provavelmente compradas pelos escravizados em mercados locais ou do próprio dono da fazenda (SOUZA, 2011:99). Esse tipo de artefato, de uso generalizado entre africanos e afrodescendentes no Brasil, não serviria somente a propósitos estéticos, mas teria relação com os sistemas de crenças compartilhados por esses grupos (SYMANSKI, 2014:103).

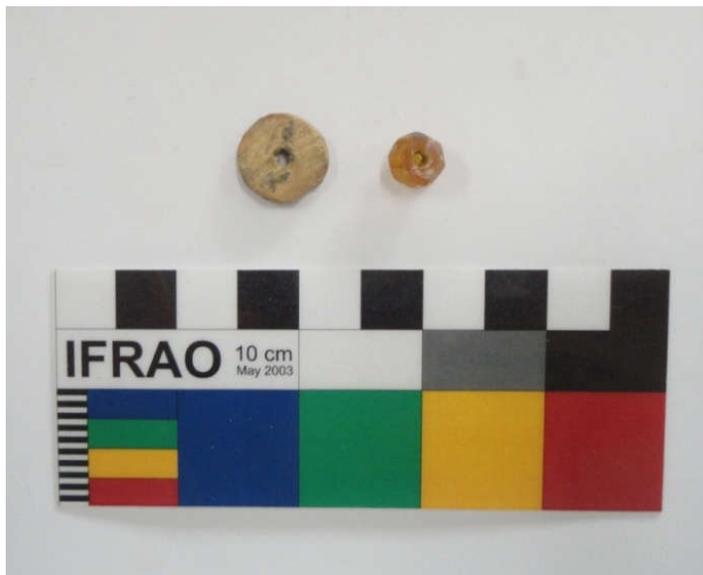
As contas de colar começaram a ser utilizadas na África Ocidental ainda no final do primeiro milênio D.C., e entre os séculos XVI e XIX seu uso tornou-se amplamente difundido no centro e oeste do continente africano (SYMANSKI, 2014:104-105).

"Elas eram empregadas não somente como adorno, mas também como indicativo de riqueza, idade, classe, 'status' marital, atitudes artísticas, políticas, religiosas e afiliação cultural. Imbuídas de poderes espirituais, eram usadas para proteção pessoal, como fetiche ou amuleto contra a má fortuna, para prevenir doenças ou para garantir sucesso em diversos aspectos da vida, incluindo viagens, caça, cultivo, romance e obtenção de bens materiais. Esses poderes sobrenaturais estendiam-se ainda a ritos de passagem e práticas funerárias." (SYMANSKI, 2014:104)

Para os africanos e afrodescendentes no Brasil, as contas de vidro deveriam compor "um conjunto de referências que conectava seus portadores com o mundo espiritual, com os antepassados e com os espíritos protetores" (SYMANSKI, 2014:109). Além disso, elas constituiriam uma forma de linguagem que seria compartilhada apenas por esse grupo e não compreendida por senhores de escravizados ou pelas pessoas brancas e livres em geral, o que possibilitaria a seus usuários utilizá-las abertamente para expressar sua visão de mundo e crenças diferentes daquelas consideradas apropriadas pelos grupos hegemônicos (SYMANSKI, 2014:109-110).

Além das contas, foram encontrados no Engenho de São Joaquim cinco discos perfurados feitos a partir da reciclagem de metal, dos quais apenas um estava na área da fogueira; presume-se que esse tipo de objeto fosse utilizado em ornamentos como colares, pulseiras e brincos (SOUZA, 2011:100). No contexto da fogueira do Colégio dos Jesuítas, por sua vez, havia um botão de roupa feito de osso. Por fim, cabe mencionar também que na amostra das fogueiras da Tapera do Pingador consta um frasco de perfume de vidro transparente (SYMANSKI, 2006:269) que, a não ser que tenha sido utilizado com uma função diferente da original, tal como os adornos poderia ser classificado como um item relacionado, entre outras possibilidades, a cuidados com a apresentação pessoal.

**Figura 47 - Botão de osso e conta de colar de vidro da fogueira do Colégio dos Jesuítas**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

### *Quartzo e escória*

O material associado à estrutura de fogueira da senzala da fazenda Santa Clara, apesar de escasso, parece ser de grande significação no que tange ao conhecimento a respeito de seus antigos habitantes. Além das já citadas sementes de plantas e partes de utensílios de ferro, também compõem a amostra desse contexto um total de 6 fragmentos de escória de ferro e 14 de quartzo branco, materiais que também ocorrem no restante do espaço da senzala escavado junto a pequenos pedaços de argila branca. Fragmentos de escória, como previamente mencionado, também ocorrem no contexto do Colégio dos Jesuítas.

**Figura 48 - Fragmentos de quartzo do contexto de fogueira da fazenda Santa Clara**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

**Figura 49 - Escória do contexto de fogueira da fazenda Santa Clara**



Fonte: Lara Gomes. Acervo pessoal da autora.

A escória de ferro, como subproduto do processo de fundição desse metal, remete diretamente a essa atividade. Ora, de acordo com Symanski e Gomes (2016:187), tecnologias de fundição de ferro desenvolvidas no continente africano há milênios foram trazidas às Américas pelos africanos escravizados, "bem como o universo de crenças ligadas a esses métodos transformativos de produção de material" (SYMANSKI e GOMES, 2016:187, tradução minha). Entre populações da África Central, segundo os autores, os ferreiros desempenham funções importantes e possuem grande autoridade e estima dentro de suas comunidades; eles frequentemente cumprem o papel de heróis fundadores nos mitos de origem e "são vistos como possuidores de grandes poderes espirituais, devido a sua habilidade de transformar, através do controle do fogo, um produto da natureza (minério de ferro) em um produto cultural" (SYMANSKI e GOMES, 2016:188, tradução minha). Para os Bakongo, entre os quais a atividade de ferreiro não se restringia a determinados grupos ou classes e podia ser praticada por qualquer pessoa capaz de aprender o ofício,

"Durante o processo ritual de fundição do ferro, o ferreiro estaria em constante movimento entre os mundos espiritual e material. Seria a manipulação dos elementos cosmológicos, como fogo, carvão, ferro e argila branca, que permitiria esse contato espiritual. Por essa razão, ferreiros poderiam exercer um poder curativo, expresso pelo uso de seus foles para 'soprar' as doenças das pessoas para longe." (SYMANSKI e GOMES, 2016:188, tradução minha)

A escória, para muitas populações subsaarianas, possui uma série de significados e usos. Segundo Symanski e Gomes (2016:187-189), elas são empregadas no conserto dos fornos de fundição e reprocessadas para extração dos resíduos de ferro restantes, seus núcleos podem ser utilizados como munições de armas de fogo e, em alguns casos, elas são depositadas debaixo das fundações das casas. Ora, muitos desses povos fazem uma analogia entre o processo de fundição de ferro e a reprodução humana, sendo que entre vários deles os fornos recebem a forma de corpos femininos, que dão à luz ao ferro que, por sua vez, é tornado em armas e ferramentas para a agricultura. A escória, no caso, seria considerada semelhante à menstruação, que, na perspectiva desses povos, consiste em sangue que falhou em coagular-se em um feto. Já a argila branca, que ocorre na senzala da fazenda Santa Clara embora não diretamente associada à estrutura de fogueira, é tida como dotada de grandes

poderes espirituais e frequentemente utilizada durante o trabalho com o ferro, seja aplicada na pele dos ferreiros, mineiros ou daqueles que se aproximam do forno de fundição, seja utilizada no forno em si. Os Haya, de Ruanda, consideram a argila branca análoga ao esperma, e a introduzem nos fornos com o intuito de fecundá-los com energia masculina para que possam assim gerar o ferro.

A escória, como análoga da menstruação, é tratada de formas diferentes nas crenças de cada povo: enquanto alguns consideram que o contato com ela pode ser fatal, outros a utilizam como amuletos ou medicamentos contra a infertilidade, por exemplo. Arqueologicamente, já foram encontrados pedaços de escória em países da África subsaariana dentro de casas e sob suas fundações, bem como em sepultamentos, o que reforça sua conexão com o mundo espiritual. (SYMANSKI e GOMES, 2016:188-189)

Algumas dessas tradições parecem ter sido continuadas pelos africanos e seus descendentes nas Américas. Fornos e oficinas de trabalho com o ferro eram comuns nas fazendas e quilombos brasileiros (SYMANSKI e GOMES, 2016:187), e o uso ritualístico da argila branca persiste até hoje em cultos de religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda (SYMANSKI e GOMES, 2016:189). Os ferreiros frequentemente atuavam como autoridades espirituais de suas comunidades (SYMANSKI e GOMES, 2016:191) e desempenharam papéis importantes em muitas revoltas e movimentos de resistência de escravizados, fosse produzindo armas e ferramentas (SYMANSKI e GOMES, 2016:187), ou ativamente liderando-os (SYMANSKI e GOMES, 2016:190-191). Na própria região onde fica a fazenda Santa Clara houve duas revoltas em senzalas no século XIX, lideradas respectivamente pelo africano escravizado Manoel Congo e pelo mestiço livre Estevão Pimenta, ambos ferreiros (SYMANSKI e GOMES, 2016:190).

Do mesmo modo que a escória de ferro, o quartzo é um elemento importante tanto no âmbito técnico quanto no espiritual para muitas populações do centro e oeste da África. As lascas e núcleos de quartzo branco da senzala da fazenda Santa Clara, tal como a escória, apontam para a continuidade de uma tradição tecnológica de origem africana nesse espaço, mas, em especial devido à coocorrência desses dois materiais e da argila branca, também podem ser evidência de práticas de caráter mágico e/ou religioso. Os cristais de quartzo, de ocorrência comum em contextos afro-americanos e muitas vezes compondo o que parecem ser conjuntos de objetos de uso ritual, podem remeter a crenças de povos como os Bakongo,

que, como já mencionado, consideram superfícies reflexivas como simbólicas da fronteira que une os mundos espiritual e material (SYMANSKI e GOMES, 2016:187-188).

Souza (2011:98-99) cita a ocorrência de um cristal também na área da fogueira do Engenho de São Joaquim, no caso, de cor preta, e considera que ele "sugere uma prática espiritual de origem africana que dotava tais objetos de poderes mágicos destinados à proteção espiritual" (SOUZA, 2011:99). No mesmo contexto foi encontrado ainda um pedaço de um crucifixo, o que, segundo o autor, seria indicativo de práticas religiosas híbridas. De fato, Symanski (2007:21) cita como um traço comum dos sistemas religiosos da África subsaariana "a habilidade para incorporar novos elementos dentro de sua estrutura tradicional"; já em relação às comunidades diaspóricas, Wilkie (1995:137) comenta que "quando os valores culturais de [...] outros grupos eram complementares aos da visão de mundo africana, as práticas das outras culturas eram absorvidas para a vida afro-americana". Ela coloca ainda, se referindo aos batistas afro-americanos, que

"O uso de medalhas de santos [...] não é surpreendente quando consideradas as similaridades entre essas medalhas e amuletos africanos tradicionais. Uma vez consagrados, medalhas de santos, crucifixos, rosários, e outros itens, são percebidos como objetos sagrados, contendo poder espiritual. Da mesma forma, africanos acreditam que amuletos derivam sua força do espírito contido dentro do objeto, não do objeto em si. Assim como uma medalha de santo pode ser consagrada para receber força, um número de itens naturais e produzidos por humanos podem se tornar recipientes de poder espiritual para uma pessoa da África Ocidental." (WILKIE, 1995:142, tradução minha)

A ocorrência de artefatos em maior ou menor grau sugestivos de práticas de caráter ritualístico nas senzalas da fazenda Santa Clara, do Engenho de São Joaquim e do Colégio dos Jesuítas - vale lembrar dos fragmentos de escória e das conchas de moluscos presentes no entorno da fogueira desse sítio, as últimas podendo ter desempenhado papel similar ao do quartzo nos outros contextos - avança algumas implicações. Materiais como escória e cristais "expressavam elementos cosmológicos que poderiam ter sido facilmente reconhecidos entre indivíduos de diferentes grupos étnicos que compartilhavam o espaço da senzala" (SYMANSKI e GOMES, 2016:190, tradução minha). Assim, esses itens e as práticas e

significados a eles associados poderiam ter auxiliado na construção de um senso de comunidade entre africanos de diferentes origens e crioulos escravizados (SYMANSKI e GOMES, 2016:190).

Não obstante, é preciso ressaltar também que as práticas culturais desses diversos grupos de origem africana, ao serem misturadas entre si e com aquelas de populações indígenas e euroamericanas, teriam conformado novas etnicidades com influência ou base africana, porém com incontestáveis elementos derivados de seu contexto americano (SYMANSKI e GOMES, 2016:190; WILKIE, 1995:137). De todo modo, as crenças compartilhadas entre pessoas escravizadas teriam "o poder de cultivar sentimentos de pertencimento a um universo distinto das condições de opressão externas" (SYMANSKI e GOMES, 2016:192).

Há outras questões a serem consideradas no que tange aos sentidos assumidos por essas práticas de cunho espiritual e ritualístico dentro dos contextos de escravidão negra no continente americano. Para pesquisadores como Wilkie (1995; 1997), Symanski (2007) e Symanski e Gomes (2016), a continuidade de elementos desses sistemas cosmológicos e religiosos de matriz africana consistiria em uma forma de resistência explícita ou velada às condições de escravidão e ao racismo sofridos por africanos e afrodescendentes na diáspora. Segundo Symanski e Gomes,

"O esforço na criação e manutenção de uma cosmologia e sistema de crenças distintos nesse espaço de extremo controle, coerção e violência denota a capacidade de resistência cultural desses grupos escravizados, e seu notável esforço em controlar uma dimensão altamente significativa de suas vidas que era o contato com o mundo espiritual." (2016:190, tradução minha)

Wilkie (1995:136, tradução minha) também considera que "tentativas de manipular poderes sobrenaturais eram um meio afro-americano de controlar seu destino e circunstância em um mundo em que lhes era concedido pouco poder político, social ou econômico". Esse tipo de resistência em grande medida teria um caráter secreto, dado que os escravizados

estariam utilizando uma linguagem simbólica inteligível entre eles mas não pelos seus senhores, tal como no caso do uso dos colares de contas; portanto, de acordo com Symanski,

"[...] os escravos desafiaram a religião católica através da exposição de seus próprios signos religiosos mesmo no centro de radiação do poder do senhor de engenho. Assim, os escravos confrontaram as normas e a autoridade dos senhores, mas de um modo tal que os senhores não reconheceram o caráter contestatório dessas expressões." (SYMANSKI, 2007: 22)

Não obstante, essa resistência em muitos casos teria extrapolado sua qualidade oculta e se tornado franca e aberta, como exemplificam as rebeliões promovidas pelos líderes espirituais que eram também ferreiros citadas por Symanski e Gomes (2016:190-191). Outrossim, haveria mais um modo como as práticas de natureza mágica/religiosa poderiam ter empoderado os escravizados frente aos senhores e à população branca no geral: seu uso visando a obtenção de proteção sobrenatural contra a violência praticada contra eles pelos senhores e feitores (SYMANSKI e GOMES, 2016:190) e, paralelamente, a agressão mágica voltada justamente contra estes. Afinal, como aponta Wilkie (1997:83-84), os americanos de ascendência europeia tinham seus próprios sistemas de crenças ligadas ao âmbito mágico que eram em muitos pontos complementares aos africanos e influenciados por eles, tanto quanto os próprios afro-americanos incorporavam elementos europeus em suas cosmologias. Assim, "se uma linguagem mágica comum era compartilhada entre as populações negras e brancas da diáspora, então a ameaça implícita do uso da magia seria entendida como tal por ambas as partes" (WILKIE, 1997:84, tradução minha).

Finalmente, Wilkie atenta para o fato de que, além ou antes mesmo de constituir um meio de resistência, as crenças e práticas mágicas e religiosas das populações afro-americanas conformariam um aspecto mais elementar de sua existência, uma vez que elas seriam "[...] intrínsecas aos modos como os africanos escravizados definiam a si mesmos, suas famílias e suas relações com a vida, a morte e o mundo ao seu redor" (WILKIE, 1997:84, tradução minha). Para esses povos, que não faziam distinções claras entre as esferas do sagrado e do profano (SAMFORD, 1996:106), "práticas mágico-religiosas influenciavam cada aspecto da vida, incluindo cuidados com a saúde, relacionamentos domésticos, ideologias de gênero,

questões de amor e casamento, resoluções de disputas na comunidade e a vida pós morte" (WILKIE, 1997:101, tradução minha).

### *Itens medicinais*

Uma breve menção deve ser feita aos itens de possível uso medicinal evidenciados em alguns dos contextos de fogueira analisados. Na Tapera do Pingador ocorre um total de nove frascos de medicamento de vidro, incluindo um de unguento, um de xarope e um de um remédio chamado Jamaica Ginger, popular no final do século XIX (SYMANSKI, 2006:269). Em uma das fogueiras da praça Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, como dito anteriormente, foram identificados vestígios de um tipo de cipó que teria aplicações medicinais.

Souza (2011:101-102) nota a ausência de artefatos como frascos de remédios no Engenho de São Joaquim e coloca que isso "pode ser explicado pelo fato que, durante o século XIX, os escravos empregavam formas distintas de curar doenças, lançando mão da medicina popular e práticas mágico-religiosas". Ele cita então a possibilidade de que o cristal preto previamente mencionado neste capítulo pudesse estar associado a esse tipo de prática; interpretação semelhante pode ser aplicada também aos já abordados fragmentos de quartzo, escória e afins da fazenda Santa Clara e do Colégio dos Jesuítas. Considerando a significativa ocorrência de frascos de medicamentos nos contextos da Tapera do Pingador, porém, pode-se conjecturar, por um lado, que os dois tipos de práticas de cura tenham ocorrido concomitantemente entre algumas comunidades afro-brasileiras nesse período; por outro, que o uso de remédios comerciais entre essas populações já tivesse se tornado mais difundido perto do fecho do século XIX.

Com tudo isso, nota-se que a materialidade referente aos contextos de fogueira arqueológicos analisados em seu conjunto sustenta o argumento de que as fogueiras para os africanos e afrodescendentes na diáspora teriam significados e centralizariam práticas que remeteriam a uma matriz cultural africana, incluindo aspectos que tangem à ancestralidade, religiosidade, hábitos de descarte, tecnologia, alimentação, socialização, lazer e cura; mas também a adaptações e inovações derivadas da criatividade e engenhosidade dessas pessoas que teriam levado à formação de novas identidades, distintas daquelas das sociedades

africanas de origem suas ou de seus antepassados. De todo modo, as fogueiras desempenhariam um papel relacionado tanto à resistência sutil ou explícita à ordem e ao controle impostos pela classe dominante, quanto à construção de noções de identidade que uniriam pessoas de origens e contextos distintos, transformando meros agrupamentos de indivíduos em comunidades.

## 5. CONCLUSÃO

Neste trabalho pretendeu-se avaliar o papel desempenhado pelas fogueiras domésticas nas vivências cotidianas de grupos de africanos e afrodescendentes no Brasil escravista através da análise da materialidade referente a estruturas de combustão arqueológicas de cinco contextos diferentes, abrangendo senzalas de fazendas, ruas de uma cidade grande e um pequeno quilombo ou assentamento de libertos. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica a respeito dos sentidos e usos atribuídos ao fogo e às fogueiras por populações do centro e oeste da África, locais de origem da maior parte dos africanos compulsoriamente levados para as regiões dos sítios abordados, e em seguida o cruzamento dos dados obtidos através desse levantamento com aqueles provenientes da análise do material arqueológico dos contextos em foco, através de uma abordagem interpretativa que possibilitou a constatação de similaridades e diferenças entre esses contextos africanos e brasileiros e, por consequência, a consideração de questões relacionadas com a memória e identidade desses grupos na diáspora.

A pesquisa bibliográfica, que abrangeu fontes históricas, etnográficas, etno-históricas, iconográficas e arqueológicas, apontou para uma série de crenças e práticas relativas às fogueiras comuns a várias populações das regiões africanas mencionadas, que englobavam, de forma geral, a associação desses elementos a noções de ancestralidade e linhagem e à interação entre o mundo material e o espiritual, questões caras às cosmologias desses povos; e também o papel central das fogueiras em suas atividades cotidianas, incluindo as práticas medicinais, alimentares, de socialização e de lazer, as três últimas estando frequentemente associadas. Além disso, foram constatadas evidências de continuidades dessas relações em contextos de escravizados, libertos ou seus descendentes em diferentes partes do continente americano, o que permitiu pressupor que isso poderia ter acontecido também nos casos dos contextos específicos abordados nesta pesquisa.

Partindo para a análise desses contextos em particular - as fogueiras da senzalas das fazendas Santa Clara, Colégio dos Jesuítas e Engenho de São Joaquim, as duas da Tapera do Pingador e as diversas do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro -, foram discutidas, em primeiro lugar, as particularidades e similaridades dos contextos de fogueira em relação ao seu posicionamento no espaço, como o fato de estarem no interior ou no exterior das habitações ou a sua situação em ambientes rurais ou urbanos. Constatou-se que nas senzalas e no assentamento/quilombo foram produzidas fogueiras tanto dentro das casas quanto em áreas

adjacentes a elas, e todas parecem ter sido utilizadas recorrentemente pelas pessoas que coabitavam aqueles espaços; a partir da análise do padrão distribucional do material ao redor das fogueiras, notou-se o caráter destas como centralizadoras de práticas cotidianas de diversas naturezas, e puderam ser também feitas observações a respeito dos hábitos de descarte das pessoas que as produziram. As fogueiras da cidade do Rio, por sua vez, estavam em locais públicos, e, à exceção de uma, parecem ter sido usadas esporadicamente por grupos menores e irregulares. Por estarem fora do âmbito doméstico, pode-se considerar que elas tenham sido utilizadas por indivíduos escravizados durante seu tempo de trabalho.

Apesar dessas diferenças entre os contextos de fogueira rurais e urbanos, todos eles partilhavam um elemento em comum: a expressividade do domínio das práticas alimentares na materialidade associadas às estruturas, que foi o mais bem representado na maioria dos contextos em questão. Essa representação se deu através dos utensílios de louça, cerâmica e vidro relacionados ao preparo, serviço e consumo de refeições, incluindo alguns produzidos pelos próprios escravizados através da reciclagem, bem como dos vestígios dos alimentos em si, de origem vegetal e animal. Ora, esses vestígios remetem diretamente ao que as pessoas desses contextos consumiam, e com base neles foi possível discutir as prováveis procedências da comida a que os escravizados estavam tendo acesso e as implicações disso em suas vivências. Concluiu-se que haveria uma diferenciação entre os alimentos fornecidos pelos senhores aos escravizados e aqueles que estes mesmos obtinham através da caça, pesca, coleta, criação, cultivo, comércio e, talvez, furto. A possibilidade de obter e preparar o próprio alimento teria sido de fundamental importância para os escravizados, dada a significância social e simbólica das práticas alimentares para esses grupos e sua importância para eles como meio de expressão cultural. Como colocam Symanski e Morais Jr.,

"O domínio da alimentação foi [...] uma das dimensões centrais da existência desses grupos, a qual não somente lhes garantia a sobrevivência biológica, mas também a reprodução cultural. Naqueles momentos especiais em que famílias ampliadas, compostas por casais, filhos, netos, avós, compadres e amigos, se reuniam em volta da fogueira, para saborear a carne caçada, o peixe pescado e, provavelmente, o filhote furtado da criação do proprietário, elas não somente apaziguavam o sofrimento da sua condição de escravizados, mas reforçavam os laços de comunhão entre si e com seus ancestrais, e, assim, mesmo que por breves momentos, podiam se

sentir livres e renovar a fé de que suas ações acabariam lhes levando a um mundo melhor." (SYMANSKI e MORAIS JR., 2016:112)

As práticas alimentares, portanto, teriam um forte caráter comunal para os grupos abordados, o que reforçaria a relação entre as fogueiras desses contextos e práticas ligadas à socialização. No que diz respeito a esse domínio, além do preparo e consumo das refeições, seriam realizadas ao redor das estruturas atividades de recreação coletivas, como jogos, e seriam transmitidos e reproduzidos saberes e técnicas relacionados a práticas de cura e confecção de ferramentas, por exemplo. As fogueiras também seriam importantes no âmbito das práticas de caráter mágico e/ou religioso, que teriam como base crenças e cosmologias oriundas de diferentes culturas africanas e não somente consistiriam em um meio para os membros dessas comunidades diaspóricas tentarem manipular suas circunstâncias como fundamentariam os mais diversos aspectos de suas vidas.

Percebe-se então que as fogueiras teriam sido de fundamental importância para essas comunidades afro-diaspóricas escravizadas e, no caso da Tapera do Pingador, emancipadas; afinal, o fogo e as atividades desempenhadas em seu entorno teriam propiciado aos seus membros oportunidades de exercer algum controle sobre os rumos de suas vidas e, assim, conquistar um mínimo de bem-estar e felicidade, a despeito de toda a subjugação, violência e discriminação que sofriam a quase todo momento. Além disso, as práticas e crenças associadas às fogueiras, por remeterem a um elemento comum entre as várias sociedades africanas das quais provinham essas pessoas ou seus antepassados, teriam contribuído para a construção de um sentimento de comunidade entre indivíduos que de outra maneira não se veriam como semelhantes, inclusive por diferenciá-los de outras classes da sociedade brasileira, em especial as elites brancas - mesmo que eles não hesitassem em incorporar elementos das culturas desses outros grupos em suas próprias vivências, caso os julgassem coerentes com suas formas de ver e lidar com o mundo.

Aqui conclui-se portanto que as pessoas que faziam uso e se reuniam no entorno dessas fogueiras não eram sujeitos passivos do sistema escravista, mas conseguiam de criar meios de cultivar e expressar práticas culturais próprias, em algum grau derivadas de suas culturas de origem, mas modificadas e adaptadas ao novo contexto ao qual estavam então inseridas. Isso remete a uma capacidade de agência dessas pessoas e pode ser entendido como

um meio de resistência à situação opressiva em que se encontravam; Ferguson (1991:28) propõe que uma

"[...] resistência inconsciente deve ter se manifestado no conteúdo e estrutura das atividades cotidianas [...] que eram controladas pelos escravos. Ou seja, ao se esforçarem em construir e viver sua própria subcultura (ver STUCKEY, 1987), diferente em tipo tanto quanto em qualidade material daquela de seus donos brancos, afro-americanos inconscientemente se distanciaram dos tipos de racionalizações que teriam ajudado a escravidão a funcionar. Eles resistiram à escravidão sendo eles mesmos." (FERGUSON, 1991:28, grifo do autor, tradução minha)

Esta pesquisa sustenta o entendimento das fogueiras em contextos de africanos e afrodescendentes na diáspora como importantes núcleos de expressão cultural nos espaços ocupados por essas populações, já que centralizavam uma série de práticas muito significativas de seu cotidiano. Isso, aliado à natureza primária do refugio produzido no âmbito dessas práticas, faz dos contextos de fogueira arqueológicos em sítios afro-diaspóricos elementos com alto potencial interpretativo para a caracterização e compreensão das vivências da população escravizada que ocorriam fora do olhar das classes dominantes e que, portanto, não foram bem documentadas pelos registros históricos.

Este trabalho tem um caráter inédito por se tratar do primeiro estudo sistemático e comparativo de contextos de fogueira na arqueologia da diáspora africana nas Américas; até o momento, foram feitas apenas pesquisas pontuais e considerações gerais sobre esses contextos, que, não obstante sejam abordados em diversos trabalhos, o são sempre em estudos particularísticos, que muitas vezes não exploram o total de evidências e possibilidades interpretativas oferecidas por esses riquíssimos contextos. As limitações deste trabalho consistiram principalmente no fato de eu não ter tido acesso a informações tão detalhadas a respeito de alguns dos contextos abordados a partir de trabalhos de outros autores, o que limitou um pouco sua análise. Além disso, teria sido interessante explorar uma diversidade maior de contextos urbanos com estruturas de fogueira na pesquisa, bem como de quilombos e/ou de assentamentos de libertos, para que a comparação com as fogueiras das senzalas de grandes fazendas ficasse mais rica. Pensando em perspectivas futuras, essa pesquisa poderia

ser expandida por meio da inclusão de mais contextos como estes na análise e também de fogueiras provenientes de outras regiões do Brasil e/ou de séculos anteriores. Também seria interessante aprofundar a pesquisa de modo a buscar identificar possíveis influências de outros componentes étnicos nos contextos em questão, como de grupos indígenas diversos, portugueses e lusodescendentes ou ciganos, por exemplo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, Camilla. Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. pp. 59-81.
- AHLMAN, Todd M.; BRALY, Bobby R.; SCHROEDL, Gerald F.. Stone artifacts and glass tools from enslaved African contexts on St. Kitts' Southeast Peninsula. *Journal Of African Diaspora Archaeology And Heritage*, [S.l.], v. 3, n. 1, pp. 1-25, abr. 2014.
- BARBOSA, Débora; BULCÃO, Suzana. Registro arqueológico da presença de africanos e seus descendentes no estado do Rio de Janeiro. In: GASPAR, Maria D.. (Org.). *Arqueologia nas ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio, 2016. cap. 3, pp. 10-14.
- BATALHA, Ladislau. *Costumes angolenses*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890. 62 p.
- BINFORD, Lewis R.. Dimensional analysis of behavior and site structure: learning from an Eskimo Hunting Stand. *American Antiquity*, v. 43, n. 3, pp. 330-361, jul. 1978.
- CUSTODIO, Heliana; MOLINA, Magali; DARRIGRAN, Gustavo. La almeja mariposa o berberecho. *Revista Boletín Biológica*, n. 34, pp. 51-52, 2015.
- ESTERMANN, Carlos. *Etnografia de Angola (sudoeste e centro): colectânia de artigos dispersos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. 483 p.
- FERGUSON, Leland G.. Struggling with pots in colonial South Carolina. In: MCGUIRE, Randal H.; PAYNTER, Robert (Ed.). *The Archaeology of Inequality*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. cap. 2, pp. 26-39.
- \_\_\_\_\_. *Uncommon ground: archaeology and early African America, 1650-1800*. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press, 1992. 232 p.
- GASPAR, Maria D.. Arqueologia urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Arqueologia nas ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio, 2016a. cap. 1, pp. 1-4.
- GASPAR, Maria D.. Tempo e Arqueologia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Arqueologia nas ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio, 2016b. cap. 8, pp. 30-33.
- GOODE, Charles. Gizzard Stones or Game Pieces? *African Diaspora Archaeology Newsletter*, [S.l.], v. 12, n. 1, pp. 1-23, mar. 2009
- HODDER, Ian; HUDSON, Scott. Contextual archaeology. In: \_\_\_\_\_. *Reading the past: Current approaches to interpretation in archaeology*. 3ª ed. Nova York: Cambridge University Press, 2003. cap. 8. pp. 156-205.

- LIMA, Tania A.. A meeting place for urban slaves in eighteenth-century Rio de Janeiro. *Journal Of African Diaspora Archaeology And Heritage*, [S.l.], v. 5, n. 2, pp.102-146, mai. 2016.
- MARCINIAK, Arkadiusz. Faunal materials and interpretive Archaeology: Epistemology reconsidered. *Journal Of Archaeological Method And Theory*, v. 6, n. 4, pp. 293-320, dez. 1999.
- ORTNER, Sherry B.. Updating practice theory. In: \_\_\_\_\_. *Anthropology and social theory: Culture, power and the acting subject*. Durham: Duke University Press, 2006. pp. 1-18.
- OTTO, John S.. Race and class on Antebellum Plantations. In: SCHUYLER, Robert L. (Ed.). *Archaeological perspectives on ethnicity in America: Afro American and Asian American culture history*. Nova York: Baywood Press, 1980. cap. 1, pp. 3-13.
- PANICH, Lee M.; LEDERER, Emilie; PHILLIP, Ryan; DYLLA, Emily. Heads or tails? Modified ceramic gaming pieces from colonial California. *International Journal Of Historical Archaeology*, [S.l.], v. 22, n. 4, pp. 746-770, ago. 2017.
- PEREIRA, Rodrigo. Do mar aos axés: o uso dos moluscos nas religiões afro-brasileiras como exemplo da diáspora negra. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá, v. 1, n. 2, pp. 120-143, jul-dez. 2014.
- PISONI, Luca. African-European archaeology: the material resistance and political struggle of the Rosarno African workers (Italy). In: BIAGETTI, Stefano; LUGLI, Francesca (Org.). *The intangible elements of culture in ethnoarchaeological research*. [S.l.]: Springer, 2016. cap. 25, pp. 303-311.
- SAMFORD, Patricia. The archaeology of African-American slavery and material culture. *The William And Mary Quarterly*, [S.l.], v. 53, n. 1, p.87-114, jan. 1996.
- SCHIFFER, Michael B.. *Formation processes of the archaeological record*. Salt Lake City: University Of Utah Press, 1987. 428 p.
- SLENES, Robert W.. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2ª ed.. Campinas: Editora Unicamp, 2011 [1999]. 304 p.
- SOUZA, Marcos A. T.. A vida escrava portas adentro: uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. *Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 7, pp. 83-109, 2011.
- \_\_\_\_\_. Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In: MACEDO, Jackeline; ANDRADE, Rubens O.; TERRA, Carlos C. (Org.). *Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. pp. 34-59.
- \_\_\_\_\_. Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. In: AGOSTINI, Camilla (Org.). *Objetos da escravidão*:

abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. pp. 11-36.

\_\_\_\_\_. When all bases are flat: Central Africans and situated practices in the eighteenth-century Brazil. In: FUNARI, Pedro P. A.; ORSER JR., Charles E. (Org.). *Current perspectives on the archaeology of African slavery in Latin America*. Nova York: Springer, 2014. cap. 6, pp. 77-97.

\_\_\_\_\_. Behind closed doors: space, experience, and materiality in the inner areas of Brazilian slave houses. *Journal of African diaspora Archaeology and heritage*, [S.l.], v. 5, n. 2, pp. 147-173, mai. 2016.

STRIEBEL MACLEAN, Jessica. *Sheltering colonialism: the archaeology of a house, household, and white Creole masculinity at the 18th-century Little Bay Plantation, Montserrat, West Indies*. 387 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Boston University, Boston, 2015.

SYMANSKI, Luís C. P.; OSÓRIO, Sérgio R.. Artefatos reciclados em sítios arqueológicos de Porto Alegre. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 9, n. 1, pp. 43-54, dez. 1996.

SYMANSKI, Luís C. P.. *Slaves and planters in Western Brazil: material culture, identity and power*. 343 p. Tese (Doutorado em Antropologia) - University of Florida, Gainesville, 2006.

\_\_\_\_\_. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica*, [s.l.], v. 1, n. 2, pp. 9-36, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. *Projeto "Café com açúcar: Arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no Sudeste rural escravista - séculos XVIII e XIX"*. Belo Horizonte, 2014. 176 p.

SYMANSKI, Luís C. P.; SUGUIMATSU, Isabela C.. Atividades cotidianas, deposição de refugo e ação do arado: processos de formação do registro arqueológico no espaço de uma senzala de Campos dos Goytacazes (RJ). *Clio Arqueológica*, [S. l.], v. 30, n. 1, pp. 38-76, 2015.

SYMANSKI, Luís C. P.; MORAIS JÚNIOR, Geraldo P.. Alimentação, socialização e reprodução cultural na comunidade escravizada do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes (RJ). In: SOARES, Fernanda C. (Org.). *Comida, cultura e sociedade: Arqueologia da alimentação no Mundo Moderno*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2016. cap. 3, pp. 95-112.

SYMANSKI, Luís C. P.; GOMES, Flávio S.. Iron cosmology, slavery, and social control: the materiality of rebellion in the coffee plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. *Journal of African diaspora Archaeology and heritage*, [S.l.], v. 5, n. 2, pp.174-197, mai. 2016.

SYMANSKI, Luís C. P.; GOMES, Flávio S.; SUGUIMATSU, Isabela C.. Práticas de descarte de refugo em uma plantation escravista: o caso da fazenda do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 28, n. 1, pp. 93-122, jul. 2015.

WALLMAN, Diane. Slave community foodways on a French colonial plantation: Zooarchaeology at Habitation Crève Cœur, Martinique. In: KELLY, Ken; BÉRARD, Benoit (Ed.). *Bitasion: Lesser Antilles Plantation Archaeology*. Leiden: Sidestone Press Academic, 2014. cap. 3. pp. 45-68.

WEEKS, John H.. *Among the primitive Bakongo: a record of thirty years' close intercourse with the Bakongo and other tribes of equatorial Africa, with a description of their habits, customs & religious beliefs*. Londres: Seeley, Service & Co. Limited, 1914. 318 p.

WILKIE, Laurie A.. Magic and empowerment on the plantation: an archaeological consideration of African-American world view. *Southeastern Archaeology*, [S.l.], v. 2, n. 14, pp. 136-157, 1995.

\_\_\_\_\_. Glass-knapping at a Louisiana plantation: African-American tools?. *Historical Archaeology*, [S.l.], v. 4, n. 30, pp. 37-49, 1996.

\_\_\_\_\_. Secret and sacred: contextualizing the artifacts of African-American magic and religion. *Historical Archaeology*, [S.l.], v. 31, n. 4, pp. 81-106, dez. 1997.